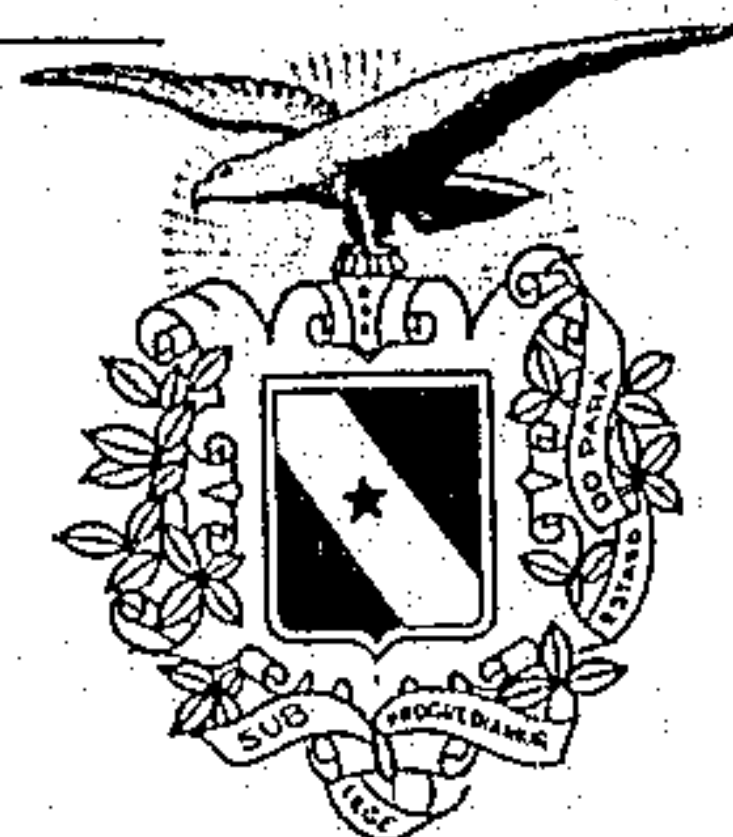


República Federativa do Brasil

PARÁ



Diário Oficial

ANO XCI - 93ª DA REPÚBLICA - Nº 24.949

Belém - Segunda-feira, 28 de fevereiro de 1983

Governador do Estado/
ALACID DA SILVA NUNES

Gabinete Civil
FRANCISCO BEZAR NUNES DA SILVA

Gabinete Militar
FRANCISCO RIBEIRO MACHADO

SECRETARIADO

Administração
HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Interior e Justiça
CLÓVIS CUNHA DA GAMA MALCHER

Fazenda
JOÃO MARIA LOBATO DA SILVA

Vição e Obras Públicas
PEDRO PAULO DE LIMA DOURADO

Saúde Pública
ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL

Educação
RUTE MARIA CASTRO DA COSTA

Agricultura
ÍTALO CLÁUDIO FALES

Segurança Pública
PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

Planejamento e Coordenação Geral
ROBERTO DA COSTA FERREIRA

Cultura, Desportos e Turismo
OLAVO DE LYRA MAIA

Consultor Geral do Estado
ELIYDIO SALLES

Procurador Geral do Estado
ARTHUR CLÁUDIO MELLO

NESTA EDIÇÃO

PORTARIAS
Das Secretarias de Estado de Administração e Segurança Pública

ANÚNCIO DE PAUTA DE
JULGAMENTO
Do Conselho de Recursos Fiscais
do Estado

RESENHAS
Da Justiça Estadual

ACÓRDÃOS
Do Tribunal de Contas do Estado

1 Caderno

36 Páginas

Suplemento Cultural

16 Páginas



IMPRESA OFICIAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**PODER EXECUTIVO**

* PORTARIA Nº 913 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1983.
O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Colocar à disposição do Gabinete Militar do Governador, o Capitão PM LUIZ CORRÊA JUNIOR, a contar de 1º de fevereiro do corrente ano.

Registre-se, publique-se e cu pra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de fevereiro de 1983.

ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado

* Republicada por ter saído com incorreção no "D.O." Nº 24.946, de 23.02.83.

(G. Reg. nº 488 - 28/2/83)

TABELA X

GRUPO OCUPACIONAL: TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA - CATEGORIA FUNCIONAL - AGENTE DE PORTARIA

CLASSES	VENCIMENTOS OU SALÁRIOS MENSALIS (30 Hs. SEMANAIS)			
E	REF. XVII	REF. XVIII	REF. XIX	REF. XX
	36.487	40.136	44.150	48.565
D	REF. XIII	REF. XIV	REF. XV	REF. XVI
	27.075	28.971	31.000	33.170
C	REF. IX	REF. X	REF. XI	REF. XII
	21.857	22.950	24.098	25.303
B	REF. V	REF. VI	REF. VII	REF. VIII
	17.980	18.880	19.824	20.816
A	REF. I	REF. II	REF. III	REF. IV
	14.790	15.530	16.307	17.123

OBSERVAÇÃO: Republicada por ter saído com incorreções no Diário Oficial nº
24.887 de 25.11.82. (Anexo da Lei nº 5.048 de 18.11.82).

(G. Reg. nº 489 - Dia: 28/02/83)

CASA MILITAR DO GOVERNADOR

PORTARIA Nº 018/83-CMG DE 24 DE FEVEREIRO DE 1983

O Chefe da Casa Militar, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto Nº 11.068 de 29 de dezembro de 1978,

R E S O L V E:

Designar, a partir de 1º de fevereiro do corrente ano, o Capitão PM - LUIZ CORRÊA JÚNIOR, para exercer a função de Assessor da Divisão de Segurança da Casa Militar do Governador.

Casa Militar, 24 de fevereiro de 1983.

FRANCISCO RIBEIRO MACHADO - Cel PM

Chefe da Casa Militar do Governador

(G. Reg. nº 492 - Dia: 28.02.83)

SECRETARIAS**ADMINISTRAÇÃO**

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 480 DE 29 DE JUNHO DE 1982

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79.

RESOLVE:

APOSENTAR:- de acordo com os arts. 110, § 2º da Emenda Constitucional nº 16/81 e 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73, Elisia da Rocha Leite, no cargo de Professor de Ensino Musical, código GEP-M-402.2 - classe B, lotada na Secretaria de Estado de Educação (Capital), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 524.880,00 (quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), assim discriminados:



IMPRENSA OFICIAL

Diário Oficial

**DIRETORIA
ADMINISTRAÇÃO
REDAÇÃO
PARQUE GRÁFICO**

Almirante Barroso, 735
Belém - Pará

PBX: 226-0859
226-1353

Gabinete do Diretor-Presidente: 226-0858
Departamento de Administração: 226-1196

Posto de Vendas - Centro - Rua Avertano Ro-
cha 111 p/a 16 de Novembro - Fone: 222-0174

Diretor-Presidente
FERNANDO FARIAS PINTO

Diretora de Documentação e Divulgação
EUNICE FAVACHO DE ARAÚJO

Chefe de Redação e Revisão
RAIMUNDO WALDIR BATALHA LOBÃO

**TABELA DE ASSINATURAS E
PUBLICAÇÕES**

Na Capital	
Anual	Cr\$ 20.000,00
Semestral:	Cr\$ 10.000,00
Outros Estados e Municípios:	
Anual:	Cr\$ 35.000,00
Semestral:	Cr\$ 18.000,00

D.O. número atrasado por ano, aumenta

Cinquenta Cruzeiros (Cr\$ 50,00)

PUBLICAÇÕES:

Página comum, cada centímetro:
Cr\$ 900,00

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 70,00

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO:

Das 07:30 às 12:30 horas diariamente, exce-
tuando os sábados.

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação
do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios
e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem acom-
panhar publicações a cobrar.

ASSINATURAS: Capital, Municípios e outros
Estados, em qualquer época.

PAGAMENTOS: Sempre em Cheque
Nominal para a Imprensa Oficial do Estado.

Funcionários Públicos, inclusive das Autar-
quias, Fundações e Sociedades de Economia

Mista: Redução de 50% na assinatura anual
do DIÁRIO.

Vencimento integral	Cr\$ 27.000,00
Gratíf. de N. Superior	
(Lei nº 5020/82) - 20%	Cr\$ 5.400,00
Adicional p/tempo de serviço-35%	Cr\$ 11.340,00

Provento mensal	Cr\$ 43.740,00
Provento anual	Cr\$ 524.880,00

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 29 de
junho de 1982.

HELIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acór-
dão nº 12.672 de 04.02.1983.

PORTARIA Nº 481 DE 29 DE JUNHO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no
uso da competência que lhe foi delegada através do
Decreto nº 11.158, de 14.03.79.

RESOLVE:

APOSENTAR: - de acordo com os arts. 110, §
2º da Emenda Constitucional nº 16/81, 37 parágrafo
único da Lei nº 4502/73 e § 4º do art. 9º da Lei nº
5020/82, Sizelybia Espíndola Simões Rodrigues no
cargo de Professor de Ensino Musical, código
GEP-M-402.2 - classe B, lotada na Secretaria de
Estado de Educação, capital, percebendo nessa
situação os proventos anuais de Cr\$ 602.640,00
(seiscentos e dois mil, seiscentos e quarenta cruzei-
ros), assim discriminados:

Vencimento integral	Cr\$ 27.000,00
Gratíf. de n. superior-20%	Cr\$ 5.400,00
Adicional p/tempo de serviço-55%	Cr\$ 17.820,00

Provento mensal	Cr\$ 50.220,00
Provento anual	Cr\$ 602.640,00

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 29 de
junho de 1982.

HELIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acór-
dão nº 12.672 de 04.02.1983.

PORTARIA Nº 772/A DE 06 DE OUTUBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no
uso da competência que lhe foi delegada através do
Decreto nº 11.158, de 14.03.79.

Considerando os termos do Ofc. nº 1595/82 de
28.09.82 do Tribunal de Contas do Estado.

RESOLVE:

Retificando a Portaria nº 498 de 13.07.82 -
SEAD. APOSENTAR: de acordo com os arts. 110,
item III parágrafo 1º, 111 item I, alínea A da
Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº
16 81), 145 (Lei nº 4959/81), da Lei 749/53, Suzana,
Ferreira Cordovil Favacho, no cargo de Agente
Administrativo, código GEP.SA.901.3, classe C, lota-
tada na Secretaria de Estado de Educação, Municí-
pio de Marapanim, percebendo nessa situação os
proventos anuais de Cr\$ 371.155,20 (trezentos e
setenta e um mil, cento e cinquenta e cinco cruzeiros
e vinte centavos), assim discriminados:

Vencimento integral Cr\$ 23.792,00
Adicional p/tempo de serviço-30% Cr\$ 7.137,00

Provento mensal Cr\$ 30.929,60
Provento anual Cr\$ 371.155,20

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 06 de outubro de 1982.

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.679 de 08.02.1983.

PORTARIA Nº 778 DE 06 DE OUTUBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79, e

Considerando os termos do Ofício nº 1590 de 22.09.82 do Tribunal de Contas do Estado,

RESOLVE:

Retificando a Portaria nº 496 de 12.07.82 - SEAD: APOSENTAR, de acordo com os arts. 110, item III, 111 item I, alínea A da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81) 145 (Lei nº 4959/81) da Lei nº 749/53 e art. 3º da Lei nº 4913/80, Raimundo Marques da Silva, no cargo de Agente Administrativo, código GEP-SA-901.3, classe C, lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 513.907,08 (quinhentos e treze mil, novecentos e sete cruzeiros e oito centavos), assim discriminados:
Vencimento integral Cr\$ 23.792,00
Compl. Salarial - 1/3 Cr\$ 7.930,00
Adicional p/tempo de serviço-35% Cr\$ 11.102,93

Provento mensal Cr\$ 42.825,59
Provento anual Cr\$ 513.907,08

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 08 de outubro de 1982.

HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.679 de 08.02.1983.

PORTARIA Nº 870 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79, e

Considerando os termos dos Ofícios nº 1705 de 15.10.82 do Tribunal de Contas do Estado.

RESOLVE:

Retificando as Portarias nºs 382 de 22.04.82 e 602 de 25.08.82 - SEAD: APOSENTAR: de acordo com os arts. 110, item II, 111 item II da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 145 (Lei nº 4959/81) da Lei nº 749/53 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81), Raimundo Correa Caldas, no cargo de Agente de Portaria, código GEP-TP-1.102.2, classe B, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 254.534,40 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:
Vencimento Proporcional a 7.35 avos sobre Cr\$ 23.568,00 Cr\$ 4.713,60
Art. 3º da Lei nº 4913/80
-1/3 de Complementação Salarial Cr\$ 7.856,00

Art. 1º da lei nº 4959/81
5% de Adicional p/tempo de serviço Cr\$ 1.571,20
Dif. Complementar (art. 1º § único da Lei nº 6943/81) Cr\$ 7.070,40

Provento mensal Cr\$ 21.211,20
Provento anual Cr\$ 254.534,40

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 12 de novembro de 1982.

HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.679 de 08.02.1983.

PORTARIA Nº 895 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79, e

Considerando os termos do Ofício nº 1793/82 de 17.11.82 do T.C.E.

RESOLVE:

Retificando as Portarias nºs 717 de 21.08.81 e 592 de 23.08.82 - SEAD: APOSENTAR: de acordo com os arts. 110, item III parágrafo único, 111 item I alínea "A", da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 01, de 29.10.69), 145 (Lei nº 4959/81) da Lei nº 749/53, Lucy Brito de Maria, no cargo de Agente Administrativo, Código GEP-SA-901.3, classe "C", lotada na Secretaria de Estado de Educação - Capitão Poço, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 371.155,20 (trezentos e setenta e um mil, centó e cinquenta e cinco cruzeiros e vinte centavos), assim discriminados:

Vencimento integral Cr\$ 23.792,00
Adicional p/tempo de serviço-30% Cr\$ 7.137,60

Provento mensal Cr\$ 30.929,60
Provento anual Cr\$ 371.155,20

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 24 de novembro de 1982.

HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.679 de 08.02.1983.

PORTARIA Nº 918 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73, e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943 81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81-TC), Natalina Cerqueira da Silva, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.2 - classe B, lotada na Secretaria de Estado de Educação - capital, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 381.801,60 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e hum cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento integral Cr\$ 16.240,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139.82) Cr\$ 7.328,00 Cr\$ 23.568,00
Adicional p tempo serviço-35% Cr\$ 8.248,80

Provento mensal Cr\$ 31.816,80
Provento anual Cr\$ 381.801,60

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 30 de novembro de 1982.

HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.679 de 08.02.1983.

PORTARIA Nº 930 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: de acordo com os arts. 110 § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81) 37, parágrafo único da Lei nº 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81), Louridéa Leoni Pinto, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.2 classe "B", lotada na Secretaria de Estado de Educação - capital, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 381.801,60 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e um cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:
Vencimento integral Cr\$ 16.240,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. 87.139/82) Cr\$ 7.328,00 Cr\$ 23.568,00
Adicional p/tempo de serviço-35% Cr\$ 8.248,80

Provento mensal Cr\$ 31.816,80
Provento anual Cr\$ 381.801,60
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 02 de dezembro de 1982.

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.679 de 08.02.1983.

PORTARIA Nº 934 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), art. 37, § único da Lei nº 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81), Ilma Borges de Souza, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1 classe "A", lotada na Secretaria de Estado de Educação, município de Sta. Maria, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 381.801,60 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e hum cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:
Vencimento integral Cr\$ 14.935,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139/82) Cr\$ 8.633,00 Cr\$ 23.568,00
Adicional p/tempo de serviço - 35% Cr\$ 8.248,80

Provento mensal Cr\$ 31.816,80
Provento anual Cr\$ 381.801,60
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 02 de dezembro de 1982.

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.679 de 08.02.1983.

PORTARIA Nº 953 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: de acordo com os arts. 110, item III, § 1º, 111, item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 145 (Lei nº 4959/81), da Lei nº 749/53, Irene de Oliveira Maia, no cargo de Agente Tributário, código GEP-TAF-503.3 - classe C, lotada na Secretaria de Estado da Fazenda, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 945.168,96 (novecentos e quarenta e cinco mil, cento e sessenta e oito cruzeiros e noventa e seis centavos), assim discriminados:
Vencimento integral Cr\$ 36.655,00
Produtividade - 59,17% (Média dos percentuais dos últimos 12 meses - art. 4º e § único do Dec. nº 1955 de 11.11.81) Cr\$ 21.688,76
Adicional p/tempo de serviço-35% Cr\$ 20.420,32

Provento mensal Cr\$ 78.764,08
Provento anual Cr\$ 945.168,96
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 06 de dezembro de 1982.

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.673 de 04.02.1983.

PORTARIA Nº 992 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), art. 37, § único da Lei nº 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81), Rosalina Rodrigues Monteiro, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1, classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Educação, mun. de Colares, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 410.083,20 (quatrocentos e dez mil, oitenta e três cruzeiros e vinte centavos), assim discriminados:
Vencimento integral Cr\$ 14.935,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. 87.139/82) Cr\$ 8.633,00 Cr\$ 23.568,00
Adicional p/tempo de serviço-45% Cr\$ 10.605,60

Provento mensal Cr\$ 34.173,60
Provento anual Cr\$ 410.083,20
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 13 de dezembro de 1982.

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.679 de 08.02.1983.

PORTARIA Nº 1037 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: de acordo com os arts. 110, item III, § 1º, 111, item I, alínea "A", da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37 pará-

grafo único da Lei nº 4502/73, 145 (Lei nº 4959/81) e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81), Maria Salomé Valentin Feitosa, no cargo de Inspetor de Alunos, código GEP-ANM-809.3, classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Educação - Santarém, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 395.942,40 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento integral	Cr\$ 16.240,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139/82)	Cr\$ 7.328,00	Cr\$ 23.568,00
Adicional p/tempo de serviço - 40%		Cr\$ 9.427,20

Provento mensal	Cr\$ 32.995,20
Provento anual	Cr\$ 395.942,40
Registre-se, publique-se e cumpra-se.	
Secretaria de Estado de Administração, 15 de dezembro de 1982.	

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.673 de 04.02.1983.

PORTARIA Nº 1051 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1982

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: - de acordo com os arts. 110, item III, 111, item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 145 (Lei nº 4959/81), 162 da Lei nº 749/53 e 5º parágrafo único da Lei nº 3203/A-64, modificado pela Lei nº 4298/68, Manoel Moraes, no cargo de Investigador de Polícia, código GEP-PC-706.2 - Classe B, lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 654.925,80 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e cinco cruzeiros e oitenta centavos), assim discriminados:

Vencimento integral	Cr\$ 24.064,00
Risco de Vida - 40%	Cr\$ 9.625,60
Adicional p/tempo de serviço-35%	Cr\$ 11.791,36
(Art. 162, da Lei nº 749/53)-20%	Cr\$ 9.096,19

Provento mensal	Cr\$ 54.577,15
Provento anual	Cr\$ 654.925,80
Registre-se, publique-se e cumpra-se.	
Secretaria de Estado de Administração, 16 de dezembro de 1982.	

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.689 de 08.02.1983.

PORTARIA Nº 1062 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1982

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: - de acordo com os arts. 110, item III, § 1º, 111, item I, alínea A da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), Iolanda Costa Nascimento, no cargo de Agente Administra-

tivo, GEP-SA-901.3, classe "C", lotada na Secretaria de Estado de Educação, munic. de São Francisco do Pará, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 399.705,60 (trezentos e noventa e nove mil, setecentos e cinco cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento integral	Cr\$ 23.792,00
Adicional p/tempo de serviço-40%	Cr\$ 9.516,80

Provento mensal	Cr\$ 33.308,80
Provento anual	Cr\$ 399.705,60
Registre-se, publique-se e cumpra-se.	

Secretaria de Estado de Administração, 16 de dezembro de 1982.

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.674 de 04.02.1983.

PORTARIA Nº 1063 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1982

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: - de acordo com os arts. 110, parágrafo 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81 -TC), Marina da Silva Lira, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1 - classe A, lotado na Secretaria de Estado de Educação - mun. de Monte Alegre, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 438.364,80 (quatrocentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos), assim discriminados:

Vencimento integral	Cr\$ 14.935,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139/82)	Cr\$ 8.633,00
Adicional p/ tempo serv. - 55%	Cr\$ 12.962,40

Provento mensal	Cr\$ 36.530,40
Provento anual	Cr\$ 438.364,80
Registre-se, publique-se e cumpra-se.	
Secretaria de Estado de Administração, 16 de dezembro de 1982.	

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.676 de 04.02.1983.

PORTARIA Nº 1068 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1982

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

APOSENTAR: - de acordo com os arts. 110, item I, 111, item I, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81), Maria Nadir dos Santos, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau código GEP-M-401.1 classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Educação - Santarém, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 325.238,40 (trezentos e vinte

e cinco mil, duzentos e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:
Vencimento integral Cr\$ 14.935,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139) Cr\$ 8.633,00 Cr\$ 23.568,00
Adicional p/tempo de serviço - 15% Cr\$ 3.535,20

Provento mensal Cr\$ 27.103,20
Provento anual Cr\$ 325.238,40
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 16 de dezembro de 1982.

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.676 de 04.02.83.

PORTARIA Nº 60 DE 06 DE JANEIRO DE 1983
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79 e,

Considerando os termos do Ofício nº 2142/82 de 30.12.82 do Tribunal de Contas do Estado,
RESOLVE:

Retificando a Portaria nº 676 de 10.09.82 - SEAD: APOSENTAR de acordo com os arts. 110, item III, 111, item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 145 (Lei nº 4959/81) 163, § 1º da Lei nº 749/53, Cantídio Maciel, no cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, Código GEP-TAF-501.3 - classe C, lotado na Secretaria de Estado da Fazenda, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 2.763.535,56 (dois milhões, setecentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e cinco cruzeiros e cinquenta e seis centavos), assim discriminados:

Vencimento integral Cr\$ 86.568,00
Produtividade - Média dos percentuais em 12 meses (art. 4º § único do Decreto nº 1955/81) Cr\$ 62.034,62
Vantagens pessoais Cr\$ 386,00
Função Gratificada - FG-3 Cr\$ 21.600,00
Adicional p/tempo de serviço-35% Cr\$ 59.706,01

Provento mensal Cr\$ 230.294,63
Provento anual Cr\$ 2.763.535,56
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 06 de janeiro de 1983.

HÉLIO ANTONIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.675 de 04.02.1983.

PORTARIA Nº 991 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,
RESOLVE:

Aposentar: de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (Item 3º do Acórdão nº 11.977/81), Terezinha Amorim Correa, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código

GEP-M-401.1, Classe A, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Mun. de Sta. Maria do Pará, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 381.801,60 (Trezentos e oitenta e um mil oitocentos e um cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

- Vencimento Integral Cr\$ 14.935,00
- Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139/82) Cr\$ 8.633,00 Cr\$ 23.568,00
- Adicional p/tempo de Serv. 35% Cr\$ 8.248,80

Provento Mensal Cr\$ 31.816,80

Provento Anual Cr\$ 381.801,60
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 15 de dezembro de 1982.

HELIO ANTONIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.697 de 11.02.1983.

(G. Reg. nº 491 - Dia: 28.2.83)

PORTARIA Nº 1046 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79,
RESOLVE:

Aposentar: de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), art. 37, § único da Lei nº 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (Item 3º do Acórdão nº 11.977/81), Iracema Montelro Lobo, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.2-Classe "B", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Mun. de Curuçá, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 381.801,60 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e um cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral Cr\$ 16.240,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139/82) Cr\$ 7.328,00 Cr\$ 25.568,00
Adicional p/tempo de Serv. 35% Cr\$ 8.248,80

Provento Mensal 31.816,80
Provento Anual Cr\$ 381.801,60

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Administração, 16 de dezembro de 1982.

HELIO ANTONIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.697 de 11.02.1983.

(G. Reg. nº 491 - Dia: 28.2.83)

PORTARIA Nº 1067 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1982
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,
RESOLVE:

Aposentar: de acordo com os arts. 110, item III, § 1º, 111, item I, alínea A da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37, § único da Lei nº 4502/73, 145 (Lei nº 4959/81), Antonia Seabra de Sou-

za, no cargo de Agente Administrativo, código GEP--SA-901.3, classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Capital, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 399.705,60 (Trezentos e noventa e nove mil, setecentos e cinco cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	Cr\$ 23.792,00
Adicional p/tempo de serviço-40%	Cr\$ 9.516,80

Provento Mensal	Cr\$ 33.308,80
Provento Anual	Cr\$ 399.705,60

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 18 de dezembro de 1982.

HELIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

(G. Reg. nº 491 - Dia: 28.2.83)

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.697 de 11.02.1983.

(G. Reg. nº 491 - Dia: 28.2.83)

PORTARIA Nº 1113 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1982

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79,

RESOLVE:

Aposentar: de acordo com os arts. 110, item III, § 1º e 111, item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda C Constitucional nº 16/81), e 145 (Lei nº 4959/81) da Lei nº 749/53, Zulmira Figueira da Silva, no cargo de Agente Administrativo, Código GEP--SA-901.3, Classe C, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 494.873,64 (quatrocentos e noventa e quatro mil oitocentos e setenta e três cruzeiros e sessenta e quatro centavos), assim discriminados:

Venc. Integral	Cr\$ 23.792,00
Compl. Salarial-1/3 (Lei nº 4913/80-art. 3º)	Cr\$ 7.930,67
Adic. p/tempo de serv. (Res. nº 9.986/82-TCE)-30%	Cr\$ 9.516,80

Provento Mensal	Cr\$ 41.239,47
Provento Anual	Cr\$ 494.873,64

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 17 de dezembro de 1982.

HELIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.697 de 11.02.1983.

(G. Reg. nº 491 - Dia: 28.2.83)

PORTARIA Nº 1130 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1982

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79,

RESOLVE:

Aposentar: de acordo com os arts. 110, item III e 111, item I, alínea A, da Constituição Estadual, 3º, da Lei nº 4913/80, 9º, da Lei nº 4957/81 e 145 (Lei nº 4959/81), da Lei nº 749/53 e aplicando subsidiariamente,

te a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81-TCE), Odemar Barros da Silva, no cargo de Motorista, Código GEP-TP-1.101..3, Classe C, lotado na Secretaria de Estado da Fazenda, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 765.898,80 (Setecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito cruzeiros e oitenta centavos), assim discriminados:

Venc. Integral	Cr\$ 21.962,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.743/82)	Cr\$ 1.606,00
Compl. Salarial-1/3	Cr\$ 7.856,00
Gratíf. Complementar-50%	Cr\$ 15.712,00
Vantagens Pessoais	Cr\$ 141,70
Adic. p/tempo de serviço-35%	Cr\$ 16.547,20

Provento Mensal	Cr\$ 63.824,90
Provento Anual	Cr\$ 765.898,80

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 18 de dezembro de 1982.

HELIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.697 de 11.02.1983.

(G. Reg. nº 491 - dia: 28.2.83)

PORTARIA Nº 1146 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1982

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,

RESOLVE:

Aposentar: de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73 e 4º do art. 9º, da Lei nº 5.020/82, Ivone Vieira da Costa Tupiassu no cargo de Professor Titular, lotado na Secretaria de Estado de Educação - IEP, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.997.829,36 (um milhão novecentos e noventa e sete mil oitocentos e vinte e nove cruzeiros e trinta e seis centavos), assim discriminados:

- Vencimento Integral	Cr\$ 102.769,00
- Grat. Nivel Superior-20%	Cr\$ 20.553,80
- Adic. p/tempo serviço-35%	Cr\$ 43.162,98

Provento Mensal	Cr\$ 166.485,78
Provento Anual	Cr\$ 1.997.829,36

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 18 de dezembro de 1982.

HELIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.697 de 11.02.1983.

(G. Reg. nº 491 - Dia: 28.2.83)

PORTARIA Nº 1157 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1982

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79,

RESOLVE:

Aposentar: de acordo com os arts. 110, item III § 1º, 111, item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 145 (Lei nº 4959/81)

da Lei nº 749/53 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (Item 3º do Acórdão nº 11.977-TCE), Virginia Nazaré da Silva, no cargo de Agente de Saúde, Código GEP-ANM-803.2, Classe B, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 367.660,80 (trezentos e sessenta e sete mil seiscentos e sessenta cruzeiros e oitenta centavos) assim discriminados:

Venc. Integral	Cr\$ 19.086,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.743/82)	Cr\$ 14.482,00	Cr\$ 23.568,00
Adic. p/tempo de serviço-30%		Cr\$ 7.070,40

Provento Mensal	Cr\$ 30.638,40
Provento Anual	Cr\$ 367.660,80

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 18 de dezembro de 1982.

HELIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 12.697 de 11.02.83.

(G. Reg. nº 491 - Dia: 28.2.83)

PORTARIA Nº 031/DAI DE 22 DE FEVEREIRO DE 1983

O Secretário de Estado de Administração, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Prorrogar pelo período de 01 (um) ano, a partir deste ato, o prazo de validade do Concurso Público C-24 Atendente e Auxiliar de Enfermagem, realizado por esta Secretaria de Estado, para o provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Sistema Estadual de Administração, homologado em 19.12.1979.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 22 de fevereiro de 1983.

HELIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

(G. Reg. nº 491 - Dia: 28.2.83)

IMPrensa Oficial DO ESTADO

PORTARIA N. 013 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1983

O Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao exercício de 1982, no período de 1º a 30.03.83, ao servidor ANTÔNIO CARLOS SENÁ DA SILVA — Zelador.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

FERNANDO FARIAS PINTO

Diretor Presidente

(G. Reg. n. 503 - Dia 28.02.83)

SEGURANÇA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 1.160 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982.

O Secretário de Estado de Segurança Pública, usando da competência que lhe é conferida pelo art. 1º do Dec. 2196 de 20.04.82,

RESOLVE:

Reformar, "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com os arts. 93, 94 item II, 96 item IV e 98 da Lei 4525 de 09.07.74, art. 96 itens 1 e 2 da Lei nº 4491 de 28.11.73 combinados com o art. 1º da Lei nº 5022 de 05.04.82 e mais o disposto na Resolução 9986 de 23.04.82 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, o 1º Sargento PM DAVID SERRA DOS SANTOS, pertencente ao 2º Batalhão de Polícia da PM/Pa., passando a perceber, nessa situação, os proventos anuais de Cr\$ 891.432,00 (Oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e trinta e dois cruzeiros) assim discriminados:

- Soldo de 2º Tenente PM	Cr\$ 53.831,00
- Habilitação Militar - 20%	Cr\$ 10.766,00
- Tempo de Serviço - 15%	Cr\$ 9.689,00

Proventos Mensais	Cr\$ 74.286,00
-------------------	----------------

Proventos Anuais	Cr\$ 891.432,00
------------------	-----------------

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

Secretário de Estado de Segurança Pública

(Ext. Reg. nº 904 - Dia: 28/02/83)

PORTARIA Nº 1161 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982.

O Secretário de Estado de Segurança Pública, usando da competência que lhe é conferida pelo art. 1º do Dec. 2196 de 20.04.82,

RESOLVE:

Reformar, "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com os arts. 93, 94 item II, 96 item II e 98 da Lei nº 4525 de 09.07.74, art. 96 itens 1 e 2 da Lei nº 4491 de 28.11.73 combinados com o art. 1º da Lei nº 5022 de 05.04.82 e mais o disposto na Resolução 9986 de 23.04.82 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, o Sd PM EUCLIDES DOS SANTOS COSTA, pertencente à Companhia do Comando Geral da PM/Pa., passando a perceber, nessa situação, os proventos anuais de Cr\$ 496.104,00 (Quatrocentos e noventa e seis mil, cento e quatro cruzeiros) assim discriminados:

- Soldo de 3º Sargento PM	Cr\$ 31.320,00
- Habilitação Militar - 10%	Cr\$ 3.132,00
- Tempo de Serviço - 20%	Cr\$ 6.890,00

Proventos Mensais	Cr\$ 41.342,00
-------------------	----------------

Proventos Anuais	Cr\$ 496.104,00
------------------	-----------------

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

Secretário de Estado de Segurança Pública

(Ext. Reg. nº 904 - Dia: 28.02.83)

PORTARIA Nº 006 DE 05 DE JANEIRO DE 1983

O Secretário de Estado de Segurança Pública, usando da competência que lhe é conferida pelo art. 1º do Dec. 2196 de 20.04.82,

RESOLVE:

Retificando a Portaria nº 800 de 26.08.82, nos termos da diligência determinada pelo Tribunal de Contas do Estado através do Ofício nº 1752/82 de 26.08.82, Reformar, "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com os artigos 93, 94 item II, 96 item II e 98 §§ 1º e 2º letra "C" da Lei nº 4525 de 09.07.74, art. 3º da Lei 4802 de 01.12.78 combinados com o art. 1º da Lei nº 5.022 de 05.04.82 e mais o disposto na Resolução nº 9.986 de 23.04.82 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, o Soldado PM ALCINDO LEAL DE FREITAS, pertencente ao 4º Bata-

lhão de Polícia da PM/Pa., passando a perceber, nessa situação, os proventos anuais de Cr\$ 764.832,00 (Setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois cruzeiros), assim discriminados:

- Soldo de 3º Sgt. PM	Cr\$ 31.320,00
- Habilitação Militar - 10%	Cr\$ 3.132,00
- Gratificação de Serviço Ativo - 20%	Cr\$ 6.264,00
- Categoria "A" - 30%	Cr\$ 9.396,00

- Auxílio Moradia - 25%	Cr\$ 7.830,00
- Tempo de Serviço - 10%	Cr\$ 5.794,00

Provento Mensal	Cr\$ 63.736,00
Provento Anual	Cr\$ 764.832,00

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA
Secretário de Estado de Segurança Pública
(Ext. Reg. nº 904 - Dia: 28.02.83)

ANÚNCIOS

GELAR S/A. - INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS

C.G.C. - 04.920.633/0001-79

AVISO AOS ACIONISTAS

Pelo presente comunicamos aos nossos acionistas que se encontram à sua disposição, na forma do disposto do Art. 133 da Lei 6.404/76, na sede Social da Empresa, à Av. Senador Lemos, 3253, durante o expediente normal, os documentos relativos ao encerramento do exercício de 1982.

A Diretoria

(Ext. Reg. nº 900 - Dias: 28.02 e 01 e 02.03.83)

PEDRO CARNEIRO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CGC/MF Nº 04.905.477/0001-77

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, à Trav. Campos Sales, 63, 11º andar, os documentos exigidos pela legislação vigente e referentes ao exercício social encerrado em 30 de novembro de 1982.

Belém, 22 de fevereiro de 1983

Ass: ARMANDO RODRIGUES CARNEIRO

OSMAR PEREIRA SIMÃO

EVANDRO COELHO

(Ext. Reg. nº 860 - Dias: 24, 25 e 28.02.83)

FÓSFOROS DO NORTE S/A FOSNOR

C.G.C. - Nº 04.930.236/0001-88

AVISO

Na sede desta Companhia, na Rodovia Arthur Bernardes, Km-14 - Icoaraci, nesta Cidade, acham-se à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao período de 1º de outubro de 1981 a 30 de novembro de 1982.

Belém, 17 de fevereiro de 1983.

FÓSFOROS DO NORTE S/A - FOSNOR

WILTON SANTOS BRITO

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 875 - Dias: 25, 28/02, 01/03/83)

COPERCACAU AMAZÔNIA S/A.

CGC: MF 04.142.501/0001-63

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos senhores acionistas da Copercacau Amazônia S/A, que se encontram à disposição, em nossa sede social, à Passagem Providência, nº 35, Ananindeua (PA), os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15.12.76, referente ao exercício encerrado em 31.12.1982.

Belém, 24 de fevereiro de 1983

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(T. nº 00941 - Reg. nº 879 - Dias: 24, 25 e 28.02.83)

RUBERTEX COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A

C.G.C. 04925301/0001-87

AVISO

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, em nossa sede social, sito à Av. Bernardo Sayão nº 2072, no horário das 14:00 às 18:00 horas, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976.

a) DIRETORIA

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. n. 00942 - Reg. n. 881 - Dias 24, 25 e 28.02.83)

CARTÃO TÉCNICO S/A - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO (Pa. liquidado)

C.G.C. 04.906.100/0001-76

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO OS SENHORES ACIONISTAS A ESTAREM PRESENTES A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE ÀS 8 HORAS DO DIA 25 DE MARÇO DE 1983 À RUA SENADOR LINCOLN BARATA, 715 3º/101, para tratar dos seguintes assuntos:

a) - Apresentação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.1982;

b) - Aprovação da Correção da Expressão Monetária de Capital Social;

c) - Outros assuntos de interesse Social.

Belém, 24 de Fevereiro de 1983

a) ROBERTO SEBASTIÃO ANTUNES MARINIS

Presidente

PUBLICAR NOS DIAS:

25, 26/2 e 1º/3/83

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. n. 00858 - Reg. n. 895 - Dias 25, 28.02 e 01.03.83)

DENDÊ DO PARÁ S/A — "DENPASA"

Agricultura Indústria e Comércio de Oleaginosas
Sociedade Anônima de Capital Autorizado
CGC/MF 04.834.784/0001-04

Capital Autorizado Cr\$ 1.380.595.000,00
Capital Subscrito Cr\$ 1.224.029.333,00
Capital Integralizado Cr\$ 1.224.029.333,00

Ata da reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28 de dezembro do ano de 1982, para formalizar as emissões de ações bonificadas autorizadas pela A.G.O. de 29.04.82.

As dez (10) horas do dia vinte e oito (28) do dezembro (12) do ano de mil novecentos e oitenta e dois (1982) na sede social, à Travessa Piedade 651, nesta cidade do Belém Estado do Pará, reuniram-se os senhores Charles Frederik Kompter, Domingos Simplicio Mattoz de Barros, Ovídio Carlos de Brito, Pedro Carlos de Brito e Paulo Carlos de Brito, respectivamente Presidente e membros do Conselho de Administração da Dendê do Pará S/A — Denpasa — Agricultura, Indústria e Comércio de Oleaginosas. Verificado haver número legal para reunir e deliberar na forma do artigo 38 do Estatuto, o senhor Presidente declarou aberta a sessão e esclareceu que a reunião tinha por objetivo deliberar sobre a emissão das Ações oriundas da Capitalização da "Reserva para Aumento de Capital" relativa ao DL-756/69 no montante de Cr\$ 20.687.972,00 (vinte milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e setenta e dois cruzeiros) conforme já autorizado pela Assembleia Geral Ordinária de 29.04.82. Esclareceu ainda o senhor Presidente que o capital social "autorizado", "subscrito" e "integralizado" dividido segundo a natureza e classe das ações, nesta data, antes da capitalização a ser feita, assim se apresenta:

Ações Natureza e Classe	Capital Autorizado	Capital Subscrito	Capital Integralizado
Ordinárias Nominativas	490.669.000,	481.659.503,	481.659.503,
Pref. Nomin. Classe "A"	381.335.000,	301.476.336,	301.476.336,
Pref. Nomin. Classe "B"	508.591.000,	440.893.494,	440.893.494,
TOTAL	1.380.595.000,	1.224.029.333,	1.224.029.333,

Em seguida o senhor Presidente informou que após os cálculos para a distribuição cômputo da bonificação, restou a quantia de Cr\$ 1.870,00 (um mil, oitocentos e setenta cruzeiros) mantida à conta da "Reserva" a disposição da Assembleia Geral dos Acionistas, pelo que neste ato caberia a emissão de 20.686.102 (vinte milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, cento e dois) ações no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, assim distribuídas: aos acionistas detentores das Ações Ordinárias Nominativas, 8.140.048 (oito milhões, cento e quarenta mil, e quarenta e oito) Ações de mesma natureza e classe; aos acionistas detentores das Ações Preferenciais Nominativas classe "A", 5.094.954 (cinco milhões, noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro) ações de mesma natureza e classe, e aos acionistas detentores das Ações Preferenciais Nominativas classe "B" 7.451.100 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e cem) Ações de igual natureza e classe. Face ao exposto e após ouvidos os demais membros presentes, foi por unanimidade aprovada a emissão de 20.686.102 (vinte milhões, seiscentos e oitenta e seis mil cento e dois) Ações Nominativas no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada, conforme antes discriminado, passando o capital social a apresentar a seguinte constituição, após a capitalização que ora se procede:

Ações Natureza e Classe	Capital Autorizado	Capital Subscrito	Capital Integralizado
Ordinárias Nominativas	490.669.000,	489.799.551,	489.799.551,
Pref. Nomin. Classe "A"	381.335.000,	306.571.290,	306.571.290,
Pref. Nomin. Classe "B"	508.591.000,	448.344.594,	448.344.594,
TOTAL	1.380.595.000,	1.244.715.435,	1.244.715.435,

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, au Vicente Oliveira da Silva, Secretário "Ad-hoc", lavrou esta Ata, que depois de lida, foi aprovada e val assinada por mim e pelos Conselheiros, para que produza os efeitos legais. Seguem-se as assinaturas: Vicente Oliveira da Silva, Charles Frederik Kompter, Domingos Simplicio Mattoz de Barros, Ovídio Carlos de Brito, Pedro Carlos de Brito e Paulo Carlos de Brito. A presente é cópia fiel do original lavrado no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, registrado na JUCEPA em 16.08.78.

Belém-Pará,
28 de Dezembro de 1982
Vicente Oliveira da Silva
Secretário "Ad-hoc"

Junta Comercial do Estado do Pará
JUCEPA

Certifico que, por decisão da Segunda Turma, reunida em, 22/02/83, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 185-83, a 1ª via da presente Ata da Dendê do Pará S/A — Denpasa.

Belém, 22 de 02 de 1983
Alfredo Ferreira Coelho
Secretário Geral
Adalberto Acatuassô Nunes
Pte. da Junta Comercial do Estado do Pará

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(Ext. Reg. nº 922 - Dia: 28/02/83)

FAZENDA SÃO MIGUEL S/A

CGC/MF Nº 05.618.715/0001-26

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social, no lugar denominado "São Miguel" no Município de Muaná, Estado do Pará, os documentos exigidos pela legislação vigente e referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1982.

Belém, 22 de fevereiro de 1983

Ass: EDUARDO GRANDI

Diretor

(Ext. Reg. nº 863 - Dias: 24, 25 e 28.02.83)

A VALLINOTO, COMÉRCIO S/A

C.G.C. 04.800.769/0001-45

AVISO AOS ACIONISTAS

Achem-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede social a Av. Castilho Vargas, nº 381 os documentos a que se refere o art. 133 da lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

Alenquer, 23 de Fevereiro de 1983

A DIRETORIA

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. n. 00937 - Reg. n. 867 - Dias 24, 25 e 28.02.83)

FÁBRICA LEAL S/A — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — LEAL

CGC: 04.917.399/0001-20
AVISO

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Sociedade, os documentos relativos ao exercício de 1982 a que se refere o artigo 133 da Lei 6404/76.

Belém (PA), 22 de fevereiro de 1983

IGNEZ VIEIRA LOURENÇO
Diretora CIC 000582892-91

(Ext. Reg. nº 858 - Dias: 24, 25 e 28.02.83)

COMPANHIA TROPICAL — HOTEL SANTARÉM

CGC/MF - Nº 04.537.395/0001-17
AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, na Avenida Mendonça Furtado, nº 4120, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1982.

Santarém, 21 de fevereiro de 1983.

ANTONIO CARLOS PESTANA FILHO

Presidente do Conselho de Administração

(Ext. Reg. nº 885 - Dias: 25, 28/02, 01/03/83)

JOAQUIM FONSECA, NAV. IND. COMÉRCIO S/A. "JONASA"

C. G. C. - 04.896.817/0001-40

AVISO AOS ACIONISTAS E CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA
GERAL ORDINÁRIA

Acha-se à disposição dos senhores Acionistas na sede social desta empresa, situada nesta cidade, os documentos que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 1982.

Ficam convidados os Senhores Acionistas a reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 17.00 horas do dia 30 de abril de 1983, na sede acima referida, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos que constituirão a ordem do dia:

- 1 - Balanço e demais demonstrações Financeiras, tudo referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1982 /
- 2 - Eleição da Diretoria para Triênio 83/86.
- 3 - Outros assuntos de interesse social.

Belém, Pa., 23 de fevereiro de 1983

a) FRANCISCO JOAQUIM FONSECA

Presidente

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(Ext. Reg. nº 927 - Dias: 28/02, 01 e 02/03/83)

INDÚSTRIA MINERALÓGICA DO PARÁ S/A - IMPAR
CGC (MF) 04.750.675/0001-09

AVISO AOS ACIONISTAS

acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social, à Rua Santo Antônio, 317 - 3º andar Sala 301, na cidade de Belém, Estado do Pará, os do

documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativo ao exercício findo em 31.12.82.

Belém-Pa, 21 de fevereiro de 1983

a) Diretoria

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 00843 - Reg. nº 928 - Dias: 28/02, 01 e 02/03/83)

INDÚSTRIAS SÉCULO XX S/A.

C.G.C.-MF. - Nº 04.894.119/0001-06

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se acham à sua disposição, na sede da Empresa, sito à Avenida Pedro Miranda, 1.210 nas horas de expediente, os documentos a que se refere o artigo de nº 133, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativo ao exercício de 1982.

Belém, 25 de fevereiro de 1983

A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 912 - Dias: 28/02 e 01, 02/03/83)

COMPANHIA AGROPECUÁRIA DO JAHÚ

C.G.C. (MF) - Nº 05.426.846/0001-01

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14.01.83.

Na data acima, os membros do Conselho de Administração da empresa reuniram-se em sua sede social, na Fazenda Jahú, Município de Santana do Araguaia, Pa., convocados conforme Estatutos Sociais e deliberaram o seguinte: Autorizar a emissão, dentro dos limites do Capital Autorizado, de 24.421.000 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e vinte e um mil) ações ordinárias no valor de Cr\$-1,00 (um cruzeiro) cada uma, integralizadas no ato pelas acionistas CONCRETEX S/A, São Luiz Agro-Industrial Ltda., CONCRETEX Ind. de Pré-Moldados Ltda. e Pedreiras Cantareira S/A.. Dessa maneira, o capital subscrito que era de Cr\$-274.973.825,00 (duzentos e setenta e quatro milhões, novecentos e setenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco cruzeiros) passa a ser de Cr\$-299.394.825,00 (duzentos e noventa e nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco cruzeiros), sendo Cr\$-186.972.955,00 (cento e oitenta e seis milhões, novecentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros) em ações ordinárias, Cr\$-4.803.706,00 (quatro milhões, oitocentos e três mil, setecentos e seis cruzeiros) em ações preferenciais Classe "A" e Cr\$-107.618.164,00 (cento e sete milhões, seiscentos e dezoito mil, cento e sessenta e quatro cruzeiros) em ações preferenciais Classe "B".

A presente ata foi assinada pelo Presidente, Secretário e demais Conselheiros presentes.

JOÃO SOARES DO AMARAL NETTO

Presidente da Mesa

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
— J U C E P A —

Certifico que, por decisão da Segunda-Turma reunida em 22.02.83, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 186-83, a 1ª via da presente Ata de Cia Agrop. do Jahú.

Belém, 22 de fevereiro de 1983.

ALFREDO FERREIRA COELHO
Secretário Geral

ADALBERTO ACATAUASSU NUNES
Pte. da Junta Comercial do Estado do Pará
(Ext. Reg. nº 907 - Dia: 28.02.83)

ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE S/A.

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA DA FIRMA ETE - ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE S/A., REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 1983.

Aos sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas, reuniu-se a Diretoria da ETE - Engenharia de Telecomunicações e Eletricidade S/A., na sua sede social, situada na Av. Serzedelo Corrêa, 981 em Belém - Estado do Pará, de conformidade com seus estatutos sociais, com o fim de retificar o endereço do escritório de Brasília-DF.

Presentes os diretores foram iniciados os trabalhos, tendo na oportunidade, o diretor Daniel da Costa Mendes, fazendo uso da palavra, esclarecido que, conforme ata de reunião da diretoria realizada em quinze de agosto de mil novecentos e oitenta e dois, devidamente arquivado na JUCEPA-PA sob nº 1565/82, foi constituído um escritório como apoio administrativo para atual Filial-Brasília no endereço - SIA/SUL, Centro Comercial, Quadra "4 C" Bloco "D", Prédio 72, 2º Andar - Brasília/DF.

Entretanto, houve uma mudança no número do prédio, em que o endereço correto passa a ser - SIA/SUL, Centro Comercial, Quadra "4 C" Bloco "D", Prédio 75, 2º Andar - Brasília/DF.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Belém, sete de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três.

Cópia extraída do livro próprio.

DANIEL DA COSTA MENDES

12º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço a firma de Daniel da Costa Mendes.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1983.
Em testemunho G.S.O. da verdade.

GERALDO DE SOUZA OLIVEIRA
Escrevente Autorizado

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
— J U C E P A —

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em 21.02.83, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 183-83, a 1ª via da presente Ata de ETE - Eng. de Telecom. e Eletric. S/A.

Belém, 21 de fevereiro de 1983.

ALFREDO FERREIRA COELHO
Secretário Geral

ADALBERTO ACATAUASSU NUNES

Pte. da Junta Comercial do Estado do Pará
(Ext. Reg. nº 910 - Dia: 28.02.83)

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA DA FIRMA ETE - ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE S/A., REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 1983.

Aos dez dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três, na sede social da ETE - Engenharia de Telecomunicações e Eletricidade S/A, situada na Av. Serzedelo Corrêa, 981 Belém, Estado do Pará, reuniu-se às dez horas, a diretoria, de conformidade com seus estatutos sociais, com o fim de deliberar sobre o seguinte assunto: criação de um depósito e canteiro de obras em Barueri - São Paulo/SP.

Assim reunidos, foram declarados abertos os trabalhos, tendo na oportunidade, o diretor Daniel da Costa Mendes, fazendo uso da palavra, ocasião em que, esclareceu de criarem um depósito e canteiro de obras, em virtude do aumento de serviços telefônicos com a Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP; decidiu-se então, pela instalação do depósito e canteiro de obras no endereço: Rua Congonhas, nº 02 - Barueri - São Paulo/SP.

Nada tendo os demais, presentes na reunião, a opor, decidiu-se pela aprovação unânime, do proposto pelo diretor. Nada mais havendo a tratar, foi a reunião suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Belém, dez de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três.

Cópia extraída do livro próprio.

DANIEL DA COSTA MENDES

12º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço a firma supra de Daniel da Costa Mendes.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1983.
Em testemunho G.S.O. da verdade.

GERALDO DE SOUZA OLIVEIRA
Escrevente Autorizado

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
— J U C E P A —

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em 21.02.83, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 182-83, a 1ª via da presente Ata de ETE - Eng. de Telecom. e Eletric. S/A.

Belém, 21 de fevereiro de 1983.

ALFREDO FERREIRA COELHO
Secretário Geral

ADALBERTO ACATAUASSU NUNES

Pte. da Junta Comercial do Estado do Pará
(Ext. Reg. nº 911 - Dia: 28.02.83)

AGROPECUÁRIA SÃO ROBERTO S/A

CGC - Nº 46.991.295/0001-06

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 1.983

Aos 14 dias do mês de fevereiro de 1.983, às 10:00 horas, em sua sede social, presentes a maioria dos acionistas detentores do controle acionário, atendendo o Edital de Convocação publicado nos dias 07.02.83, 08.02.83 e 09.02.83 no "Diário Oficial do Estado do Pará" e dias 08.02.83, 09.02.83 e 10.02.83 na "A Província do Pará", realizou-se a Assembléia Geral Extraordinária da Agropecuária São Roberto S/A, cujo objetivo era a alteração parcial dos Estatutos Sociais que trata do capital social e da administração da sociedade. Por indicação dos acionistas presentes, foi escolhido para presidir a presente Assembléia o sr. José Aparecido Ferreira, Diretor da sociedade, tendo sido eu, Wilson Porto, convidado para secretariá-la. Constituída a mesa, solicitou a Presidência que se procedesse à leitura do Edital de Convocação, cujo teor é o seguinte: — AGROPECUÁRIA SÃO ROBERTO S/A — ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA — CGC-MF. 46.991.295/0001-06 — EDITAL DE CONVOCAÇÃO: — Ficam convidados os Senhores Acionistas da Agropecuária São Roberto S/A a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária em sua sede social na Rua XV de Novembro nº 226 - 14º andar, em Belém, Estado do Pará, no dia 14 de fevereiro de 1.983, às 10:00 horas, para apreciarem e deliberarem a seguinte ORDEM DO DIA: a) Alteração dos artigos 5º, 6º, 25º, 29º e 36º dos Estatutos Sociais; b) O que ocorrer. Belém, Pa., 04 de fevereiro de 1.983. aa) José Aparecido Ferreira - Diretor. Em seguida, determinou-se procedesse a leitura do seguinte documento: — PROPOSTA DA DIRETORIA: Senhores Acionistas. A Diretoria da Agropecuária São Roberto S/A, reunidos na sede social propõe as alterações respectivas dos artigos 5º, 6º, 25º, 29º e 36º do Estatuto Social, que passarão a ter as seguintes redações. Artigo 5º — O capital social autorizado é de Cr\$ 354.786.500,00 (trezentos e cinquenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil e quinhentos cruzeiros), representado por 354.786.500 (trezentos e cinquenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil e quinhentas) de ações do valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, divididos em 118.262.168 (cento e dezoito milhões, duzentas e sessenta e duas mil, cento e sessenta e oito) ações ordinárias, 118.262.166 (cento e dezoito milhões, duzentas e sessenta e duas mil, cento e sessenta e seis) ações preferenciais Classe "A" e 118.262.166 (cento e dezoito milhões, duzentas e sessenta e duas mil, cento e sessenta e seis) ações preferenciais Classe "B". § Único — A emissão e colocação de ações será feita sem direito de preferência dos acionistas, salvo nas hipóteses previstas no § 3º alínea "a" e "b" do art. 46 da Lei nº 4278/65. Artigo 6º — As ações, indivisíveis em relação à sociedade, podem ser representadas por certificados de múltiplos. § 1º — A cada ação ordinária, correspondem um voto nas deliberações das assembleias. § 2º — É assegurado aos acionistas o desdobramento dos certifica-

dos de múltiplos de ações, a ser cobrado a preço de custo. Artigo 25 — O Conselho de Administração é composto de 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral dentre acionistas residentes no Brasil, e por ela destituíveis, a qualquer tempo, um dos quais o mesmo conclave designará Presidente do Conselho de Administração. Artigo 29 — A Diretoria é composta de 02 (dois) membros, no mínimo, a 06 (seis) membros, no máximo, acionistas ou não, residentes no Brasil, simplesmente designados Diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. Artigo 36 — Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, e sua remuneração será fixada pela Assembléia Geral que o eleger. Passando ao Item "b" da Ordem do Dia, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar foi por mim Secretário lavrada a presente ata, que subscrevo e assino juntamente com o Sr. Presidente e demais acionistas presentes. Presidente (a) José Aparecido Ferreira; Secretário (a) Wilson Porto. Acionistas (aa) Alcântara Machado Participações S/A - José de Alcântara Machado D'Oliveira Neto e Wilson Porto; Denison Propaganda S/A — Orivaldo Vargas Löffler; Bire — Participações Limitada S/C — Renata Frey de Sauer e José Aparecido Ferreira; Alcântara Machado Periscinoto Comunicações Ltda. — José de Alcântara Machado D'Oliveira Neto e Alexandre José Periscinoto; Oriep — Participações e Investimento Ltda. — Orivaldo Vargas Löffler; Almapar Imobiliária Ltda. — José de Alcântara Machado D'Oliveira Neto e Alexandre José Periscinoto.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Belém, Pa., 14 de fevereiro de 1.983.

JOSÉ APPARECIDO FERREIRA
Diretor

Junta Comercial do Estado do Pará
— JUCEPA —

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em 21.02.83, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 177-83, a 1ª via da presente Ata de Agropecuária São Roberto S/A.

Belém, 25 de fevereiro de 1983.

ALFREDO FERREIRA COELHO
Secretário Geral

ADALBERTO ACATAUASSU NUNES
Pte. da Junta Comercial do Estado do Pará

(Ext. Reg. nº 906. Dia: 28.02.83)

EDITAIS ADMINISTRATIVOS**CENTRAIS ELÉTRICAS
DO PARÁ S.A.
CELPA****AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos senhores acionistas que se acham a sua disposição, na sede da Empresa, à Avenida Governador José Malcher, nº 1670, nas horas de expediente, os documentos a que se refere o artº 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício de 1982.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 909 - Dias: 28/02, e 01, 02/03/83)

**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO
NOVO NORTE -
CODENORTE****ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas de COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO NOVO NORTE - CODENORTE, a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária no próximo dia 09 de março de 1983, às 10 horas, na sede social da Empresa, situada à Rua dos Tamóios, 1.333, nesta cidade, com finalidade de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

- a) Aumento do Capital Autorizado para Cr\$-281.233.167,00 sendo: Cr\$-200.000.000,00 Ações Preferenciais Classe "B" para serem subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM e Cr\$-81.233.167,00 com recursos próprios;
- b) Reforma dos Estatutos Sociais;
- c) Consolidação dos Estatutos Sociais;
- d) O que ocorrer.

Belém, 24 de fevereiro de 1983.

JESUS DO BONFIM MÁRIO DE MEDEIROS
Presidente do Conselho

(T. n. 00948 - Reg. n. 921 - Dias 28.02 e 01, 02.03.83)

**CENTRO DE
PROCESSAMENTO DE
DADOS - CPD****EXTRATO CONTRATUAL**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE SÃO PARTES O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - CPD e PERFOR - TELECOMUNICAÇÕES LTDA., COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Sexta do Contrato Original passará a ter a seguinte redação:

SEXTA: Pela execução dos serviços enumerados na Cláusula Primeira do Contrato Original, o CPD pagará a PERFOR, mensalmente, a quantia de Cr\$-6.350,00 (seis mil, trezentos e cinquenta cruzeiros), cuja despesa será custeada pela Dotação Orçamentária do CPD com a seguinte Classificação:

03 - Administração e Planejamento

07 - Administração

024 - Processamento de Dados

2001 - Serviços de Processamento de Dados

3132 - Outros Serviços de Terceiros e

Encargos

SÉTIMA - O presente Contrato vigorará por 06 (seis) meses prorrogável por períodos iguais e sucessivos, desde que nenhuma das partes denuncie por escrito, seu interesse de rescindir, com antecedência de 30 (trinta) dias ficando automaticamente renovado nas mesmas condições, exceto o preço, que fica reajustado em cada período na base da variação da ORTN ocorrida no período precedente.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo firmadas.

(Ext. Reg. n. 914 - Dia 28.02.83)

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - CPD, E D.W.G. DE MATOS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM LÍNGUA INGLESA, NO VALOR DE Cr\$-1.265.280,00 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta cruzeiros).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O Treinamento será ministrado na sede do Contratante para até 15 (quinze) treinados, divididos em dois grupos, nos horários de 14:30 às 15:30 horas e 17:30 às 18:30 horas, excluindo os feriados oficiais.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO

Para a fiel execução dos serviços discriminados na Cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia de Cr\$-1.265.280,00 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA: FORMA DE PAGAMENTO:

Os pagamentos dos serviços que constituem o objeto deste Contrato, serão divididos em 01 (uma) parcela inicial no valor de Cr\$-96.000,00 (noventa e seis mil cruzeiros), paga na assinatura deste Contrato, estando incluso nesta parcela material didático, 06 (seis) parcelas de Cr\$-100.800,00 (cem mil e oitocentos cruzeiros) e mais 04 (quatro) parcelas de Cr\$-141.120,00 (cento e quarenta e um mil, cento e vinte cruzeiros), pagáveis mensalmente em moeda corrente pelo CONTRATANTE, até o 10º (décimo) dia de cada mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUINTA: RECURSOS FINANCEIROS

A despesa com a execução deste Contrato, no montante de Cr\$-1.265.280,00 (um milhão, duzentos

e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta cruzeiros), correrá no presente exercício à conta de recursos Orçamento do CPD, para o exercício de 1983, assim classificados:

03 - Administração e Planejamento
07 - Administração
024 - Processamento de Dados
2001 - Serviço de Processamento de Dados
3132 - Outros Serviços e Encargos

CLÁUSULA OITAVA: PRAZO — Os serviços serão realizados no período de 01 de fevereiro de 1983 à 31 de dezembro de 1983.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — FORO — As partes elegem o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, local onde serão ajuizadas as possíveis controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

(Ext. Reg. n. 916 - Dia 28.02.83)

EXTRATO CONTRATUAL
INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS — CPD E PONTE REFRIGERAÇÃO LTDA. — PONTE, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A PONTE prestará ao CPD, Assistência Técnica e Manutenção Preventiva, em 33 (trinta e três) Condicionadores de Ar, nos termos abaixo:

a) Efetuar a cada 15 (quinze) dias de limpeza de filtros de poeiras de todos os aparelhos pertencentes a CONTRATANTE, cuja relação dos modelos e séries deverão conter em relação anexa, que passará a fazer parte integrante do presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA — O CPD pagará à PONTE, mensalmente a importância de Cr\$-29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos cruzeiros), que serão pagos ao pessoal técnico, por ocasião da última visita mensal mediante apresentação da Nota Fiscal do recibo correspondente, onde a despesa será custeada pela Dotação Orçamentária do CPD, com a seguinte Classificação:

03 - Administração e Planejamento
07 - Administração
024 - Processamento de Dados
2001 - Serviços de Processamento de Dados
3132 - Outros Serviços de Terceiros e Encargos

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente Contrato entrará em vigor a partir de 10 de fevereiro de 1983 até 31 de dezembro de 1983, podendo ser prorrogado mediante assinatura de um Termo Aditivo, hipótese em que deverá ser reajustado, com base nas variações das ORTN'S (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), ocorridas no período precedente.

CLÁUSULA NONA: FORO — Fica eleito pelas partes Contratantes o Foro da Comarca de Belém, para solucionar dúvidas oriundas do Contrato.

(Ext. Reg. n. 915 - Dia 28.02.83)

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE LOUÇAS, TINTAS E FERRAGENS NO ESTADO DO PARÁ

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convoco todos os senhores representantes das firmas associadas deste Sindicato, em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária que será realizada no próximo dia 05 de março do corrente ano, na sede social à Av. Assis de Vasconcelos, nº 359 - 2º andar, em primeira convocação às 18:00 horas, em 2a. convocação às 18:30 horas ou em 3a. convocação com qualquer número, para o fim especial de se proceder as eleições para a composição da lista triplíce destinada ao preenchimento das funções de Vogal Empregador nas Juntas de Conciliação e Julgamento, de acordo com a Portaria nº 3, de 3 de janeiro de 1983, assinada pelo Exmo. Sr. Dr. Roberto Araújo de Oliveira Santos, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região.

Belém, 28 de fevereiro de 1983.

MÁRIO RAIMUNDO VITA FIDALGO

Presidente

(T. nº 00946 - Reg. nº 903 - Dia: 28.02.83)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP

EXTRATO DO CONVÊNIO

PRIMEIRA CONVENIENTE: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP.

SEGUNDA CONVENIENTE: Imprensa Oficial do Estado

OBJETIVO DO CONVÊNIO: O convênio tem por objeto o atendimento Odontológico dos segurados do IPASEP e seus dependentes, no Gabinete Odontológico que funciona no Edifício Sede da Segunda Conveniente, no horário das 8:00 às 11:00 horas diariamente ou o que for estabelecido entre as partes Convenientes.

VALOR: Pela execução do atendimento odontológico e demais obrigações contidas neste Convênio, a Primeira Conveniente efetuará mensalmente à Segunda Conveniente o respectivo pagamento de acordo com as importâncias constantes do quadro abaixo, cujo controle de atendimento fica a cargo da Primeira Conveniente:

Janeiro	Cr\$ 140.000,00
Fevereiro	Cr\$ 140.000,00
Março	Cr\$ 191.600,00
Abril	Cr\$ 191.600,00
Maior	Cr\$ 191.600,00

Junho	Cr\$ 191.600,00
Julho.....	Cr\$ 191.600,00
Agosto.....	Cr\$ 191.600,00
Setembro.....	Cr\$ 237.500,00
Outubro.....	Cr\$ 237.500,00
Novembro.....	Cr\$ 237.500,00
Dezembro.....	Cr\$ 454.000,00

— Para atender as despesas com a execução do presente convênio a Primeira Conveniente destinará a conta de Recursos próprios a dotação de Cr\$ 2.596.100,00 (dois milhões quinhentos e noventa e seis mil e cem cruzeiros).

PRAZO: O prazo para a execução do presente convênio é de 1 (hum) ano, a contar de 1º de janeiro de 1983 e expirar no dia 31 de dezembro de 1983, podendo ser renovado se assim convier às partes convenientes.

DATA DA ASSINATURA: 06.01.83.

LUIZ RAIMUNDO CARREIRA COSTA

Presidente do IPASEP

FERNANDO FARIAS PINTO

Diretor da Imp. Oficial do Estado

TESTEMUNHAS:

1. RODRIGO AUGUSTO PENA DA GAMA COSTA
NETO

2. DOMINGOS FARIAS GOMES

(Ext. Reg. nº 908 - Dia: 28.02.83)

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO

ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que o Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado designou o dia 02 de março do corrente ano para julgamento do Recurso:

Nº 422 — "Ex-Officio" — em que é recorrente o Delegado Regional da Fazenda Estadual — 1ª Região Fiscal — Belém e interessada NORTE MÁQUINAS COM. E REP. LTDA., sendo relator o Conselheiro Salomão Essucy Soares.

Secretaria do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, 24 de fevereiro de 1983.

LEIDA VALLINOTO KLAUTAU

P/ Secretário

(Ext. Reg. nº 902 - Dia: 28.02.83)

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPLAN

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 026/83 - FUNDEPARÁ/IFE (PRAM), firmado em 09/02/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari.

denação Geral - SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari.

OBJETO: Proporcionar recursos à Prefeitura, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Apoio Financeiro à Administração da Prefeitura".

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 4.583, de 24.09.75, e no Decreto nº 9.483, de 02.02.76, combinado com a autorização do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior de Desenvolvimento.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 03.09.183.1.078 — Programação a Cargo dos Incentivos Fiscais Estaduais; 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial. Empenho nº 027/83 de 10/02/83.

Valor: Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura: Pela SEPLAN - Roberto da Costa Ferreira, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, em exercício.

Pela Prefeitura - Eurípedes Bentes Pamplona Filho, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Arari.

VISTO:

a) ILEGÍVEL

P/ ANA LÚCIA DE ARAÚJO SAMPAIO

Chefe de Gabinete

SEPLAN/PA.

(Ext. Reg. nº 896 - Dia: 28.02.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 028/83 - FUNDEPARÁ/IUM (PRAM), firmado em 09/02/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará.

OBJETO: Proporcionar recursos à Prefeitura, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Conclusão das Obras do Complexo Educacional", na sede municipal.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 4.583, de 24.09.75, e no Decreto nº 9.483, de 02.02.76, combinado com a autorização do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior de Desenvolvimento.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 03.09.183.1.076 - Programação a Cargo do Imposto Único sobre Minerais; 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial. EMPENHO Nº 025/83, de 10/02/83.

Valor: Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 1983.

ASSINATURA: Pela SEPLAN - Roberto da Costa Ferreira, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, em exercício.

Pela Prefeitura: Alderico Queiroz de Miranda - Prefeito Municipal de Santa Izabel do Pará.

VISTO:

a) ILEGÍVEL

P/ ANA LÚCIA DE ARAÚJO SAMPAIO

Chefe de Gabinete

SEPLAN/PA.

(Ext. Reg. nº 896 - Dia: 28.02.83)

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 11 DE FEVEREIRO DE 1982

EMENTA: Cria a Seção de Comunicações Integradas, a fazer parte da estrutura da Coordenadoria de Polícia Preventiva e define a sua competência e atribuição do Órgão.

O Conselho Superior de Segurança Pública, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.854 de 28.08.79, Regulamentada pelo Decreto nº 603 de 25.02.80 e alterado pelo Decreto nº 2.456 de 24.09.82 e,

Considerando a necessidade de disciplinar as atividades inerentes ao Sistema de Comunicação, assim como supervisão, orientação e controle das Unidades fixas e rádio-móveis;

Considerando o disposto no art. 16 do Decreto nº 2.456 de 24.09.82 e Regimento Interno da Secretaria de Segurança Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada a SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES INTEGRADAS - SECOM, unidade administrativa que fará parte da estrutura organizacional da Coordenadoria de Polícia Preventiva.

Art. 2º - A Seção de Comunicações Integradas terá as seguintes competências;

I - Operacionalizar o sistema de comunicações da Secretaria de Segurança Pública;

II - Proceder de modo a integrar as comunicações do sistema de Segurança Pública do Estado, entre as Polícias Civil e Militar e DETRAN;

III - Transmitir ao Centro de Operações Policiais Militares - COPOM e unidades policiais as solicitações dos estabelecimentos de créditos, face acionamento do alarme bancário;

IV - Repassar mensagens de interesse de Segurança Pública aos servidores do Órgão.

Art. 3º - Ao chefe da Seção de Comunicações Integradas, além do disposto no art. 19 do Decreto nº 2.231/82, competirá proceder de modo a implementar a execução das atividades do Órgão.

Art. 4º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões do Conselho Superior de Segurança Pública, aos onze dias do mês de fevereiro de 1983.

Bel. PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

Presidente

ARTAGNAN BARBOSA DE AMORIM SOBRINHO

Vice-Presidente

SINDEVAL DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

Membro

EUCLIDES DE FREITAS FILHO

Membro

HÉRCULES JOSÉ DA SILVA

Membro

JOEL JOÃO COELHO REZENDE

Membro

RAIMUNDO NONATO BARBOSA LIMA

Membro

FERNANDO MIGUEL DA VEIGA

Membro

RAIMUNDO MARÇAL GUIMARÃES

Membro

LÉLIO RAILSON DIAS DE ALCÂNTARA

Membro

DALVO HERMÍNIO C. GRANHEN

Membro

IRAN BEZERRA DE CASTRO

Membro

ANTONIO CARLOS DA SILVA GOMES

Membro

HERCÍLIO AMARANTES DE OLIVEIRA

Membro

(Ext. Reg. nº 901 - Dia: 28.02.83)

TRIBUNAL ELEITORAL

Presidente: NELSON SILVESTRE AMORIM

CARTÓRIO ELEITORAL DA 28ª ZONA - BELÉM-PARÁ

EDITAL Nº 023/83

A Dra. Maria Lúcia Gomes dos Santos, Juíza da 28ª Zona Eleitoral, por nomeação legal, etc....

Leva ao conhecimento de quem interessar possa que requereram TRANSFERÊNCIA de domicílio eleitoral, os seguintes eleitores:

Antonia Zilma Souza Félix, Claudio Roberto Sena Brasil, Daniel Maximiano de Jesus, Hidelberto Sousa, José Ribamar Silva, Lucidéa Costa de Souza, Maria de Fátima Dias Nobre, Maria do Socorro Porto de Castro, Maria Isa Valente da Silva, Miguel Silva Oliveira, Raimunda da Cruz Pinheiro, Reinaldo de Jesus Ferrelra Tavares, Tomas Hiroshi Hayashi.

E, para que não se alegue ignorância vai este afixado em lugar próprio e publicado pelo prazo legal. Dado passado nesta cidade aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e três.

MARIA LÚCIA GOMES DOS SANTOS

Juíza da 28ª Zona Eleitoral

(G. Reg. - nº 494 - Dia: 28.02.83)

EDITAL Nº 024/83

A Dra. Maria Lúcia Gomes dos Santos, Juíza da 28ª Zona Eleitoral, por nomeação legal, etc....

Leva ao conhecimento de quem interessar possa que foram deferidos os processos de TRANSFERÊNCIA de domicílio eleitoral dos seguintes eleitores:

Antonia Zilma Souza Félix, Claudio Roberto Sena Brasil, Daniel Maximiano de Jesus, Hidelberto Sousa, José Ribamar Silva, Lucidéa Costa de Souza, Maria de Fátima Dias Nobre, Maria do Socorro Porto de Castro, Maria Isa Valente da Silva, Miguel Silva Oliveira, Raimunda da Cruz Pinheiro, Reinaldo de Jesus Ferrelra Tavares, Tomas Hiroshi Hayashi.

E, para que não se alegue ignorância vai este afixado em lugar próprio e publicado pelo prazo legal. Dado e passado nesta cidade aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e três.

MARIA LÚCIA GOMES DOS SANTOS

Juíza da 28ª Zona Eleitoral

(G. Reg. - nº 494)

PORTARIA Nº 432

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a Portaria nº 421, de 27 de dezembro de 1982, da Presidência desta Corte, que nomeou Marlett Teixeira Benigno, para exercer efetivamente, o cargo de Agente Administrativo,

classe "A", código TRE-SA-801, referência NM-17, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria deste Tribunal Regional, em virtude de não haver a nomeada se apresentado para tomar posse no cargo, dentro do prazo estabelecido em lei.

Publique-se e registre-se.

Gabinete do Presidente, em 23 de fevereiro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Presidente

(G. Reg. nº 493 - Dia: 28/02/83)

ATO Nº 2.774

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, usando da atribuição que lhe confere o art. 23, Item 18 do Regimento Interno, e à vista do Proc. 592/83,

RESOLVE:

Conceder, a pedido, as férias regulamentares relativas ao exercício de 1983, ao Sr. Milton Braga Bezerra, funcionário do D.N.E.R., ora à disposição deste Tribunal Regional, para serem gozadas no período de 22.02 a 23.03.83.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente, em 23 de fevereiro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Presidente

(G. Reg. nº 493 - Dia: 28.02.83)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente: EDGAR M. LASSANCE CUNHA

RESENHAS DA JUSTIÇA ESTADUAL

EXPEDIENTE DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 1983 - 4ª FEIRA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO - CÍVEL, COMÉRCIO E FAMÍLIA
FORUM - PALÁCIO DA JUSTIÇA - 3º ANDAR
BELÉM - PARÁ

ESCRIVÃO: AMILCAR CAMARA LEÃO

EXPEDIENTE RECEBIDO DOS JUÍZES

4ª VARA

Proc. nº 06/83 - EXECUÇÃO

Ex: Pepi Luminotecnica Ltda.

Adv: Carlos N. de Azevedo e Silva

Ex: Pentágono Engenharia Ltda.

Desp: Aguarde-se a titular.

Proc. nº 106/83 - EXECUÇÃO

Ex: Peter Macrae Halsey

Adv: Wilton Nery

Ex: Fernando Americo Brasil

Desp: Cite-se.

Proc. nº 49/83 - EXECUÇÃO

Ex: Engarrafadora Maués Nobre Ltda.

Adv: Juramir B. Oliveira

Ex: Ascendina Cunha da Silva.

Desp: Junte-se o mandado e certifique-se. Aguarde-se o pedido da executada ou prossiga-se o feito.

Proc. nº 462/82 - EXECUÇÃO

Ex: Henrique Otávio Mendes Carneiro

Adv: Sinisio P. B. Cunha

Ex: Paulo Waldir Martins Miranda

Adv: Bichara F. Neto

Desp: Intime-se o devedor da penhora.

Proc. nº 50/83 - DESPEJO

Aut: Jorge Wilson Arbage

Adv: Marcos J. Nahon

Réus: André Luis Felix dos Santos e Cia. S. Miguel - Comig.

Adv: Edilson Dantas

Desp: A conta. Arbitro honorários de 10% sobre o valor devidamente corrigido. Aplique-se juros de mora e correção. Designo o dia 09 de março às 11 horas para recebimento e pagamento.

Proc. nº 631/81 - INVENTÁRIO

Inv: Fernando Calves Moreira

Adva: Vera Lúcia C. de Azevedo

Inv: Maria Wanderly Moreira

Desp: Prove-se a promessa assinada pela inventariada.

Proc. nº 511/82 - EXECUÇÃO

Ex: Aride Lino Dias

Adv: Expedito Leal Ribeiro

Ex: Arlê Amoras Távora e outro

Desp: A conta. O principal deverá ser corrigido e ser acrescido os juros legais. Arbitro honorários de 10% sobre o valor corrigido.

Proc. nº 101/83 - EXECUÇÃO

Ex: Banco do Brasil S/A

Adv: José Coriolano da Silveira

Ex: Manoel Miguel Ferreira de Souza

Desp: Cite-se.

Proc. nº 88/83 - EXECUÇÃO

Ex: Consul S/A

Adv: José H. Lima

Ex: Acinox - Aço Inoxidável e Equipamentos Ltda.

Desp: Como requer. Devidamente corrigido e com os juros legais. Arbitro honorários de 10% sobre o valor corrigido. A conta.

PETIÇÃO DE: Socilar - Crédito Imobiliário S/A, por seu advogado Dr. Wilton Nery, requerendo apuração de saldo devedor na ação executiva hipotecária movida contra Terezinha de Jesus Vidigal Borges.

Obs: Entregue em cartório s/despacho.

PETIÇÃO DE: Cleide Emerenciana Gonçalves Barreiros, por sua advogada Dra. Odele de Almeida Alves, apresentando contraminuta a apelação na ação declaratória incidental movida por Antonio Ximenes.

Desp: N. A. Cts.

6ª VARA

PETIÇÃO DE: Janary Wanderley Tavares Vieira, por seu advogado Dr. Francisco B. Lobato requerendo sustação do despejo com emprego de força por ter o réu, Ubiracy Nazareno Castilho Bezerra entregue as chaves do imóvel objeto da ação de despejo.

Desp: N. A. como requer.

7ª VARA

PETIÇÃO DE: Guajará Veículos Ltda, por seu advogado Dr. Sérgio A. F. do Couto, expondo e requerendo providências na ação de execução movida contra Reginaldo Derze Ferreira

Desp: N. A. Cts.

8ª VARA

PETIÇÃO DE: - Demerval Marques e outros, por seu advogado Dr. José M. Nascimento, rebatendo a contestação apresentada na ação de reintegração de posse que movem contra Raimundo Fernandes de Oliveira e outra.

Desp: N. A. Cts.

11ª VARA

Proc. nº 504/81 - REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Req: Gomo Arquitetura Ltda.

Adva: Ivete Pinto Nunes

Req: Antenor Fonseca de Oliveira Filho

Adv: Carlos Platilha

Desp: Remarco a vistoria para o dia quinze (15) do mês de março às 10:00 horas, e compromisso do perito do juízo e assistente no dia anterior, às 10:30 horas. Ratifico o exarado nos dois últimos parágrafos do meu despacho de fls. 49 v. Intimem-se.

CARTÓRIO MOACYR SANTIAGO

JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA (1ª) VARA DO CÍVEL E COMÉRCIO, ÓRFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS DA COMARCA DE BELÉM-PA.

JUIZA: Dra. RUTÉA FORTES

ESCRIVÃO: MOACYR SANTIAGO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO, ÓRFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS.

RESENHA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 1983

Proc. nº 1.435/82 de Inventário dos bens deixados por falecimento de Edgar Seixas de Aquino; inventariante: Mariana Seixas de Aquino. Advogados: Drs. Hamilton Gualberto, Neomizio Lobo Nobre e Gilson Frutuoso Abbade. Despacho: "Considerando que, no presente feito, estabeleceu-se o tumulto, pela postulação incorreta da herdeira Nubia Baltar de Aquino, cujo procurador, bacharel Neomizio Lobo Nobre, deixou de cumprir a disposição

do art. 37 do C.P.C., pois que não exibiu o instrumento de mandato e, não se obrigou a exibi-lo, no prazo que a lei determina, chamo o processo a ordem para determinar que a remoção da inventariante, pedida às fls. 38, seja objeto de pedido que deve ser autuado como incidente, correndo o procedimento em apêso aos autos deste inventário, conforme manda o art. 996 C.P.C.

Assim determino sejam desentranhados destes autos, o pedido de fls. 38, e todos os documentos que o acompanham e que deverão instruir o incidente de remoção, estes já constantes, das fls. 47/72 mesmo porque se tornam imprestáveis para a formalização da prestação de contas que a inventariante está obrigada a fazer, cujo processo é regulado pelo art. 919 do C.P.C.

Ordeno que o bacharel Neomício Nobre apresente, em (48) horas, o instrumento de mandato que lhe dá poderes p/ representar a herdeira Núbia Baltar de Aquino, sob pena de ser aplicada a regra do parágrafo único do art. 37 do C.P.C. Quanto a importância aludida às fls. 48, recolha imediatamente em Cartório, para que seja depositada em Caderneta de Poupança. Belém, 23.02.83. a) Rutêa Fortes.

Proc. nº 1.500/82 de Procedimento Sumaríssimo. Autora: Iraci da Silva Ruffeil. Re: Inês Consuelo Bastos Cordeiro da Silva. Advogado: Dr. Ildefonso P. Guimarães Junior. Despacho: "Na forma do art. 267, inciso III, do C.P.C., julgo extinto o processo, eis que não promoveu o autor os atos e diligências que lhe competiam, tendo, ainda, abandonado a causa por mais de trinta (30) dias, conforme faz prova a Certidão retro, do Sr. Escrivão do feito. À conta, devendo a autora renovar a ação, querendo após o pagamento das custas.

Proc. nº 1.619/82 de Execução. A: S.A. White Martins. R: Pergon Ltda. Advogada: Dra. Maria Socorro Araújo Santiago. Despacho: Cite-se.

Proc. nº 1.703/83 de Execução. A: Banco do Estado do Amazonas S/A. R: Adelino Abel Lobo Monteiro. Advogada: Dra. Maria Madalena Quites. Despacho: Cite-se.

Proc. nº 1.571/82 de Execução Forçada. A: Mayssara Mattar Hage. R: Antonio de Souza Carvalho. Advogado: Dr. Antonio Jorge Abelém. Despacho: Assino o prazo de (48) horas, para o signatário da inicial juntar o instrumento de mandato, sob pena de julgar extinto o processo, de vez que a parte não está representada em Juízo".

Proc. nº 1.640/83 de Execução. A: Associação Profissional dos Fotógrafos. R: Claudionor de Almeida Teles. Advogado: Dr. Armino Marinho Bentes. Despacho: Cite-se.

Proc. nº 1.585/82 de Procedimento Sumaríssimo. A: Transportes Pesados Citrama Ltda. R: Romualdo Kerber. Advogado: Dr. Lasmie Cavalcanti Ribeiro. Despacho: Vistos, etc. Homologo, por sentença o pedido de desistência de fls. 15, do autor da ação, p/que produza seus jurídicos e legais efeitos, tendo em vista, o pagamento da dívida. Defiro o desentranhamento dos documentos de fls. 02 e 03 dos autos. P.R.I.

Proc. nº 1.623/83 de Ação de Reintegração de Posse. A: Cooperativa Habitacional dos Rodoviários do Estado do Pará - COHAB. Ré: Ermila de Nazaré Ramos Brandão. Advogado: Dr. Wilton Nery. Despacho: Estendo a inicial devidamente instruída, na forma do art. 928 do C.P.C. defiro a liminar. Expeça-se o competente mandado. Cumprindo este, promova o autor a citação da ré, para contestar a ação, se quiser (art. 930 C.P.C.).

Proc. nº 1.566/82 de execução. A: Alberto Ferreira. R: João Gabriel Abdala. Advogados: Drs. Nathanael Leitão e Ronaldo Barata. Despacho: Chamo o processo à ordem para determinar que se cumpra o despacho expedido às fls. 13, p/os cálculos da contadora, com toda a correção. II. Após os cálculos, diga o peticionário.

Proc. nº 1.674/83 de Execução Hipotecária. A: Socilar - Crédito Imobiliário. R: Pérola de Nazaré Rodrigues. Advogado: Dr. Walter F. Oliveira. Despacho: Ao cálculo.

Proc. nº 1.668/83, de Execução Hipotecária. A: Vivenda Associação de Poupança e Empréstimo. RR: Regina Coeli da Rocha Santos e s/marido José Edmilson Farias Santos. Advogada: Dra. Antonete Machado. Despacho: Publiquem-se os editais de praça no prazo e na forma de lei, para o que designo o dia 16 de março, às 11:00 horas.

Proc. nº 1.658/83 de Execução Hipotecária. A: Vivenda. RR: Maria de Lourdes Smith Marques e s/marido. Advogada: Dra. Antonete Machado. Despacho: Publiquem-se os editais de praça, no prazo e na forma da lei, designando o dia 17 de março, às 11 horas para o leilão.

Proc. nº 1.711/83 de Execução. A: Credicar S A - Administradora de Cartões de Crédito. R: Maria da Graça Coimbra Costa. Advogado: Dr. A. Fernando Rocha. Despacho: Cite-se.

Proc. nº 1.708/83 de Execução. A: Elza Cardoso de Souza. R: Pedro Antonio Eluan Neto. Advogado: Dr. Benedito Marques da Rocha. Despacho: Cite-se na forma do pedido.

Proc. nº 1.594/82 de Rito Sumaríssimo (Reparação de Dano causado em acidente de veículo). A: José Cardoso de Almeida. R: Jaime de Lima Peralta. Advogada: Dra. Hildete Cardoso Monteiro. Despacho: Designo o dia 07 de abril, às 09 horas, p/a audiência de conciliação e julgamento. Intime-se o autor e cite-se o réu, para comparecer, devendo, na forma do art. 278 e seu parágrafo 2º, nela oferecer defesa escrita ou oral, juntando o rol de testemunhas, se quiser ouvi-las, até 48 horas antes da audiência.

Proc. nº 1.457/82 de Reintegração de Posse. A: Rosita Duarte Lucas. R: Angelo Cardoso Pereira. Advogados: Drs. Miguel Lobato Vilhena e Maria Norma de Souza Ferreira, respectivamente. Despacho: Designo o dia 05 de abril vindouro, às 11 horas, para a pericia requerida, mantido o despacho de fls. 38, quanto a entrega do Laudo em Cartório.

Proc. nº 1.519/82 de Inventário de Luiz Euclides Coelho de Souza. Inventariante: Carla Calzavara Coelho de Souza. Advogado: Dr. Luiz Roberto Meira. Despacho: A avaliação.

Proc. nº 1.614/82 de Arrolamento de José Carlos da Rocha Jasse, inventariante: Ana Maria Magno Cavaleiro de Macedo. Advogado: Dr. Arthur Q. Ferreira. Despacho: Cumpra-se inicialmente a complementação do plano de partilha, como o determina o art. 1.036 do C.P.C., e a nova redação que lhe foi dada pela Lei 7.019/31.8.82.

Proc. nº 1.222/81 de Inventário de José Francisco Pereira e Maria Dolores Miralha Pereira. Inventariante: Luiz Alves Pereira. Advogados Drs. Pedro Lima, Arthur Ferreira, Ferdinando Vieira Amazonas. Despacho: Digam os interessados, sobre o petição de fls. 224, da herdeira Joana Orleans Pereira Ramos. Em 23.2.1983. (a) Rutêa Fortes.

Belém, 23 de fevereiro de 1983

M. SANTIAGO
Escrivão

RESENHA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 1983
CARTÓRIO DO QUINTO (5º) OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO
CARTÓRIO PEPES

3ª VARA

Processo nº 83-01-83 - AÇÃO DE INVENTÁRIO

Inventariante: Gregória Lira da Silva - (Adv. Adalberto A. de Souza)

Inventariado: Manoel Nicolau Foro

Despacho: "Diga o M.P. e a Fazenda Estadual".

5a. VARA

Processo nº 472-04-82 - AÇÃO DE DIVÓRCIO

Requerentes: Joaquim Guimarães Bentes e Maria Edineia Luna Bentes - (Adv. José Araújo de Figueiredo)

Despacho: "Não se encontrando suficientemente comprovadas os requisitos estabelecidos, pelo art. 40 da lei 6.515 de 26.12.1977, hei por bem chamar o processo a ordem e designar o dia 01 de março próximo às 9:30 horas para a realização da audiência das testemunhas que se propuseram a esclarecer sobre o decurso do tempo da separação e a sua causa. Dê-se ciência ao M.P. Intimem-se".

5ª VARA

Processo nº 428-03-82 - AÇÃO DE DESPEJO P/FALTA DE PAGAMENTO

Requerente: Manoel de Nazareth Sant'Ana Ribeiro - (Adv. Djalmá Chaves)

Requerido: João Diogenes de Moraes (Adv. Waldemar Felgueiras Vianna)

Sentença: "Vistos, etc... Julgo procedente a Ação o que faço com fundamento no art. 19, II, 52 I e 37 da lei 6.649/79 assinando ao R. o prazo de quinze (15) dias para a desocupação do imóvel condenando-o ao pagamento de custas processuais e honorários do patrono do A. que arbitro em 15% sobre o valor da Ação. Expeça-se a competente notificação. P.I.R. Belém, 18 de fevereiro de 1983. a) Dra. Albanira Lobato Bemerguy".

5a. VARA

Processo nº 68/19/83 - AÇÃO DE EXECUÇÃO

Exequente: CREDICARD S/A (Adv. Antonio Fernando Rocha)

Executado: Herberto Nunes

Despacho: "Devolvo ao Exequente o direito de efetuar a penhora face a nomeação feita a fls. não haver atendido aos requisitos legais. Expeça-se o competente mandado".

5a. VARA

Processo nº 58-17-83 - AÇÃO DE EXECUÇÃO

Exequente: Lupino Comercio de Material Elétrico Ltda. (Adv. Antonio Freitas Leite)

Executada: Metro Engenharia Ltda.

Despacho: "Defiro o pedido a fls. retro baixem os autos à contadora do Juízo para levantamento geral do débito principal, juros de mora, custas e despesas processuais e honorários do patrono do Exequente que arbitro em 15% sobre o valor do débito devidamente corrigido".

5a. VARA

Processo nº 23.03.83 - AÇÃO DE DESPEJO P/FALTA DE PAGAMENTO

Requerente: Maria Consolação dos Anjos Alves (Adv. Rosineide Bentes)

Requerida: R.S.F. Chaves Confecções e seus Avalistas
Despacho: "Contados, Conclusos".

5a. VARA

Processo nº Apenso - AUTOS CIVEIS DE EMBARGOS
Embargante: Tatsushi Yoshikawa (Adv. Sebastião A. de Jesus Lima)

Embargada: Leão das Batatas Comércio de Cereais Importação e Exportação Limitada (Adv. Albérico Pimentel Filho)
— Interposta a Ação de Execução movida por Leão das Batatas, Com. de Cereais Imp. Exp. Ltda., contra Tatsushi Yoshikawa.

Despacho: "Diga o Embargante sobre a impugnação e documentos que a instruíram".

5a. VARA

Processo nº 607/57/82 - AÇÃO DE EXECUÇÃO
Exequente: Associação Profissional do Fotógrafos do Estado do Pará (Adv. Armino Marinho Bentes)

Executado: Raimundo Rodrigues Reis

Sentença: "Vistos. Considerando que o Executado citado não pagou nem ofereceu embargos à execução dou por verdadeiros os fatos enunciados pelo A e na conformidade do art. 680 do C.P.C. Julgo procedente a ação e subsistente a penhora de fls. para que produza seus legais efeitos. Condeno o Suplicado Raimundo Rodrigues Reis ao pagamento do débito principal acrescido de juros de mora, custas processuais e honorários do patrono do A. que arbitro em 20% sobre o valor da ação. Proceda-se a avaliação mediante as cautelas de lei. Intime-se.

5a. VARA

Processo nº 62-01-83 - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Requerente: Higino Matos Santiago (Adv. Fernando da Silva Gonçalves)

Requerido: Mateus Dias Santana

Despacho: "Designo o dia 17 de março às 9:30 horas para a realização da justificação requerida. Proceda-se às necessárias intimações mediante as formalidades legais".

5a. VARA

Processo nº 35.03.83 - AÇÃO DE DESPEJO P/FALTA DE PAGAMENTO

Requerente: Vitória Nogueira da Silva (Adv. Paulo Sérgio R. de Moraes)

Requerida: Miriam de Almeida Costa (Adv. Edison Ferreira de Assunção)

Despacho: "Defiro o pedido de fls. retro admitindo que a Suplicada pague até o dia 02 de março às 11:00 horas, em Cartório os alugueis em atraso, inclusive os que se venceram até a data da purgação, juros de mora, custas processuais e honorários do patrono da A. que arbitro em 15% sobre o valor do débito e também na conformidade da lei 6899/81 a correção monetária. Autorizo o Sr. Escrivão do feito a receber a importância entregando-a ao A. mediante as cautelas prescritas em lei. A conta.

5a. VARA

Processo nº 393.01.78 - AÇÃO DE INVENTÁRIO
Inventariante: Mário Rubem Corrêa de Azevedo - (Adv. Aurélio C. do Carmo)

Inventariado: Oscar da Costa Azevedo

Sentença: "Vistos, etc. Julgo por sentença o cálculo de fls. para que produza seus legais e necessários efeitos. Decorrido o prazo de lei, proceda-se a expedição de guias para pagamento do imposto devido. Intimem-se. Em, 21 de fevereiro de 1983. a) Albanira Lobato Bemerguy".

5a. VARA

Processo nº 502.02.82 - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Autor: Companhia União de Seguros Gerais (Adv. Ulysses C. de Souza e Mônica Bernal Montagna)

Ré: Benedita Cunha da Luz Bandeira - (Adv. Juramir Barbosa de Oliveira)

Despacho: "Proceda-se ao cumprimento das diligências requeridas pelo Ilmo. Dr. Representante do Ministério Público as fls. retro".

5a. VARA

Processo nº 571-04-82 - AÇÃO ORDINÁRIA DE SEPARAÇÃO
Requerente: Antonio Homobono Machado (Adv. Jose Guilherme de Campos Ribeiro)

Requerida: Audinael do Espírito Santo Machado (Adv. Christovam Colombo).

Despacho: "Manifeste-se o órgão do M. Público".

CARTÓRIO RUY BARATA - SEXTO OFÍCIO RESENHA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 1983

JUIZO DA 1ª VARA - INVENTÁRIO

Requerente: - Dolores Marques Gonçalves - Adv. Armando Gonçalves.

Requerido: - Manoel Gonçalves

Sentença: - Julgo por sentença o cálculo de fls. 36, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Quitado, como se encontra o imposto de transmissão "causa-mórtis" e em excesso requeira a parte a devolução, à Fazenda Pública, querendo. Oficie-se à Receita Federal, solicitando informações sobre o imposto de Rendos do de "cujus" quanto a existência, ou não, de débitos.

JUIZO DA 5ª VARA - ORDINÁRIA

Requerente: - Cond. Edf. Princesa Margareth - Adv. Reynaldo Andrade.

Requerido: - Irineu Viégas Pantoja - Adv. José Fernandes Chaves.

Despacho: - Remarco a audiência para o dia 29 de março, às 9:00 hs., procedendo-se as necessárias intimações.

JUIZO DA 6ª VARA

Requerimento de Banco América do Sul S/A., por seu advogado, nos autos da Ação de Execução que move contra Adilson Araújo de Souza Santos e seus avalistas, requerendo a junta da procuração anexa - Adva. Maria Socorro Araújo Santiago.

Despacho: - N.A. Conclusos.

DESPEJO

Requerente: - Derval Gomes Leão - Adv. Alcides Alcântara

Requerido: - Ederlindo Fabeni

Sentença: - Julgo procedente o pedido e determino que o requerido seja notificado para desocupar o imóvel no prazo de cinco dias, sob pena de ser despejado, condeno mais ao pagamento das custas e despesas processuais mais os honorários advocatícios que arbitro em 20% sobre o valor devidamente corrigido. P.R.I.

DESPEJO

Requerente: - Maria de Jesus Fernandes - Adva. Nazaré Abreu

Requerido: - Antonio Ambrósio de Souza - Adv. Miguel Carneiro

Sentença: - Julgo procedente o pedido e determino que o locatário seja notificado para desocupar o imóvel no prazo de cinco dias, sob pena de ser despejado, condeno mais ao pagamento das custas processuais mais os honorários advocatícios que arbitro em 20% do valor corrigido. P.R.I.

ATENTADO

Requerente: - Caetana Mendes Ferreira - Adva. Maria da Batalha

Requerido: - Orlando Pereira de Oliveira

Despacho: - Cite-se.

JUIZO DA 8ª VARA

Requerimento de José Rodrigues de Melo, por seu advogado, nos autos da Ação que move contra Honorato Pinheiro Macedo, requerendo seja apreciado o pedido de fls. 27 - Adva. Maria José Corrêa.

OBS.: - Recebido em cartório em 23/02/83.

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO ESCRIVÃO: - TRINDADE FILHO RESENHA DE 23.FEVER.83

Dr. WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA - 2ª VARA
Proc. nº 6260 - Despejo

Requerente: - Francisca Memória da Silva - Adv. Dr. Herberto Nunes

Requerido: - Benedito Botelho da Silva - Adv. Dr. Celso Burlamaqui Freire.

Desp.: - Não tendo o Juiz que me substituiu, na época, mandado que, se cumprisse, no presente feito, disposição legal impositiva, determino que o réu, no prazo de cinco (5) dias, se manifeste sobre os documentos de fls. 23/27.

Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES - 6ª VARA
Proc. nº 4594 - Inventário

Inventariante: Áurea Bayma de Mendonça Gomes - Adv. Dr. Antonio Abelem (Antonio Brito)

Inventariado: - Rafael Fernandes de Oliveira Gomes.
Desp.: - Desentranhe-se o Agravado de Instrumento e autue-se em separado e após voltem os mesmos conclusos, quanto ao processo principal dêem, digo, dê-se vistas as partes para falarem sobre o pedido da herdeira que quer adjudicar o bem pelo valor já mencionado na inicial.

Dra. ITALZIRA BITTENCOURT RODRIGUES - 7ª VARA

Proc. nº 6873 - Execução

Exequente: - Eurico Fonseca de Mendonça Uchôa - Adv. Dr. Admêe Moura Corrêa.

Executado: - Pedro Rosário Crispino

Desp.: - Por motivo de foro íntimo, dou-me por suspeita para funcionar nestes autos. (a) Clímenie Bernadette de Araújo Pontes.

Dra. CLIMENIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES - 8ª VARA

Proc. nº 5829 - Imissão de Posse - Apelação Cível

Apelantes: - Cláudio Barreiros da Rocha e outra - Adv. Dr. Wilson Velasco.

Apelado: - Maria Lopes Lamarão de Luca - Adv. Dr. Paolo Ricci.

Desp.: - Expeça-se o mandado de imissão de posse.

Dra. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS - 9ª VARA

Proc. nº 5509 - Ordinária

Requerente: - Bom Frio Com. e Refrigeração Ltda. - Adv. Dr. Raymundo Macedo.

Requerido: - Geraldo Berardo - Adv. Dr. Ulisses C. de Souza.

Desp.: - Decreto a nulidade da citação, uma vez que o réu comprovou não ter o Oficial de Justiça, ao tentar cita-lo, cumprido os requisitos legais processuais da citação com hora certa. Assim é que o Oficial somente procurou o requerido duas vezes e já na terceira procedeu à citação com hora certa. Também não houve ocultação o réu pois ao tempo da citação, ele estava em São Paulo, submetendo-se a cirurgia cardíaca. Assim, determino a intimação do advogado do requerido, nos termos do disposto no art. 214, parágrafo 2º do C.P.C.

RAIMUNDO NONATO DA TRINDADE FILHO
Escrivão Vitalício

CARTÓRIO DO NONO OFÍCIO RESENHA DO DIA 23.02.83

PRIMEIRA VARA

RENOVATÓRIA

Requerente: Bastos & Santos (Adv. Francisco Salgado)

Requerido: Nazaré Fragoso Pires (Adv. Cecil Meira)

Sentença (trecho final): "... Ante o exposto e atendendo o que mais consta dos autos, Julgo Procedente em parte o pedido da autora Bastos e Santos e decreto a renovação da locação, cujo contrato foi acostado à inicial por mais cinco anos impondo as seguintes condições a vigorar na prorrogação: I - Começará no dia 01 de janeiro de 1982 e expirará em 31 dezembro de 1986. II - Fica arbitrado em Cr\$-65.704,00 (sessenta e cinco mil setecentos e quatro cruzeiros) o aluguel mensal do imóvel a partir do início da locação renovada (1 de janeiro de 1982) com reajustamento previsto nas ORTNs. III - Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato renovado. Expeça-se mandado para que o Senhor Oficial do Registro de Títulos e Documentos a quem competir seu cumprimento. Registre a prorrogação nos termos do artigo 19 e seus parágrafos 1º e 3º do Decreto-Lei nº 24.150. Deixo de impor condenação de honorários advocatícios tendo em vista o que dispõe o artigo 21 do C.P.C., bem como determino que as partes rateiem as custas. P.I.R. Belém, 22 de fevereiro de 1983. a) Rutea Nazaré Valente do Couto Fortes".

TERCEIRA VARA EXECUÇÃO

Requerente: Socilar Crédito Imobiliário (Adv. Wilton Nery)

Requeridos: Sebastião Nazareno Lima Rodrigues e sua mulher

Despacho: "Como requer. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia dos Santos".

SEXTA VARA

IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

Impugnante: Milton Gusmão Magalhães e sua mulher (Adv. Orlando M. e Silva)

Impugnado: Francisco Joaquim Fonseca (Adv. Alberino Santos)

Sentença (trecho final): "... assim sendo julgo procedente a impugnação e determino a devida retificação. Intime-se e cumpra-se. Belém, 23.02.83. a) Carlos Fernando Gonçalves ORDINÁRIA

Requerente: Francisco Joaquim Fonseca (Adv. Albertino Santos)

Requerido: Milton Gusmão Magalhães e sua mulher (Adv. Orlando M. e Silva)

Despacho: "As partes são legítimas, o processo está em ordem, nada há a sanear. Defiro a perícia solicitada pelo autor e nomeio perito o Dr. José Maria Monteiro David, que deverá prestar compromisso no dia 10 de março às 11:00 horas e deverá realizar a mesma no dia 11. As partes solicitantes deverão depositar em Cartório a importância de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$-50.000,00) para pagamento do perito, importância sujeita a complementação. As partes poderão indicar assistentes e deverão apresentar quesitos. Após a apresentação do laudo será designada a Instrução e Julgamento. Belém, 23.02.83. a) Carlos Fernando Gonçalves".

SÉTIMA VARA

EXECUÇÃO

Requerente: José Grimaldi Pedreira (Adv. Cláudio Ferreira de Souza)

Requerido: Abrahão dos Santos Warris e Raimundo Saldanha de Lima (Adv. José Lobato Maia).

Despacho: "Arbitro em 15% os honorários do advogado do autor sobre o valor da causa. Proceda-se a nova conta, o que feito digam as partes. Belém, 22.02.83. a) Italzira Rodrigues".

REPARAÇÃO DE DANOS

Requerente: Arlindo Marcos da Silva (Adv. Célio Souza)

Requeridos: Leda Martins de Santana e Joaquim A. de Santana (Adv. José Wander Lima de Souza).

Sentença (trecho final): "... Julgo Procedente a ação condenando a ré no pagamento da indenização no valor de Cr\$-32.180,00, acrescido de juros de mora, correção monetária, bem como nas custas do processo e honorários de advogado, que arbitro em 20% sobre o valor da causa. Custas de lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 18.02.83. a) Italzira Rodrigues".

SUMARÍSSIMA

Requerente: Condomínio do Edifício Miracy (Adv. Arthur Melo)

Requerido: Xerikos Charalambos (Adv. Edmar Pereira)

Despacho na petição do autor requerendo o desentranhamento da contestação em virtude da falta de procuração. Conclusos. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia dos Santos".

SEPARAÇÃO JUDICIAL

Requerentes: Paulo Maurício Carneiro e Maria de Fátima Cardoso Carneiro (Adv. Benedito Alvarenga).

Sentença: "Homologo, por sentença para que produza os seus efeitos de direito o acordo de fls. 2, ratificado às fls. 6 e, em consequência, decreto a separação consensual do casal Paulo Maurício Gomes Carneiro e Maria de Fátima Cardoso Carneiro, com fundamento no art. 4 da Lei nº 6515/77. Registre-se e expeça-se mandado de averbação, observadas as formalidades legais. Belém, 23.02.83. a) Clímenie Araújo Pontes".

SEPARAÇÃO JUDICIAL

Requerentes: Manoel Augusto Costa Rezende e Leurilene Teixeira Rezende (Adv. Milton Nobre).

Sentença: "Homologo o acordo de fls. para que produza seu jurídicos efeitos. Decreto a separação consensual do casal Manoel Augusto Costa Rezende e Leurilene Teixeira Rezende, expedindo-se o competente mandado averbatório. I. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia dos Santos".

EMBARGOS DE DEVEDOR

Embargante: Ivan Paula Danim e Otília Amarante Danim (Adv. Avelina Hesketh)

Embargado: Manoel Jorge de Lima Machado (Adv. Ademair Kato)

Despacho: "Diga a embargante. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia dos Santos".

EMBARGOS DE TERCEIRO

Embargante: Cia de Habitação do Estado do Pará (Adv. Luiz Carlos Freire)

Embargado: Cimorel Comercial Importadora Moreira Ltda. (Adv. Jeronimo Barreiros).

Despacho: "Recebo a apelação em ambos efeitos. Vista ao apelado. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

INVENTÁRIO

Inventariante: Aurea Bandeira (Adv. Hermenegildo Crispino)

Inventariado: Bens de Maria Eloy Bandeira

Despacho: "Digam os interessados. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

EXECUÇÃO

Requerente: Esteves Melo Ltda. (Adv. Carmen Adário)

Requerido: Basílio Fernando Virgolino Giordano

Despacho: "Considero válida a penhora. Em avaliação, 23.02.83. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

SEPARAÇÃO JUDICIAL

Requerente: Minelvina Nascimento Freitas (Adv. Félix Oliveira)

Requerido: Luiz Alberto Freitas Pereira

Despacho na precatória: "Junte-se aos autos. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

DÉCIMA QUINTA VARA

MANDADO DE SEGURANÇA

Impetrante: Abel Alves Fernandes (Adv. Moura Palha)
Impetrada: Prefeitura Municipal de Belém (Adv. Abel Guimarães)

Despacho na petição do impetrante requerendo seja reconhecido o trânsito em julgado da sentença: "Diga o sr. escrivão a respeito do alegado. Belém, 23.02.83. a) Maria de Nazaré Brabo de Souza".

NONA VARA

SUMARISSIMA

Requerente: João Charles de Castro Nunes (Adv. José Figueiredo)

Requerido: Perácio Alves Toledo
Despacho: "Citem-se, designando o dia 07 de abril, 10:00 horas, para a audiência vestibular. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia dos Santos".

DIVÓRCIO

Requerente: Geraldo Gonçalves de Araújo (Adv. Wilson Figueiredo)

Requerido: Nelice Batista de Araújo
Despacho: "Renovem-se para o dia 06 de abril, 10:00 horas. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

DIVÓRCIO

Requerente: Joaquim Augusto Martins (Adv. João Cavalcante)

Requerido: Senhorinha Coelho Martins (Adv. Assistência Judiciária)

Despacho: "Diga o M.P. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia dos Santos".

DESPEJO

Requerente: José Fernandes Fonseca Jr. e outros (Adv. Deusdedith Brasil)

Requerido: P.P.N. Transportes Ltda. (Adv. José Acreano Brasil)

Despacho: "A purgação de mora, segundo expressa disposição do artigo 36 da Lei do Inquilinato, deverá ser promovida no prazo da contestação e ao aluguel vencido deverão ser acrescidos os encargos, as custas dispendidas pelo autor e honorários do advogado (Rev. Tribs. 355/308) Assim, o prazo para pedir a purgação é o mesmo da contestação: 15 (quinze) dias. A conta, na qual devem ser incluídos o principal, juros, custas e honorários do advogado do autor, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o débito. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

MANUTENÇÃO DE POSSE

Requerente: Raul de Assis Senna (Adv. Miguel Brasil)

Requerido: Randolpho Lunas (Adv. Holanda Guimarães)

Despacho: "A presente ação de manutenção de posse cumulada com anulação de escritura pública de compra e venda em que é autor Raul de Assis Senna e réu Randolpho Lunas veio da Comarca de Santa Izabel. Iniciada em 1973, com vários incidentes, tumultuada, corria seus tramites, quando em junho de 1982 o réu requereu a remessa do processo ao juízo mais próximo "caso haja qualquer impedimento". A dra. Juíza, então, prolatou o seguinte

despacho: "Como requer o pedido de fls. 126 defiro determinando que os autos sejam encaminhados para a Comarca mais próxima". (fls. 127). E os autos vieram a este Juízo. Entretanto, dou-me por incompetente. Primeiro porque em se tratando de ação possessória que é ação fundada em direito real sobre imóveis, obedece o disposto no art. 95 do CPC e assim, o foro competente é o da situação da coisa. Depois porque nos autos não há nenhum impedimento para que o feito seja julgado pelo Juízo competente, que é o de Santa Izabel. Assim, declarando-me incompetente suscito conflito de incompetência. Em obediência ao disposto do § único do artigo 116 do CPC, determino seja ouvido o representante do Ministério Público. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

ALIMENTOS

Requerente: Lizete Procopio da Cunha (Adv. Divaldo de Souza)

Requerido: Willens Rodrigues de Farias
Despacho: "Junte-se mais uma cópia da inicial. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

DIVÓRCIO

Requerente: Paulo Guilherme Maia Huhn e Helena Avelar de Maia Huhn (Adv. Sérgio Gabriel da Silva).

Despacho: "Não há depoimento de testemunhas nos autos. Assim, designo o dia 05 de abril, 10:00 horas, para a audiência, cientes as partes e o M.P. Belém, 23.02.83. a) Maria Lúcia dos Santos".

CARTÓRIO: ANA CASTELO

JUIZO DE DIREITO DA VARA PRIVATIVA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL E AUTARQUIAS.

JUIZA: Dra. Maria de Nazaré Brabo de Souza.

CARTÓRIO: 15º Ofício.

ESCRIVÃ: ANA MARIA MELO CASTELO BRANCO DE CARVALHO

RESENHA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 1983

Proc. nº 83/83 de EXECUÇÃO.

Exequente: Banco do Estado do Pará S/A (Adv. José Aloysio Campos)

Executados: M. Moraes Indústria e Comércio Ltda. e outros
Desp.: Citem-se os executados na forma da Lei. Em, 22.02.83. a) Maria de Nazaré Brabo de Souza.

Proc. nº 82/83 de EXECUÇÃO

Exequente: Banco do Estado do Pará S/A (Adv. José Aloysio Campos)

Executados: M. Moraes Indústria e Comércio Ltda. e outros
Desp.: Citem os executados na forma da Lei. Em, 22.02.83.

a) Maria de Nazaré Brabo de Souza.

Proc. nº 190/82 de EXECUÇÃO

Exequente: TELEPARÁ S/A - (Adv. Antonio K. Gomes).

Executado: Eduardo Araújo e Silva

Desp.: Em avaliação. Em, 22.02.83. a) Maria de Nazaré

Brabo de Souza.

Belém, 23 de fevereiro de 1983.

ANA MARIA MELO CASTELO BRANCO DE CARVALHO

Escrivã

(Ext. Reg. nº 905)

EDITAIS JUDICIAIS

PROTESTO DE LETRAS

Acham-se neste Cartório, à Rua Manoel Barata, 217, nesta cidade, para serem protestados de acordo com as leis vigentes, os seguintes títulos:

IMORSA Ind. de M. e Mold. Rocha S/A. - DP - Cr\$... 6.480,00 - Proali Ind. Com. e Export. Ltda. - DP - Cr\$ 30.453,15 - Rocha Sassi - DP - Cr\$ 13.617,03 - Paramaq. Equip. de Escri. Ltda. - DP - Cr\$ 132.856,00 - Rosa Lúcia Monteiro Leitão - DP - Cr\$ 10.467,00 - Raimundo Saraiva Freitas & Cia. - DP - Cr\$ 35.402,50 - Ciloel Silva Souza - DP - Cr\$ 6.530,00 - Abel José dos Santos Filho - NP - Cr\$ 331.200,00 - Adezilton Pontes e Silva - NP - Cr\$ 471.926,23 - Roberto Jerônimo de Souza - NP - Cr\$ 471.926,23 - Astepe - Ass. Téc. Rev. - DP - Cr\$ 39.990,51 - M. J. Cavalcante - DP - Cr\$ 11.097,99 - Trator Repres. e Serv. Ltda. - DP - Cr\$ 131.092,50 -

Araçagi Agro Indl. Ltda. - DP - Cr\$ 156.000,00 - Exp. Marajoara Com. e Ind. Ltda. - DP - Cr\$ 47.000,00 - Discal Distr. Carajás Ltda. - NP - Cr\$ 400.000,00 - Estância 1º de Dezembro - DP - Cr\$ 19.890,00 - Soexi Export. e Import. L - DP - Cr\$ 597.880,00 - Coml. de Calç. Sta. Izabel Ltda. - DP - Cr\$ 39.160,00 - Empresas Rurais Notrial S.A. - DP - Cr\$ 104.579,95 - pelo que ficam ditos devedores intimados e notificados, para dentro do prazo de 72 horas, virem pagar ou darem suas razões do não pagamento dos referidos títulos, sob pena de serem lavrados os respectivos protestos.

Belém, 24 de fevereiro de 1983

CARTÓRIO DE PROTESTO MOURA PALHA

II OFÍCIO

RAUL F. M. FRANCO

Escrevente Juramentado

(T. nº 00944 - Reg. nº 897 - Dia: 28.02.83)

PROTESTO DE LETRAS

Faço saber por este Edital a Carlos Erval Bittencourt, Marco Antonio Dias Serrano, Alexandre Alberto Fontanetti, Maria de Nazaré Polaro dos Santos, Helcio Magalhães Rodrigues, Luiz Jorge Maia Simões, Cláudio José Mendes Soares, Jorge Roberto Ferreira Santos, Laura da Silva Pinto, Newman Paulo Pereira de Brito, Maria Valeriana Leão Fadoul, Manoel da Silva Farias, Raimundo Nonato Meguins Matos, Sebastião Santos, Waldir Correia Lima, Sérgio Luiz Machado da Silveira, (EMITENTES), Laércio de Moraes Miranda, Madalena Casseb Barbosa, Antonio Guilherme R. Pinto, Benjamin Melo Monteiro, (AVALISTAS), Sebastião Martins de Almeida Filho, Luzia Ribeiro Lima, Luiz Octavio F. A. Maranhão, Juracy Monteiro dos Santos, Luiz Fernando Cardoso da Cruz, Luiz Gonzaga de Abreu, Luiz Eufásio Ribeiro Filho, Antonio P. Brito, Severino Bezerra da Silva, Armarinho Parnaíba, P.A. da Silva, J. S. Lobato, Serraria Pará Ltda., Sérgio Ferreira da Silva, Maria Odete de Souza Vaz, Loja Maçônica Aurora-Grande Oriente do Brasil, Agropecuária Rio Aratau, Imp. Coml. Rocha, Takahiro Takahashi, M. S. Mota, Rosa Maria Portugal da Costa, Osvaldino Manoel de Lima, Antonio P. Brito, Ademir Eládio de Alencar, Antonio Carlos Filgueira Pereira, A. R. Azevedo, Criex Empreend. Ltda., que foram apresentadas em meu Cartório à Rua 28 de Setembro, nº 276 da parte do Banco da Amazônia S/A., Banco Econômico S/A., Vasp, Banco Bamerindus Brasil S/A., Banco Brasileiro de Descontos S/A., Caixa Econômica Federal, Colméia Com. Ind. Quim. Ltda., União de Bancos Brasileiro S/A., Banco Bozanno Simonsen, Indl. Metalnorte Ltda., Banco Safra S/A., Banco do Brasil S/A., Banco Itaú S/A., Banco Francês e Brasileiro S/A., Banco Estado do Pará S/A., para apontamentos e protestos por falta de pagamento, dezoito (18) notas promissórias, nove (9) Letras de Câmbio e vinte e uma (21) duplicatas de contas mercantis, nos valores de Cr\$ 12.400,00 / 17.462,51 / 42.186,00-saldo / 26.736,00-saldo / 34.668,00-saldo / 27.608,00-saldo / 155.400,00 / 22.812,00 / Cr\$ 26.802,00-saldo / 49.850,00 / 55.944,00-saldo / 49.990,00 / 102.568,00-saldo / Cr\$ 41.000,00 / 22.935,00-saldo / 7.750,00 / 200.000,00 / 13.868,98 / 38.750,50 / 38.750,50 / 69.134,42 / 78.914,53 / 43.224,92 / 14.184,79 / 22.705,28 / 42.622,85 / 54.752,07 / Cr\$ 25.715,98 / 14.795,25 / 51.962,13 / 711.600,00 / 28.229,50 / 87.192,00 / 166.686,60 / Cr\$... 71.566,00 / 12.150,00 / 15.000,00 / 60.000,00 / 42.000,00 / 52.000,00 / 88.000,00 / Cr\$ 36.972,00 / 147.000,00 / 50.000,00 / 528.000,00 / 46.730,00 / 51.660,00 / 38.010,00 / Cr\$ 35.672,00 / 14.500,00 / 40.500,00 / 14.180,00 / vencimentos vários por V. Sas. emitidas, avalizadas e não pagas a favor do Banco da Amazônia S/A, Econômico S/A, Vasp, Miguel da Conceição Araújo, Banco da Amazônia S/A, Banco Bamerindus do Brasil S/A, Banco Brasileiro de Descontos S/A, Caixa Econômica Federal, Colméia Com. Ind. Quim. Ltda., Maq. Cerâmicas Morando S/A, Gasparotto Labate e Cia., Lapis John Faber, I. N. Crespim Maq. Mot., Indl. Metalnorte, Estância Entroncamento, Guajará Veic., Conel Ltda., Marcelo Freitas Peças, Mecânica Bomac, Perfor, Vinícola Garibaldi, Lupino Ltda., Motogerál, H. C. Pneus, Alves Indl. Coml., Pepi Luminotécnica, respectiva-

mente e os intimo e notifico ou a quem legalmente os representem para pagarem ou darem a razão por que não pagam as ditas Notas Promissórias, as Letras de Câmbio e as Duplicatas de Contas Mercantis, ficando V. Sas. cientes desde já de que os protestos respectivos serão lavrados e assinados dentro do prazo legal.

Belém-Pa, 24 de fevereiro de 1983.

(a) ISA VEIGA DE M. CORRÊA

Oficial do Protesto de Letras - 1º Ofício

(Ext. Reg. nº 913 - Dia: 28.02.83)

COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE CITAÇÃO

MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS, Juíza de Direito da Nona Vara Cível, acumulando a Terceira Vara Cível da Comarca de Belém, Estado do Pará, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de trinta (30) dias virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este juízo e cartório, corre uma Ação de Anulação de Casamento, requerida por SIMONE MARIA THIERS VARGAS, brasileira, casada, estudante, domiciliada e residente nesta cidade, à Rua Boaventura da Silva, nº 351, contra RAUL LUÍS ALEGRIA VARGAS, chileno, engenheiro mecânico, na época domiciliado e residente nesta capital, atualmente residente em local incerto e não sabido, e que, por este meio, CITA o requerido para contestar a ação que lhe é movida dentro do prazo de lei, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, pelo autor. O despacho do Meritíssimo Juiz é do seguinte teor: Cite-se, por edital, na forma da lei, pelo prazo de trinta dias, obedecidas as formalidades legais. Belém, 26/10/82. Pedro Paulo Martins. E, para que chegue ao conhecimento de todos, e ninguém possa alegar ignorância, será o presente publicado pela imprensa e afixado em lugar de costume, conforme determina a lei. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 04 dias de fevereiro de 1983. Eu, Antonio Carlos G. Sarmento, Escrevente Juramentado, no impedimento eventual da escrivã o escrevi.

(a) MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Juíza de Direito da 9ª Vara Cível, acumulando a Terceira Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Pará

(T. nº 00947 - Reg. nº 917 - Dia: 28.02.83)

COMARCA DA CAPITAL

JUIZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL E AUTARQUIAS
CARTÓRIO PRIVATIVO

Edital de Citação, com o prazo de 20 (vinte) dias, de José Ferreira Bastos, sua esposa se casado for e seus herdeiros e sucessores se for o caso, passado a requerimento de Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM, na forma abaixo:

A Doutora Maria de Nazaré Brabo de Souza, Juíza de Direito da Vara Privativa da Fazenda Pública Estadual, Municipal e Autarquias, na forma da Lei,

FAZ SABER aos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este meio, com o prazo de 20 (vinte) dias, CITE, JOSÉ FERREIRA BASTOS, nacionalidade, residência e domicílio ignorados, sua esposa se casado for, ou no caso seus herdeiros e sucessores, para responderem, dentro do prazo legal 15 (quinze) dias que começará a fluir a partir do término do prazo do edital se quiserem, a AÇÃO ORDINÁRIA DE COMISSO que lhe move COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM-CODEM, por falta de pagamento dos foros relativos aos anos de 1964 até a presente data no valor de Cr\$ 5.938,89 (Cinco mil, novecentos e trinta e oito cruzeiros e oitenta e nove centavos) referentes ao terreno sito à Rua Domingos Marreiros, medindo 71,00m de frente por 170,50m de fundos, ou sejam 12.105,50 metros quadrados, sob pena de revelia e ficando desde logo advertidos de que não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelos réus, como verdadeiros os fatos alegados pela Autora. DESPACHO: Cite-se o requerido, seus herdeiros ou sucessores por edital, com o prazo de 20 (vinte) dias obedecidas as formalidades legais. Em, 29.12.82. Dra. Maria de Nazaré Brabo de Souza, Juíza de Direito da 15ª Vara da Comarca de Belém-Pará. E, para que os interessados não aleguem ignorância, de futuro, foi expedido o presente em quatro vias de igual forma e teor e para um só efeito, que serão publicados e afixados na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Pará, aos três dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e três. Eu, Ana Maria Melo Castelo Branco de Carvalho, Escrivã Privativa da Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal e Autarquias, Subscrevi.

Dra. MARIA DE NAZARÉ BRABO DE SOUZA
Juíza de Direito da Vara Privativa da Fazenda
Pública Estadual, Municipal e Autarquias
(Ext. Reg. nº 920 - Dia: 28.02.83)

COMARCA DA CAPITAL

JUIZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL E AUTARQUIAS CARTÓRIO PRIVATIVO

Edital de Citação, com o prazo de 20 (vinte) dias, de Jerônimo Noronha Serrão, sua esposa se casado for e seus herdeiros e sucessores se for o caso, passado a requerimento de Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém-CODEM, na forma abaixo:

A Doutora Maria de Nazaré Brabo de Souza, Juíza de Direito da Vara Privativa da Fazenda Pública Estadual, Municipal e Autarquias, na forma da Lei,

FAZ SABER aos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este meio, com o prazo de 20 (vinte) dias, CITE, JERÔNIMO NORONHA SERRÃO, nacionalidade, residência e domicílio ignorados, sua esposa se casado for, ou no caso seus herdeiros e sucessores, para responderem, dentro do prazo legal 15 (quinze) dias que começará a fluir a partir do término do prazo do edital se quiserem, a AÇÃO ORDINÁRIA DE COMISSO que lhe move COMPANHIA DE DESENVOLVI-

MENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM-CODEM, por falta de pagamento dos foros relativos aos anos de 1962 até a presente data no valor de Cr\$ 109,26 (Cento e nove cruzeiros e vinte e seis centavos) referentes ao terreno sito à Rua Siqueira Mendes, parte do Lote nº 2, quarteirão nº 7, medindo 7,70m de frente por 66,00m de fundos, Área de 508,20m², sob pena de revelia e ficando desde logo advertidos de que não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelos réus, como verdadeiros os fatos alegados pela Autora. DESPACHO: Cite-se o requerido, seu cônjuge e seus herdeiros ou sucessores, por edital com o prazo de vinte (20) dias, obedecidas as formalidades legais. Em, 27.12.82. Dra. Maria de Nazaré Brabo de Souza, Juíza de Direito da 15ª Vara da Comarca de Belém-Pará. E, para que os interessados não aleguem ignorância de futuro, foi expedido o presente em quatro vias de igual forma e teor e para um só efeito, que serão publicados e afixados na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Pará aos cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e três.

Eu, Ana Maria Melo Castelo Branco de Carvalho, Escrivã Privativa da Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal e Autarquias, Subscrevi.

Dra. MARIA DE NAZARÉ BRABO DE SOUZA
Juíza de Direito da Vara Privativa da Fazenda
Pública Estadual, Municipal e Autarquias
(Ext. Reg. nº 919 - Dia: 28.02.83)

COMARCA DA CAPITAL

JUIZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL E AUTARQUIAS CARTÓRIO PRIVATIVO

Edital de Citação, com o prazo de 30 (trinta) dias, de Lúiza Maria da Silva, seu esposo se casada for e seus herdeiros e sucessores se for o caso, passado a requerimento de Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém-CODEM, na forma abaixo:

A Doutora Maria de Nazaré Brabo de Souza, Juíza de Direito da Vara Privativa da Fazenda Pública Estadual, Municipal e Autarquias, na Forma da Lei

FAZ SABER aos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este meio, com o prazo de 30 (trinta) dias, CITE, LUIZA MARIA DA SILVA, nacionalidade, residência e domicílio ignorados, seu esposo se casada for, ou no caso seus herdeiros ou sucessores, para responderem, dentro do prazo legal 15 (quinze) dias que começará a fluir a partir do término do prazo do edital, se quiserem, a AÇÃO ORDINÁRIA DE COMISSO que lhe move COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM-CODEM, por falta de pagamento dos foros relativos aos anos de 1927 até a presente data, no valor de Cr\$ 4.948,70 (Quatro mil novecentos e quarenta e oito cruzeiros e setenta centavos), referentes ao terreno sito à Rua da Matriz (atual Rua Cel. Juvêncio Sarmento), s/nº, 4º Quarteirão, Lotes nºs 13 e 14 frente ao nascente, medindo 22,00m de frente e 99,00m de fundos, sob pena de revelia e ficando desde logo advertidos de que não contesta-

da a ação presumir-se-ão aceitos pelos réus, como verdadeiros os fatos alegados pela autora. DESPACHO: Defiro o pedido de fls. 11, faça-se a citação da requerida por edital, seu cônjuge se casada for, herdeiros ou sucessores, obedecidas as formalidades legais. Em, 13.01.83. Dra. Maria de Nazaré Brábo de Souza, Juíza de Direito da 15ª Vara Cível da Comarca de Belém, Pará. E; para que os interessados não aleguem ignorância, de futuro, foi expedido o presente em quatro dias de igual forma e teor e para um só efeito, que serão publicados e afixados na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Pará, aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e três. Eu, Ana Maria Melo Castalo Branco de Carvalho, Escrivã dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, Municipal e Autarquias, subscrevi.

Dra. MARIA DE NAZARÉ BRÁBO DE SOUZA
Juíza dos Feitos da Fazenda Pública
Estadual, Municipal e Autarquias
(Ext. Reg. nº 918 - Dia: 28.02.83)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

EDITAL - VISTA

Faço público, que se encontram neste Cartório no Tribunal de Justiça, com vista ao doutor Felix Emanuel Oliveira, advogado da embargada — MARIA DAS DORES DA SILVA STILIANIDI, os autos de Embargos Infringentes contra si opostos por JOAQUIM MÁRIO DE SOUZA SOUTO, por seu procurador judicial doutor Cristovam Colombo, a fim de serem impugnados dentro do prazo legal, a contar da publicação deste Edital.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Belém, 24 de fevereiro de 1983.

WILSON RABELO
Escrivão
(G. Reg. nº 490. Dia: 28.02.83)

EDITAL

Faço público para conhecimento de quem interessar possa que, se encontra em Cartório, pelo prazo de lei, os autos de Embargos Cíveis da Capital — Embte., FREDERICO SANTOS DE SOUZA (Adv. Dr. BENEDITO MARTINS), e — Embdo., BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A (Adv. Dr. JOSÉ ALOÍSIO CAVALCANTE CAMPOS), a fim de serem ditos embargos impugnados dentro no referido prazo.

Dado e passado em Cartório, na Secretaria do Tribunal aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três.

OLYNTHO TOSCANO
Escrivão do feito

EDITAL

Faço público para conhecimento de quem interessar possa que, se encontra em Cartório, pelo prazo de lei, os autos de Embargos Cíveis da Capital — Embte., ANTÔNIO FREITAS DA SILVA (Adva. Dra. MARIA NORMA FERREIRA) e, Embdo., LUIZ AVELINO DE

FREITAS (Adv. Dr. FRANCISCO NUNES SALGADO), a fim de serem ditos embargos impugnados dentro no referido prazo.

Dado e passado em Cartório, na Secretaria do Tribunal aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três.

OLYNTHO TOSCANO
Escrivão

EDITAL

Faço público para conhecimento de quem interessar possa que, se encontra em Cartório, pelo prazo de lei, os autos de Embargos Cíveis da Capital — Embte., KARL HANZ LANGANKE (Adv. Dr. EDGAR CONTE) e, Embdos.: ÁLVARO RIBEIRO DE FREITAS e OSWALDO RIBEIRO DE FREITAS (Adva. Dr. JACY MONTEIRO COLARES), a fim de ser dito petitório impugnado ditos embargos dentro no referido prazo.

Dado e passado em Cartório, na Secretaria do Tribunal aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três.

OLYNTHO TOSCANO
Escrivão

EDITAL

Faço público para conhecimento de quem interessar possa que, se encontra em Cartório, pelo prazo de lei, os autos de Embargos Penais da Capital — Embte., o 2º Sargento da PM — ALILSON ABDON DINIZ (Adv. Dr. WILSON MAGALHÃES) — E, Embdo., A JUSTIÇA MILITAR, por seu representante legal, a fim de ditos embargos impugnados dentro no referido prazo.

Dado e passado em Cartório, na Secretaria do Tribunal aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três.

OLYNTHO TOSCANO
Escrivão
(G. Reg. nº 490. Dia: 28.02.83)

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 2ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente da Câmara, foi designado o dia 03 de março para julgamento dos seguintes feitos:

APELAÇÃO CÍVEL DA CAPITAL

Apte: Instituto Nacional de Previdência Social (Dra. Maria de Nazaré Moraes).

Apdo: José Ribamar Costa (Pela Assistência Judiciária).

Relator: Desembargador MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO

IDEM, IDEM, IDEM

Aptes: O Banco do Estado do Pará e Manoel Tibiriçá Portugal (Drs. Artemis Leite da Silva e Domingos Maciel da Costa, respectivamente).

Apdos: Os mesmos.

Relator: Desembargador MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO

IDEM, IDEM, IDEM,
Aptes: Os herdeiros de Gabriel Mariano de
Aguiar (Dr. Luiz Gonzaga da Silva).
Apdo: Juvenal Alves Haik (Dr. Pedro Paulo Cam-
pos).

Relator: Desembargador NELSON AMORIM
Secretaria de Tribunal de Justiça do Estado. Be-
lém, 24 de fevereiro de 1983.

GENGIS FREIRE
Subsecretário do TJE
(G. Reg. nº 490. Dia: 28.02.83)

JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA

O Dr. ALUIZIO MARÇAL MACEDO RODRIGUES — Juiz do
Trabalho - Presidente da Primeira Junta de Conciliação e Julgamen-
to de Belém:

FAZ SABER que pelo presente Edital fica citada a Firma ARTI-
CO — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO DO PARA
LTDA., localizada em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48
horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de
Cr\$ 7.140.028,42 (Sete Milhões, Cento e Quarenta Mil, Vinte e Oito
Cruzeiros e Quarenta e Dois Centavos), referente a principal e custas
devidos nos termos da decisão proferida por esta Primeira Junta nos
autos do Processo nº 1ª JCJ—1774/82, em que é exequente: PAULO
SÉRGIO GOUVÊA DE OLIVEIRA, em audiência de 07.12.82: "RE-
SOLVE: A MM. 1ª JCJ de Belém, à unanimidade, julgar totalmente
procedente a reclamação de PAULO SÉRGIO GOUVÊA DE OLIVEI-
RA, contra ARTICO — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGE-
RAÇÃO DO PARA LTDA., para condenar a reclamada a pagar ao re-
clamante a importância de Cr\$ 2.460.000,00 a título de salários e co-
missões retidas e mais o que for apurado em liquidação de sentença,
por cálculos da Secretaria, a título de aviso prévio, férias, e gratifi-
cação de Natal proporcionais. A reclamada deverá liberar o depósito
do FGTS no Código 01 ou, não havendo depósitos, pagar o que for
encontrado em cálculo de liquidação a esse título. A reclamada de-
verá devolver a CTPS do reclamante no prazo de 48 horas após o
trânsito em julgado desta sentença ou não o fazendo pagar a inden-
ização que for arbitrada pelo presidente da Junta a esse título. Sobre
os valores deferidos incidirão juros e correção monetária na forma
da Lei. Custas pela reclamada de Cr\$ 83.162,00 calculadas sobre
Cr\$ 4.000.000,00 que se arbitra para a condenação".

EFETUADOS OS CÁLCULOS, IMPORTANDO EM:

— Valor do Principal:	Cr\$ 6.921.129,67
— Custas de Sentença:	Cr\$ 142.184,15
— Custas de execução:	Cr\$ 76.714,60

TOTAL DEVIDO: Cr\$ 7.140.028,42

Caso não pague, nem garanta a execução, no prazo supra,
proceda-se à penhora em tantos bens quantos bastem para integral
pagamento da dívida.

E, para chegar ao conhecimento da interessada, é passado o
presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e
afixado no lugar de costume, na sede desta 1ª Junta, à Travessa D.
Pedro I, nº 750 - 3º bloco - 2º andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém - Estado do Pará, aos
dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta
e três. Eu, Nasaré de Pina - Téc. Jud.021.B., lavrei o presente. E eu,
Delphina Araújo Ramos - Diretora de Secretaria, subscrevi.

ALUIZIO MARÇAL MACEDO RODRIGUES
Juiz Presidente da 1ª JCJ de Belém

(G. Reg. Nº 469)

4ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Juiz do Trabalho - Presidente da 4ª Junta de Con-
ciliação e Julgamento de Belém, Exmº Sr. LUIZ ALBANO MENDONÇA
DE LIMA.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele
notícia tiverem que, no dia 16 de março de 1983, às 15:00 horas, na
sede desta Junta, à Travessa D. Pedro I, nº 750, serão levados à
público, pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior
lanço s/arrematação, o bem penhorado na execução movida por JO-
SÉ RAIMUNDO G. BEZERRA, contra TELEVISÃO RODOVIÁRIA
LTDA. bem esse encontrado à Avenida Governador José Malcher, nº
1332 - TV Guajará, e que é o seguinte:

— 01 — uma máquina fotográfica, profissional, marca Nikkormat, nº
FT—4483292, 135 MM, no estado. Avaliada por Cr\$ 250.000,00.

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no
dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá
garantir o lanço com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento)
de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados,
é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Jus-
tiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 18
de fevereiro de 1983. Eu, Antônio Barbosa de Oliveira Neto - auxiliar
Judiciário — TRT - 8ª AJ - 022.A, datilografei. E eu, Ivani Siqueira Tej-
xeira - Diretora de Secretaria da 4ª JCJ de Belém - Substituta - Chefe
da Secretaria, subscrevo.

LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Juiz do Trabalho

(G. Reg. Nº 470)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO

NOTA Nº 20/83

Em cumprimento ao disposto no art. 181 do Regimento Inter-
no deste Tribunal, faço saber que nos autos do Processo TRT RP Nº
19/83, oriundo da MM. ... Junta de Conciliação e Julgamento de Cas-
tanhal, e correspondente ao Processo nº JCJC—465/82, em que são
partes: RAIMUNDO DE SOUSA MODESTO - Exequente, e MUNICI-
PIO DE CURUÇÁ — PREFEITURA - Executado.

O Exmº Sr. Dr. Juiz presidente exarou o seguinte despacho:
"I — Defiro o precatório.

II — Em observância ao disposto no art. 117 da Constituição da
República Federativa do Brasil, requirite-se ao Exmº Sr. Prefeito Mu-
nicipal de Curuçá, a importância de Cr\$ 61.218,93 (Sessenta e Um
Mil, Duzentos e Dezito Cruzeiros e Noventa e Três Centavos), para
cumprimento do acordo elebrado pela MM. ... Junta de Conciliação e
Julgamento de Castanhal.

III — Cumpram-se o art. 181 e seu parágrafo único do Regimen-
to Interno deste Tribunal.

Belém, 18 de fevereiro de 1983.

a) ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente"

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribu-
nal Regional do Trabalho da 8ª. Região, aos 21 dias do mês de feve-
reiro de 1983.

ALBERTINA DIAS MAIA
Diretora do Serviço Processual

(G. Reg. Nº 471)

NOTA Nº 21/83

Em cumprimento ao disposto no art. 181 do Regimento Inter-
no deste Tribunal, faço saber que nos autos do Processo TRT RP Nº

20/83, oriundo da MM. ... Junta de Conciliação e Julgamento de Castanhal, e correspondente ao Processo nº JCJC-09/82, em que são partes: SILAS DA SILVA JARDIM - Exequente, e DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARÁ - Executado.

O Exmº Sr. Dr. Juiz presidente exarou o seguinte despacho:
"I - Defiro o precatório.

II - Em observância ao disposto no art. 117 da constituição da República Federativa do Brasil, requirite-se ao Ilmº Sr. Diretor do departamento de Estradas de Rodagem do Pará, a importância de Cr\$ 261.473,82 (Duzentos e Sessenta e Um Mil, Quatrocentos e Setenta e Três Cruzeiros e Oitenta e Dois Centavos, para cumprimento da decisão judicial prolatada pela MM. ... Junta de Conciliação e Julgamento de Castanhal.

III - Cumpram-se o art. 181 e seu parágrafo único do Regimento Interno deste Tribunal.

Belém, 18 de fevereiro de 1983.

a) ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, aos 21 dias do mês de fevereiro de 1983.

ALBERTINA DIAS MAIA
Diretora do Serviço Processual

(G. Reg. Nº 471)

NOTA Nº 22/83

Em cumprimento ao disposto no art. 181 do Regimento Interno deste Tribunal, faço saber que nos autos do Processo TRT RP Nº 21/83, oriundo da MM. 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, e correspondente ao Processo nº 6ª JCJ-1983/81, em que são partes: JOSÉ GEORGE DOS SANTOS CABRAL - Exequente, e ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - Executado.

O Exmº Sr. Dr. Juiz presidente exarou o seguinte despacho:
"I - Defiro o precatório.

II - Em observância ao disposto no art. 117 da Constituição da República Federativa do Brasil, requirite-se ao Exmº Sr. Governador do Estado do Pará, a importância de Cr\$ 1.897.863,00 (Um Milhão, Oitocentos e Noventa e Sete Mil, Oitocentos e Sessenta e Três Cruzeiros), para cumprimento da decisão judicial prolatada pela MM. 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

III - Cumpram-se o art. 181 e seu parágrafo único do Regimento Interno deste Tribunal.

Belém, 18 de fevereiro de 1983.

a) ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente".

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, aos 21 dias do mês de fevereiro de 1983.

ALBERTINA DIAS MAIA
Diretora do Serviço Processual

(G. Reg. Nº 471)

ACORDÃOS DO TRT PUBLICADOS NA SESSÃO DE HOJE - 21.02.1983

Ac. nº 109/83. Proc. AI 53/83. JCJ de Breves. Relatora: Juíza Lygia Oliveira. Agravante: Madelras Gerais S/A. - MAGESA (Adv.: Dr. Raimundo Nonato Matos). Agravado: Edgar de Souza Dias.

EMENTA: Intimação da Sentença - Desnecessidade quando as partes estão cientes da data da publicação.

A interpretação do artigo 843, consolidado bem como as regras do processo comum sobre a matéria (§§ 1º e 2º do artigo 242 do CPC), levam à conclusão de que é desnecessária a intimação às partes, da sentença, quando estão elas cientes da data da publicação da mesma.

Decisão: Por unanimidade, conheceram do agravo; por maioria, negaram-lhe provimento, confirmando o despacho agravado.

Ac. nº 110/83. Proc. R EX OFF e RO 18/83. 3ª JCJ de Belém. Relatora: Juíza Lygia Oliveira. Recorrente-Reclamado: Município de Belém - Agência de Icoaraci (Procurador Dr. Armando I Pinheiro) Recorrido-Reclamante: Barbosa Dutra da Silva (Advogada: Dra. Ana Maria França Barros do Carmo).

EMENTA: Empregado celetista, que nunca pertenceu a outro regime jurídico de trabalho, não pode sofrer congelamento no adicional por tempo de serviço que percebe.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram dos recursos e negaram-lhes provimento, para confirmar a sentença recorrida.

Belém, 21 de fevereiro de 1983.

a) Ilegível

(G. Reg. Nº 472)

PROCESSO: TRT RO 1256/82

RECORRENTE: Marco Aurélio Rodrigues (Bar Bip Bip). - Advogado: Dr. Miguel Brasil Cunha.

RECORRIDO: Carlos Alberto de Menezes Lobato. - Advogado: Dr. Otávio Moreira da Cunha.

DESPACHO

I - A revista, tempestiva, fundamenta-se na letra B do art. 896 da CLT.

II - Insurge-se o recorrente contra o Acórdão nº 35/83 (fls. 55) que decretou a deserção do recurso ordinário, por insuficiência do depósito do principal. Aponta violação a dispositivo de lei.

III - Não houve violação de norma legal, sendo incensurável o decisório impugnado. Aplicação do art. 899, parágrafo 1º da CLT.

IV - Denego a interposição da revista. Intime-se.

Belém, 21 de fevereiro de 1983.

JOSÉ DE RIBAMAR ALVIM SOARES

Juiz Togado, no Exercício da Presidência

(G. Reg. Nº 474)

PROCESSO: TRT RO 1254/82

RECORRENTE: Capemi - Sociedade de Assistência Médico-Hospitalar S. C. Ltda. - Advogado: Dr. Edilson Dantas.

RECORRIDO: Almor Gaspar Pinto Azevedo. - Advogado: Dr. Francisco Wilson Ribeiro.

DESPACHO

I - A revista, tempestiva, fundamenta-se na alínea A do art. 896 da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. Acórdão nº 49/83 de fls. 149/150. Pretende ver apreciado seu recurso ordinário que o Egrégio Regional julgou deserto, porque o depósito do principal feito em agência bancária situada em local diverso daquele onde o empregado prestou serviços.

III - Como divergência jurisprudencial invoca a recorrente decisões de outros regionais e Súmula do Colendo TST, cujas transcrições faz no apelo. De fato, essas decisões conflitam com a do v. acórdão recorrido ensejando a admissibilidade da revista.

IV - Admito a interposição do recurso, no efeito devolutivo. Intime-se.

Belém, 22 de fevereiro de 1983.

JOSÉ DE RIBAMAR ALVIM SOARES

Juiz Togado, no Exercício da Presidência

(G. Reg. Nº 474)

PROCESSO: TRT RO 1246/82

RECORRENTE: Expresso Modelo Ltda. - Advogado: Dr. Raimundo Barbosa Costa. -

RECORRIDOS: Emygdio de Campos Queiroz e Raimundo Rodrigues da Silva. - Advogado: Dr. Antônio Miranda da Fonseca.

DESPACHO

I - A revista é tempestiva. Fundamenta-se nas alíneas A e B do art. 896 da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o acórdão de fls. 131/132 que manteve decisão de primeira instância, condenando-a ao pagamento de parcelas de natureza trabalhista. Aponta violação de lei e divergência jurisprudencial.

III - A recorrente não consegue demonstrar a infringência a dispositivo de lei nem discrepância jurisprudencial. Ademais, a tese

recursal é integralmente voltada a matéria fática, cuja reapreciação é vedada nesta fase do processo, em razão da natureza do recurso de revista.

IV — Ante o exposto, denego a interposição da revista. Intime-se.

Belém, 21 de fevereiro de 1983.

JOSÉ DE RIBAMAR ALVIM SOARES
Juiz Togado, no Exercício da Presidência
(G. Reg. Nº 474)

PROCESSO TRT AT 4/83

RECORRENTE: Luiz de Almeida Quelroz. - Advogado: Dr. Humberto Machado de Mendonça.

RECORRIDA: Companhia de Navegação da Amazônia.

DESPACHO

I — A revista, embora tempestiva, é Incabível, nos termos do § 4º do art. 896, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação alterada, da Lei nº 5.442, de 24 de maio de 1968, in Verbis:

"§ 4º Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais ou por suas Turmas, em execução de sentença, não caberá recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho".

II — O recorrente insurge-se contra o Acórdão 60/83 que, negando provimento a Agravo de Petição, manteve despacho de primeira instância que, na fase de execução, rejeitara os embargos sob a alegação de intempestividade.

III — Ante o exposto, denego a interposição da revista. Intime-se.

Belém, 21 de fevereiro de 1983.

JOSÉ DE RIBAMAR ALVIM SOARES
Juiz Togado, no Exercício da Presidência
(G. Reg. Nº 474)

PROCESSO: TRT RO 948/82

RECORRENTE: Companhia Florestal Monte Dourado. - Advogados: Drs. Maria Lídia Bittencourt Rodrigues e José Torquato de Alencar.

RECORRIDOS: Jacy Cordelro Mendes. - advogadas: Dras. Selma Elizabeth de Lacerda Mira e Sandra Maria Ferrelra de Andrade e Miguel S. Gutierrez Ribeiro — Desplan.

DESPACHO

I — A revista é tempestiva. Fundamenta-se na alínea B do art. 896, da CLT.

II — O 8º Regional, através do v. Acórdão nº 28/83, fls. 54 e 55, decidiu manter a solidariedade determinada na sentença de 1º grau,

quanto à recorrente, uma vez que a empregadora não comprovou idoneidade financeira para arcar sozinha com o ônus da condenação. Contra essa decisão insurge-se a recorrente sob a alegação de que não há prova em contrário à idoneidade da empresa contratada. Aponta como violado, art. 618 da CLT.

III — Prudente foi a decisão da primeira instância, confirmada pelo acórdão recorrido. A empresa (primeira reclamada) não tem endereço certo e sabido, conforme se verifica do Edital de Notificação às fls. 46, o que já prova sua instabilidade. Nada mais justo, portanto, que responsabilizar, também, a recorrente (segunda reclamada), para maior garantia dos direitos trabalhistas da reclamante. A matéria, como se pode ver, é fática envolvendo provas, o que torna impossível sua reapreciação nesta fase processual, dada a natureza do recurso ora interposto.

IV — Ante o exposto, nego a interposição da revista. Intime-se. Belém, 21 de fevereiro de 1983.

ARTHUR FRANCISCO SEIXAS DOS ANJOS
Juiz Togado, no Impedimento do Presidente em exercício
(G. Reg. Nº 474)

PROCESSO TRT RO 1.218/82

RECORRENTE: Antonio da Costa Rodrigues. - Advogado: Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos.

RECORRIDA: Key Perfurações Marítimas Ltda. - Advogado: Dr. Antonio Maria Filgueiras Cavalcante.

DESPACHO

I — A revista, tempestiva, fundamenta-se nas alíneas A e B do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

II — Insurge-se o recorrente contra o Acórdão nº 38/83 (fls. 74/75) que, confirmando decisão de primeira instância, julgou improcedente a reclamação, porque a atividade do reclamante — Supervisor de Cozinha — não se encontra enquadrada dentre as mencionadas no art. 1º da Lei nº 5.811/72.

Aponta como violada a referida lei, o art. 818 da CLT e, como conflitante o aresto transcrito às fls. 79 de seu apelo.

III — Nem violação nem divergência jurisprudencial. Os dois graus de jurisdição decidiram que "o artigo 1º da mencionada lei é incisivo ao dispor que o "regime de trabalho regulado nesta lei é aplicável aos empregados que prestam serviços em atividades de exploração, perfuração, produção... A lei não se refere a empregados que prestam serviços em Empresa de exploração, perfuração, etc.".

IV — Ante o exposto, denego a interposição da revista. Intime-se.

Belém, 22 de fevereiro de 1983.

JOSÉ DE RIBAMAR ALVIM SOARES
Juiz Togado, no Exercício da Presidência
(G. Reg. Nº 474)

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

ACÓRDÃO N. 12.666
(Processos nºs. 55.707, 55.712, 55.856, 55.877, 55.879, 55.909, 55.911, 55.913, 55.944 e 55.949)

Assunto: Aposentadorias

Relator: Conselheiros MANUEL AYRES

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de registros das aposentadorias abaixo identificadas:

Processo n. 55.707 - MARIA FRANCISCA DE LIMA SOUZA, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1 Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Educação Mun. de Igarapé-Açu, nos termos da Portaria n. 966, de 09 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-381.801,60 (trezentos e oitenta e hum mil, oitocentos e hum cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral 14.935,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82) 8.633,00

23.568,00

Adicional p/tempo de Serviço - 35%

8.248,80

Provento Mensal
Provento Anual

31.816,80
Cr\$-381.801,60

Processo n. 55.712 - MARIA FERREIRA DE SOUZA, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau Código GEP-M-401.2 - classe "B", lotada na Secretaria de Estado de Educação, Mun. de Capitão Poço, nos termos da Portaria n. 968, de 09 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-631.411,20, (seiscentos e trinta e hum mil, quatrocentos e onze cruzeiros e vinte centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral 16.240,00
Salário Aula (140 hs x 162,40) 22.736,00
Adicional p/tempo de Serviço - 35% 13.641,60

52.617,60

Provento Mensal
Provento Anual

Cr\$-631.411,20

Processo n. 55.856 - EDITH ARANHA SOUZA, no cargo de Inspetor de Alunos, código GEP-ANM-809.3 Classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Capital, nos termos da Portaria n. 885, de 22 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item III § 1º, 111 item I, alínea "A" da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81 - TC), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-395.942,40 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00	23.568,00

Adicional p tempo de serviço - 40%	9.427,20	
------------------------------------	----------	--

Provento Mensal	32.995,20	
Provento Anual	Cr\$-395.942,40	

Processo n. 55.877 - ARACY CORRÊA SANTA MARIA, no cargo de Inspetor de Alunos, Código GEP-ANM-809.3 classe C, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Capital, nos termos da Portaria n. 898, de 25 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item III § 1º, 111 item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), 145 (Lei n. 4959/81) da Lei n. 749/53, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-395.942,40 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00	23.568,00

Adicional p/tempo de Serviço - 40%	9.427,20	
------------------------------------	----------	--

Provento Mensal	32.995,20	
Provento Anual	Cr\$-395.942,40	

Processo n. 55.879 - MARIA DE NAZARÉ LIMA, no cargo de Professor de Ensino de 1º grau, código GEP-M-401.1 - Classe A, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Igarapé - Açu, nos termos da Portaria n. 899, de 26 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81 - TC), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-395.942,40 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	14.935,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	8.633,00	23.568,00

Adicional p/tempo de Serviço - 40%	9.427,20	
------------------------------------	----------	--

Provento Mensal	32.995,20	
Provento Anual	Cr\$-395.942,40	

Processo n. 55.909 - BENEDITA FIGUEIREDO DE CARVALHO, no cargo de Agente Administrativo, código GEP-SA-901.3 - classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Educação, nos termos da Portaria n. 942, de 02 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item III, § 1º, 111, item I, alínea "A" da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73, 45 (Lei n. 4959/81) da Lei n. 749/53, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-399.705,60 (Trezentos e noventa e nove mil, setecentos e cinco cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	23.792,00	
Adicional p/tempo de Serviço - 40%	9.516,80	

Provento Mensal	33.308,80	
Provento Anual	399.705,60	

Processo n. 55.911 - ERNESTINA DAS CHAGAS RIBEIRO MAIA, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1 Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Mun. Vizeu, nos termos da Portaria n. 939, de 02 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110 § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 37, parágrafo

único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-381.801,60 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e um cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	14.935,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	8.633,00	23.568,00

Adicional p/tempo de Serviço - 35%	8.248,80	
------------------------------------	----------	--

Provento Mensal	31.816,80	
Provento Anual	Cr\$-381.801,60	

Processo n. 55.913 - LUCIMAR PIRES DA SILVA SANTANA, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1 classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Mun. Vizeu, nos termos da Portaria n. 931, de 02 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110 § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-381.801,60 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e um cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	14.935,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	8.633,00	23.568,00

Adicional p/tempo de Serviço - 35%	8.248,80	
------------------------------------	----------	--

Provento Mensal	31.816,80	
Provento Anual	Cr\$-381.801,60	

Processo n. 55.944 - MARIA RODRIGUES CERBINO, no cargo de Auxiliar de Saúde, código GEP-ANM-802.3 classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Capital, nos termos da Portaria n. 947, de 06 de dezembro de 1982 de acordo com os arts. 110, item III § 1º, 111, item I, alínea "A" da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 145 (Lei n. 4502/73) da Lei n. 749/53, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-457.782,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta e dois cruzeiros), assim discriminados:

Vencimento Integral	29.345,00	
Adicional p/tempo de Serviço - 30%	8.803,50	

Provento Mensal	38.148,50	
Provento Anual	Cr\$-457.782,00	

Processo n. 55.949 - MARIA DE ARAÚJO BESSA, no cargo de Agente de Artes Práticas, código GEP-SO-1010.3, Classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, Capital, nos termos da Portaria n. 958, de 07 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item II § 1º, 111, item I, alínea "A" da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 145 (Lei n. 4959/81) da Lei n. 749/53, e art. 3º da Lei n. 4913/80, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-490.214,40 (quatrocentos e noventa mil, duzentos e quatorze cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00	23.568,00

Complementação salarial - 13	7.856,00	
Adicional p tempo de Serviço - 30%	9.427,20	

Provento Mensal	40.851,20	
Provento Anual	490.214,40	

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os dez (10) registros solicitados.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 01 de fevereiro de 1983.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Vice-Presidente no exercício da Presidência
MANUEL AYRES

Relator
EMÍLIO MARTINS
JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
JAYME FERREIRA BASTOS

Auditor Convocado

Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar - Subprocurador

ACÓRDÃO N. 12.667

(Processos n.ºs. 55.541, 55.713, 55.865, 55.868, 55.907, 55.980, 55.882)
Assunto: APOSENTADORIAS

Relator: Conselheiro Sebastião Santos de Santana

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do registro das aposentadorias abaixo relacionadas:

Processo n. 55.541 - MARIA YEDA MACIEL MERCÊS, no cargo de Professor Adjunto sem Supervisão, lotado na Secretaria de Estado de Educação, Capital, nos termos da Portaria n. 1056 de 16 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 37 § único da Lei n. 4502/73, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-2.387.637,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros) assim discriminados:

Vencimento Integral	51.385,00
Sal. Aula (240 h x 400,00)	96.000,00
Adicional p/tempo de serviço - 35%	51.584,75

Provento Mensal	198.969,75
Provento Anual	Cr\$-2.387.637,00

Processo n. 55.713 - JOVELINA DOS SANTOS ALBUQUERQUE, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1, classe "A", lotada na Secretaria de Estado de Educação, Mun. de Primavera, nos termos da Portaria n. 961, de 09 de dezembro de 1982 de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), art. 37, § único da Lei 4502/73, e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-395.942,40 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	14.935,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	8.633,00
	23.568,00

Adicional p/tempo de serviço - 40%	9.427,20
------------------------------------	----------

Provento Mensal	32.995,20
Provento Anual	Cr\$-395.942,40

Processo n. 55.865 - JOÃO BARBOSA DA SILVA, no cargo de Auxiliar de Atividades Agro-Pecuária, código GEP-SO-1.008.3 classe C, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, nos termos da Portaria n. 894, de 24 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item III, 111, item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 145 (Lei n. 4959/81) da Lei n. 749/53 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81 - TC), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-509.068,80 (quinhentos e nove mil, sessenta e oito cruzeiros e oitenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00
Compl. Salarial - 1/3	7.856,00
	23.568,00

Adicional p/tempo de Serviço - 35%	10.998,40
------------------------------------	-----------

Provento Mensal	42.422,40
Provento Anual	Cr\$-509.068,80

Processo n. 55.868 - LUCY CAMPOS RIBEIRO, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código EP-3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, Capital, nos termos da Portaria n. 889, de 24 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81 - TC), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-381.801,60 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e um cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00
	23.568,00

Adicional p tempo de serviço - 35%	8.248,80
------------------------------------	----------

Provento Mensal	31.816,80
Provento Anual	Cr\$-381.801,60

Processo n. 55.907 - IOLETE PENHA AZEVEDO, no cargo de Agente de Artes Práticas, código GEP-SO-1.010.2, classe B, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, nos termos da Portaria n. 925, de 01 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110 item I, 111, item I, alínea B da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 145 (Lei n. 4959/81) da Lei n. 749/53, e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81 - TC), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-433.651,20 (quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e um cruzeiros e vinte centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	15.660,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.908,00
	23.568,00

Compl. Salarial - 1/3	7.856,00
Adicional p. tempo de Serviço - 15%	4.713,60

Provento Mensal	36.137,60
Provento Anual	Cr\$-433.651,20

Processo n. 55.980 - MARIA DO CARMO RODRIGUES GODINHO, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1 classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Mun. Óbidos, nos termos da Portaria n. 984, de 13 de dezembro de 1982 de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), art. 37 § único da Lei n. 4502/73, e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-381.801,60 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e hum cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	14.935,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	8.633,00
	23.568,00

Adicional p/tempo de serviço - 35%	8.248,80
------------------------------------	----------

Provento Mensal	31.816,80
Provento Anual	Cr\$-381.801,60

Processo n. 55.882 - OLGARINA DA CUNHA MAGALHÃES, no cargo de Agente de Saúde, código GEP-ANM-803.2, classe "B", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, nos termos da Portaria n. 907, de 29 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item III, § 1º, item I, alínea "A" da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 145 (Lei n. 4959/81) da Lei n. 749/53, e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81 - TC), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-367.660,80 (trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta cruzeiros e oitenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	19.086,00
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	4.482,00
	23.568,00

Adicional p/tempo de serviço - 30%	7.070,40
------------------------------------	----------

Provento Mensal	30.638,40
Provento Anual	Cr\$-367.660,80

como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os sete (07), registros solicitados.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 01 de fevereiro de 1983.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Conselheiro Coordenador no exercício da Presidência
SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

Relator

EMÍLIO MARTINS

MANUEL AYRES

JAYME FERREIRA BASTOS

Auditor Convocado

Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar - Subprocurador.
(G. Reg. n. 461)

ACÓRDÃO N. 12.668

(Processos n.ºs. 55.857, 55.597, 55.881, 55.669, 55.706, 55.883, 55.972, 55.912 e 55.880)

Assunto: Aposentadorias

Relator: Conselheiro JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Visto, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam dos registros das aposentadorias abaixo identificadas:

Processo n. 55.857 - RAIMUNDA DOS SANTOS DIAS MENDES, no cargo de Inspetor de Alunos, Código GEP-ANM-809.3, Classe "C", lotado na SEDUC, Capital, nos termos da Portaria n. 876, de 22 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item III, § 1º, 111, item I alínea "A" da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81, (item 3º do Acórdão n. 11.977/81) 145 (Lei n. 4959/81) da Lei n. 749/53, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-395.942,40

(trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00	23.568,00

Adicional p/tempo de serviço - 40%

Provento Mensal	32.995,20
Provento Anual	Cr\$-395.942,40

Processo n. 55.597 - MARIA DO CARMO COSTA ROCHA, no cargo de Agente Administrativo, código GEP-SA-901.3, Classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Benevides, nos termos da Portaria n. 892, de 24 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 1º, 111, item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 145 (Lei n. 4959/81) da Lei n. 749/53, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-399.705,60 (trezentos e noventa e nove mil, setecentos e cinco cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	23.792,00
Adicional p/tempo de serviço - 40%	9.516,80

Provento Mensal	33.308,80
Provento Anual	Cr\$-399.705,60

Processo n. 55.881 - MARIA CECIM BRITO, no cargo de Professor de Ensino de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.2 Classe B, lotado na Secretaria de Estado de Educação, Município de Bragança, nos termos da Portaria n. 904, de 26 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81 - TC), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-381.801,60 (trezentos e oitenta e hum mil, oitocentos e hum cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00	23.568,00

Adic. p/tempo de serviço - 35%

Provento Mensal	31.816,80
Provento Anual	Cr\$-381.801,60

Processo n. 55.669 - TEREZINHA LEILA VIEIRA FIGUEIRA, do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Santarém, nos termos da Portaria n. 964, de 09 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-381.801,60 (trezentos e oitenta e hum mil, oitocentos e hum cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	14.935,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	8.633,00	23.568,00

Adic. p tempo de serviço - 35%

Provento Mensal	31.816,80
Provento Anual	Cr\$-381.801,60

Processo n. 55.706 - MARGARIDA AZEVEDO NEMER, no cargo de Inspetor de Alunos, código GEP-ANM-809.3, Classe C, lotado na Secretaria de Estado de Educação, Capital, nos termos da Portaria n. 965, de 09 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item III § 1º, 111, item I, alínea "A" da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81 - TCE) 145 (Lei n. 4959/81) da Lei n. 749/53, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-395.942,40 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00	23.568,00

Adic. p/Tempo de Serviço - 40%

Provento Mensal	32.995,20
Provento Anual	Cr\$-395.942,40

Processo n. 55.883 - RUTH DO CARMO OLIVEIRA, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.2, classe "B", lotado na Secretaria de Estado de Educação Município de Bagre, nos termos da Portaria n. 909, de 29 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 37 parágrafo único da Lei n. 4502/73 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-631.411,20 (seiscentos e trinta e hum mil, quatrocentos e onze cruzeiros e vinte centavos) assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00
Salário Aula (140 hs. x 162,40)	22.736,00
Adic. p/tempo de serviço - 35%	13.641,60

Provento Mensal	52.617,60
Provento Anual	Cr\$-631.411,20

Processo n. 55.972 - NEUSA BENTES DIOGO, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, GEP-M-401.1, Classe A, lotado na Secretaria de Estado de Educação, Município de Faro, nos termos da Portaria n. 995, de 13 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) art. 37, § único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-395.942,40 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	14.935,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	8.633,00	23.568,00

Adic. p/tempo de Serviço - 40%

Provento Mensal	32.995,20
Provento Anual	Cr\$-395.942,40

Processo n. 55.912 - IRACY DOS REIS AMARAL, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.2, classe "B", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Município de Vigia, nos termos da Portaria n. 932, de 02 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81) 37, parágrafo único da Lei n. 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-381.801,60 (trezentos e oitenta e hum mil, oitocentos e hum cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00	23.568,00

Adic. p tempo de serviço - 35%

Provento Mensal	31.816,80
Provento Anual	Cr\$-381.801,60

Processo n. 55.880 - MARIA DO PATROCÍNIO AZEVEDO PAXIUBA, ocupante do cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.2, classe "B", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Município de Itaituba, nos termos da Portaria n. 906, de 26 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n. 16/81), 37 § único da Lei n. 4502/73, e aplicando subsidiariamente a Lei Federal n. 6943/81 (item 3º do Acórdão n. 11.977/81 - TCE), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$-410.083,20 (quatrocentos e dez mil, oitenta e três cruzeiros e vinte centavos), assim discriminados:

Vencimento Integral	16.240,00	
Dif. Compl. (Dec. Fed. n. 87.139/82)	7.328,00	23.568,00

Adic. p tempo de serviço - 45%

Provento Mensal	34.173,60
Provento Anual	Cr\$-410.083,20

como todos dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os 09 (nove) registros solicitados.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 01 de fevereiro de 1983.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Vice-Presidente no exercício da Presidência
JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
EMÍLIO MARTINS
MANUEL AYRES
JAYME FERREIRA BASTOS
Auditor Convocado

Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar - Subprocurador.
(G. Reg. n. 461)

ACÓRDÃO Nº 12.669
(Processo nº 55.739)

Requerente: Prof. Hélio Antônio Mokarzel, Secretário de Estado de Administração.

Relator: Conselheiro Jayme Ferrelra Bastos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Prof. Hélio Antônio Mokarzel, Secretário de Estado de Administração, através Ofício nº 979, remeteu a registro neste Tribunal os atos que aposenta THIRSA TUPINAMBÁ ALHO SOUZA:

a) No cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.5, classe "E", lotado na Secretaria de Estado de Educação, mun. de Castanhal, nos termos da Portaria nº 858, de 08 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81) 9º § 4º da Lei nº 5020/82, 37 § único da Lei nº 4502/73, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 777.600,00 (setecentos e setenta e sete mil e seiscentos cruzeiros), assim discriminados:

- Vencimento Integral	Cr\$ 40.000,00
- Gratif. Nível Superior	Cr\$ 8.000,00
- Adicional p/ tempo de serviço-35%	Cr\$ 16.800,00

Provento mensal	Cr\$ 64.800,00
Provento anual	Cr\$ 777.600,00

b) No cargo de Professor Adjunto sem Supervisão, lotado na Secretaria de Estado de Educação, mun. Castanhal nos termos da Portaria nº 028, de 04 de janeiro de 1983, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 9º § 4º da Lei nº 5020/82, 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 2.865.164,40 (dois milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

- Vencimento integral	Cr\$ 51.385,00
- Salário Aula (240h x 400,00)	Cr\$ 96.000,00
- Gratif. Nível Superior-20%	Cr\$ 29.477,00
- Adicional p/tempo de serviço-35%	Cr\$ 61.901,70

Provento mensal	Cr\$ 238.763,70
Provento anual	Cr\$ 2.865.164,40

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os registros solicitados.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 01 de fevereiro de 1983.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Vice-Presidente no exercício
da Presidência
JAYME FERREIRA BASTOS
Relator

EMÍLIO MARTINS
JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
MANUEL AYRES

Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar - Subprocurador.
(G. Reg. nº 461)

ACÓRDÃO Nº 12.670

(Processos nºs 55.308, 55.422, 55.844 e 55.846)

Relator: Conselheiro Sebastião Santos de Santana.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam dos processos pertinentes à registros abaixo identificados:

PROCESSO Nº 55.308 - Pensão Policial Militar em favor de ANITA SOUZA DA ROCHA, viúva e filha menor do ex-Cabo PM CELI-

NO AVIZ DA ROCHA, falecido no cumprimento do dever no dia 27.10.74, no município de Bragança, nos termos do Decreto nº 2.593, de 28 de dezembro de 1982, com base nos arts. 2º do Decreto nº 4.582, de 09.11.64, 135 da Lei nº 4.525, de 09.07.74 e 1º, 2º e 4º parágrafo único da Lei nº 4.750, de 07.11.77, no valor mensal de Cr\$ 29.699,00 (vinte e nove mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros), assim discriminados:

- Soldo Cabo PM	Cr\$ 14.850,00
- Tempo de serviço-15%	Cr\$ 2.227,00
- Habilitação Militar-10%	Cr\$ 1.485,00
- Gratificação Serviço Ativo-20%	Cr\$ 2.970,00
- Auxílio Moradia-25%	Cr\$ 3.712,00
- Categoria B-30%	Cr\$ 4.445,00

Total mensal	Cr\$ 29.699,00
Total anual	Cr\$ 356.388,00

PROCESSO Nº 55.422 - Reforma "ex-officio" do Soldado PM ALCINDO LEAL DE FREITAS, pertencente ao 4º Batalhão de Polícia da PM/Pará, nos termos da Portaria nº 006, de 06 de janeiro de 1983, de acordo com os artigos 93, 94 Item II, 96 Item II e 98 §§ 1º e 2º letra "C" da Lei nº 4525 de 09.07.74, art. 3º da Lei 4802 de 01.12.78 combinados com o art. 1º da Lei nº 5.022 de 05.04.82 e mais o disposto nas Resolução nº 9.986 de 23.04.82 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, passando a perceber, nessa situação, os proventos anuais de Cr\$ 764.832,00 (setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois cruzeiros), assim discriminados:

- Soldo de 3º Sgt. PM	Cr\$ 31.320,00
- Habilitação Militar-10%	Cr\$ 3.132,00
- Gratif. de Serviço Ativo-20%	Cr\$ 6.264,00
- Categoria "A"-30%	Cr\$ 9.396,00
- Auxílio Moradia-25%	Cr\$ 7.830,00
- Tempo de Serviço-10%	Cr\$ 5.794,00

Provento mensal	Cr\$ 63.736,00
Provento anual	Cr\$ 764.832,00

PROCESSO Nº 55.844 - Reforma "ex-officio", na mesma graduação do 1º Sargento PM DAVID SERRA DOS SANTOS, pertencente ao 2º Batalhão de Polícia da PM/Pará, nos termos da Portaria nº 1160 de 19 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 93, 94 Item II, 96 Item IV e 98 da Lei 4525 de 09.07.74, art. 96 itens 1 e 2 da Lei nº 4491 de 28.11.73 combinados com o art. 1º da Lei nº 5022 de 05.04.82 e mais o disposto na Resolução 9986 de 23.04.82 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, passando a perceber, nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 891.432,00 (oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e trinta e dois cruzeiros), assim discriminados:

- Soldo de 2º Tenente-PM	Cr\$ 53.831,00
- Habilitação Militar 20%	Cr\$ 10.766,00
- Tempo de Serviço-15%	Cr\$ 9.689,00

Proventos mensais	Cr\$ 74.286,00
Proventos anuais	Cr\$ 891.432,00

PROCESSO Nº 55.846 - Reforma "ex-officio", na mesma graduação, do Sd. PM EUCLIDES DOS SANTOS COSTA, pertencente à Companhia do Comando Geral da PM/Pará, nos termos da Portaria nº 1161 de 19 de novembro de 1982, de acordo com os arts. 93, 94 Item II, 96 Item II e 98 da Lei nº 4525 de 09.07.74, art. 96 itens 1 e 2 da Lei nº 4491 de 28.11.73 combinados com o art. 1º da Lei nº 5022 de 05.04.82 e mais o disposto na Resolução 9986 de 23.04.82 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, passando a perceber, nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 496.104,00 (quatrocentos e noventa e seis mil e quatro cruzeiros) assim discriminados:

- Soldo de 3º Sargento PM	Cr\$ 31.320,00
- Habilitação Militar-10%	Cr\$ 3.132,00
- Tempo de Serviço-20%	Cr\$ 6.890,00

Proventos mensais	Cr\$ 41.342,00
Proventos anuais	Cr\$ 496.104,00

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os quatro (04) registros solicitados.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 1º de fevereiro de 1983.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Conselheiro Coordenador no
exercício da Presidência

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Relator

EMÍLIO MARTINS
MANUEL AYRES
JAYME FERREIRA BASTOS
Auditor convocado
Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar — Subprocurador
(G. Reg. nº 461)

ACÓRDÃO Nº 12.672
(Processos nºs 55.098 e 55.099)

Assunto: Aposentadorias.
Relator: Conselheiro Sebastião Santos de Santana.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de aposentadorias abaixo identificadas:

PROCESSO Nº 55.098 — ELISIA DA ROCHA LEITE, no cargo de Professor de Ensino Musical, código GEP-M-402.2-classe B, lotado na Secretaria de Estado de Educação (capital) nos termos da Portaria nº 480 de 29 de junho de 1982, de acordo com os arts. 110 § 2º da Emenda Constitucional nº 16/81 e 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 524.880,00 (quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), assim discriminados:

— Vencimento Integral	Cr\$ 27.000,00
— Gratif. de N. Superior (Lei nº 5020/82)-20%	Cr\$ 5.400,00
— Adicional p/tempo de serviço-35%	Cr\$ 11.340,00

Provento Mensal	Cr\$ 43.740,00
Provento Anual	Cr\$ 524.880,00

PROCESSO Nº 55.099 — SIZELYBIA ESPINDOLA SIMÕES RODRIGUES, no cargo de Professor de Ensino Musical, código GEP-M-402.1 - Classe B, lotado na Secretaria de Estado de Educação, capital, nos termos da Portaria 481 de 29 de junho de 1982, de acordo com os arts. 110 § 2º da Emenda Constitucional nº 16/81, 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73 e § 4º do art. 9º da Lei nº 5020/82, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 602.640,00 (seiscientos e dois mil, seiscientos e quarenta cruzeiros), assim discriminados:

— Vencimento integral	Cr\$ 27.000,00
— Gratif. de N. Superior-20%	Cr\$ 5.400,00
— Adicional p/tempo de serviço-55%	Cr\$ 17.820,00

Provento mensal	Cr\$ 50.220,00
Provento anual	Cr\$ 602.640,00

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os dois registros solicitados.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 04 de fevereiro de 1983.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente
SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Relator

EMÍLIO MARTINS
JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
MANUEL AYRES

LAURO DE BELÉM SABBA

Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar — Subprocurador.
(G. Reg. nº 461)

ACÓRDÃO Nº 12.673
(Processos nºs 55.934 e 56.008)

Requerente: Prof. Hélio Antônio Mokarzel, Secretário de Estado de Administração.

Relator: Conselheiro Sebastião Santos de Santana.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, relativos às seguintes aposentadorias:

PROCESSOS Nº 55.934 — IRENE DE OLIVEIRA MAIA, no cargo de Agente Tributário, código GEP-TAF-503.3-Classe C, lotado na Secretaria de Estado da Fazenda, nos termos da Portaria nº 953 de 06 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, Item III, § 1º, 111 item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 145 (Lei nº 4959/81) da Lei nº 749/53, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 945.168,96 (novecentos e quarenta e cinco mil, cento e sessenta e oito cruzeiros e noventa e seis centavos), assim discriminados:

— Vencimento integral	Cr\$ 36.655,00
— Produtividade-59,17% (Média dos percentuais dos últimos 12 meses - art. 4º e único do Dec. nº 1955 de 11.11.81)	Cr\$ 21.688,76
— Adicional p/tempo de Serviço-35%	Cr\$ 20.420,32

Provento mensal	Cr\$ 78.764,08
Provento anual	Cr\$ 945.168,96

PROCESSO Nº 56.008 — MARIA SALOMÉ VALENTIN FEITOSA, no cargo de Inspetor de Alunos, código GEP-ANM-809.3-Classe C, lotado na Secretaria de Estado de Educação-Santarém, nos termos da Portaria nº 1037 de 15 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item III, § 1º, 111, Item I alínea "A" da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73, 145 (Lei nº 4959/81) e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (Item 3º do Acórdão nº 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 395.942,40 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

— Vencimento integral	Cr\$ 16.240,00
— Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139/82)	Cr\$ 7.328,00
— Adicional p/tempo de serviço-40%	Cr\$ 9.427,20
Provento mensal	Cr\$ 32.995,20
Provento anual	Cr\$ 395.942,40

como tudo dos autos consta

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os dois registros solicitados.
Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 04 de fevereiro de 1983.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente
SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Relator

EMÍLIO MARTINS
JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
MANUEL AYRES
LAURO DE BELÉM SABBA

Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar — Subprocurador.
(G. Reg. nº 461)

ACÓRDÃO Nº 12.674
(Processo nº 56.014)

Requerente: Prof. Hélio Antônio Mokarzel, Secretário de Estado de Administração.

Relator: Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Prof. Hélio Antônio Mokarzel, Secretário de Estado de Administração, através ofício nº 945/82, de 16.12.82, remeteu a registro neste Tribunal a aposentadoria de JOLANDA COSTA NASCIMENTO, no cargo de Agente Administrativo, código GEP-SA-901.3, classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Educação, município de São Francisco do Pará, nos termos da Portaria nº 1062, de 16 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, Item III, § 1º, 111, Item I, alínea A da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 399.705,60 (trezentos

e noventa e nove mil, setecentos e cinco cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

— Vencimento integral Cr\$ 23.792,00
— Adicional p/tempo de serviço-40% Cr\$ 9.516,80

Provento mensal Cr\$ 33.308,80
Provento anual Cr\$ 399.705,60
como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 04 de fevereiro de 1983.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente
JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
EMILIO MARTINS
MANUEL AYRES

LAURO DE BELÉM SABBA

Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar — Subprocurador.
(G. Reg. nº 461)

ACÓRDÃO Nº 12.675
(Processo nº 55.493)

Requerente: Prof. Hélio Antônio Mokarzel, Secretário de Estado de Administração.

Relator: Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Prof. Hélio Antônio Mokarzel, Secretário de Estado de Administração, através Ofício nº 014/83, de 06.01.83, remeteu a registro neste Tribunal a aposentadoria de CANTÍDIO MACIEL, no cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, código GEP-TAF-501.3-Classe C, lotado na Secretaria de Estado da Fazenda, nos termos da Portaria nº 060, de 06 de janeiro de 1983, de acordo com os arts. 110, item III, 111, item I, alínea A, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 145 (Lei nº 4959/81), 163, § 1º da Lei nº 749/53, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 2.763.535,56 (dois milhões, setecentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e cinco cruzeiros, cinquenta e seis centavos), assim discriminados:

— Vencimento Integral Cr\$ 86.568,00
— Produtividade-Média dos percentuais em 12 meses (art. 4º § único do Decreto nº 1955/81) Cr\$ 62.034,62
— Vantagens Pessoais Cr\$ 386,00
— Função Gratificada-FG-3 Cr\$ 21.600,00
— Adicional p/tempo de serviço-35% Cr\$ 59.706,01

Provento mensal Cr\$ 230.294,63
Provento anual Cr\$ 2.763.535,56
como todos dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 04 de fevereiro de 1983.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente
JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
EMILIO MARTINS
MANUEL AYRES

LAURO DE BELÉM SABBA

Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar — Subprocurador.
(G. Reg. nº 461)

ACÓRDÃO Nº 12.676
(Processos nº 56.005 e 56.010)

Assunto: Aposentadorias

Relator: Conselheiro Manuel Ayres

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do registro das aposentadorias abaixo relacionadas:

PROCESSO Nº 56.005 — MARIA NADIR DOS SANTOS, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1, classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Educação, Santarém, nos termos da Portaria nº 1068, de 16 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, item I, 111, item I, da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 325.238,40 (trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

— Venc. integral Cr\$ 14.935,00
— Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139) Cr\$ 8.633,00 Cr\$ 23.568,00

— Adicional p/tempo de serviço-15% Cr\$ 3.535,20

Provento mensal Cr\$ 27.103,20
Provento anual Cr\$ 325.238,40

PROCESSO Nº 56.010 — MARIN DA SILVA LIRA, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, código GEP-M-401.1, classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Educação, município de Monte Alegre, nos termos da Portaria nº 1063, de 16 de dezembro de 1982, de acordo com os arts. 110, parágrafo 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81-TC), percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 438.364,80 (quatrocentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos), assim discriminados:

— Vencimento integral Cr\$ 14.935,00
— Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 87.139/82) Cr\$ 8.633,00 Cr\$ 23.568,00

— Adicional p/tempo de serviço-55% Cr\$ 12.962,40

Provento mensal Cr\$ 36.530,40
Provento anual Cr\$ 438.364,80

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os dois (2) registros solicitados.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 04 de fevereiro de 1983.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente
MANUEL AYRES
Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
EMILIO MARTINS

JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
LAURO DE BELÉM SABBA

Foi presente: Dr. Hildeberto Mendes Bitar — Subprocurador.
(G. Reg. nº 461)

REV. T. JURISPRUDÊNCIA
Nº 95 — II

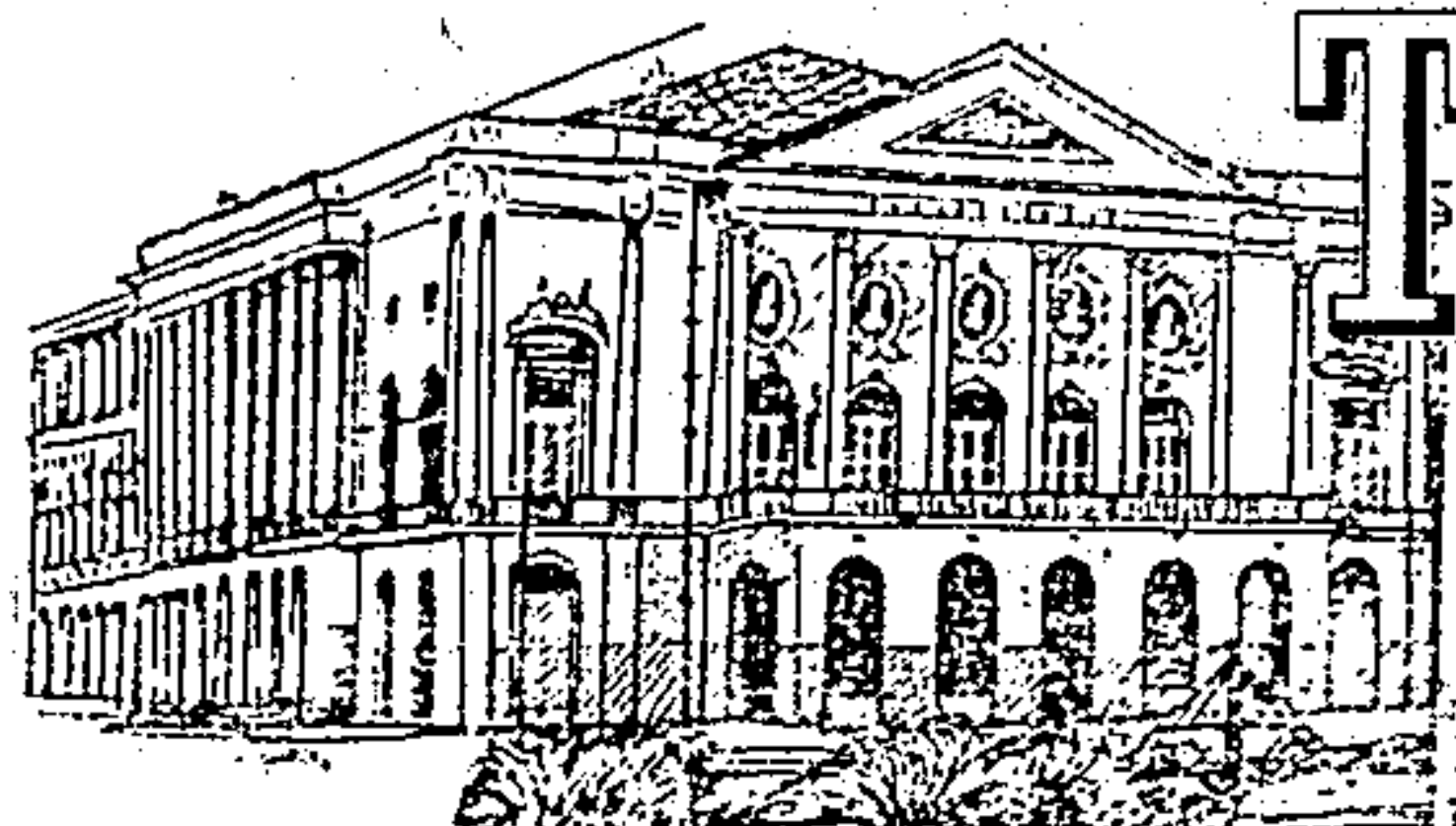
A VENDA NO ARQUIVO
DA IMPRENSA OFICIAL

REV. T. JURISPRUDÊNCIA
Nº 95 — II

A VENDA NO ARQUIVO
DA IMPRENSA OFICIAL

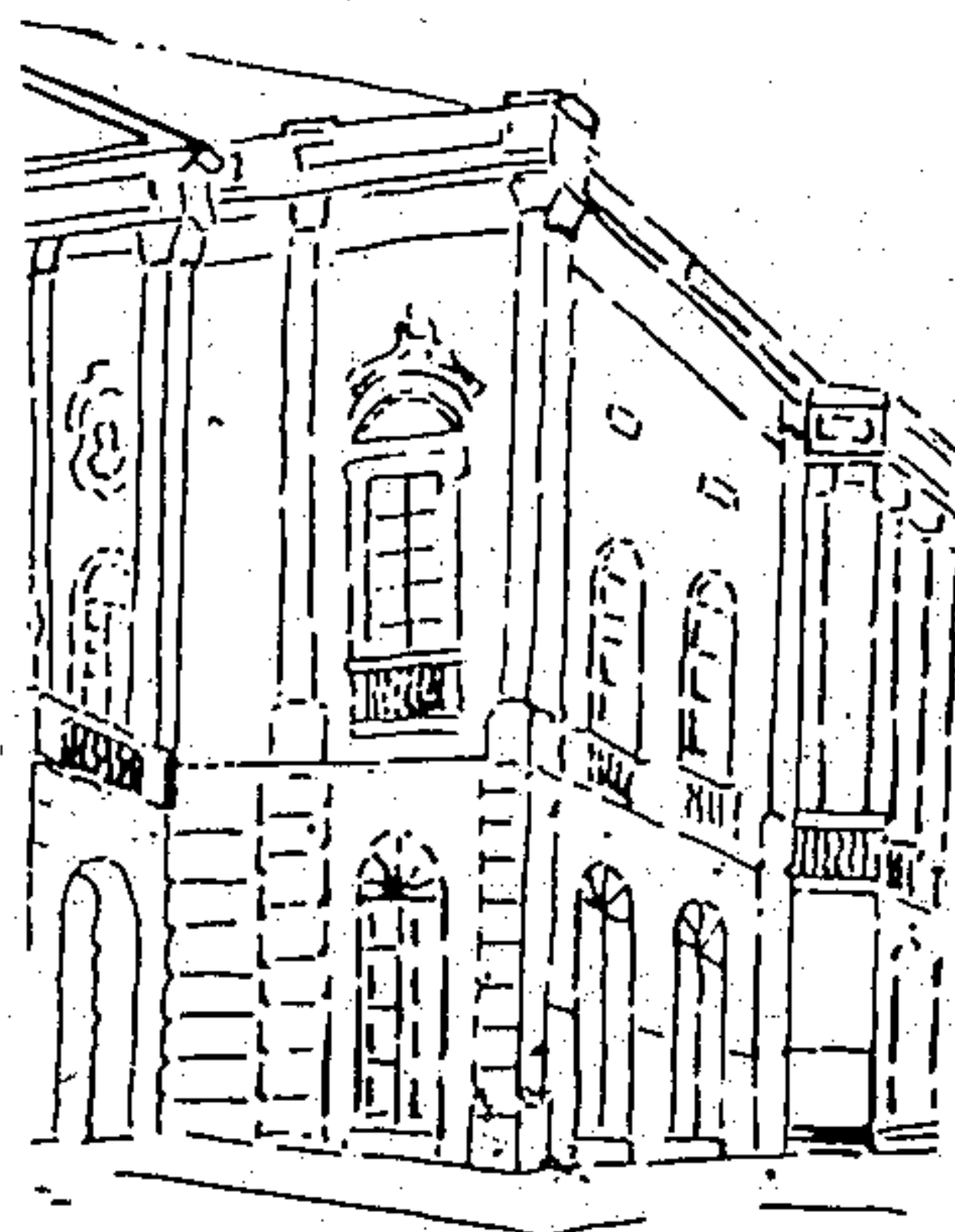
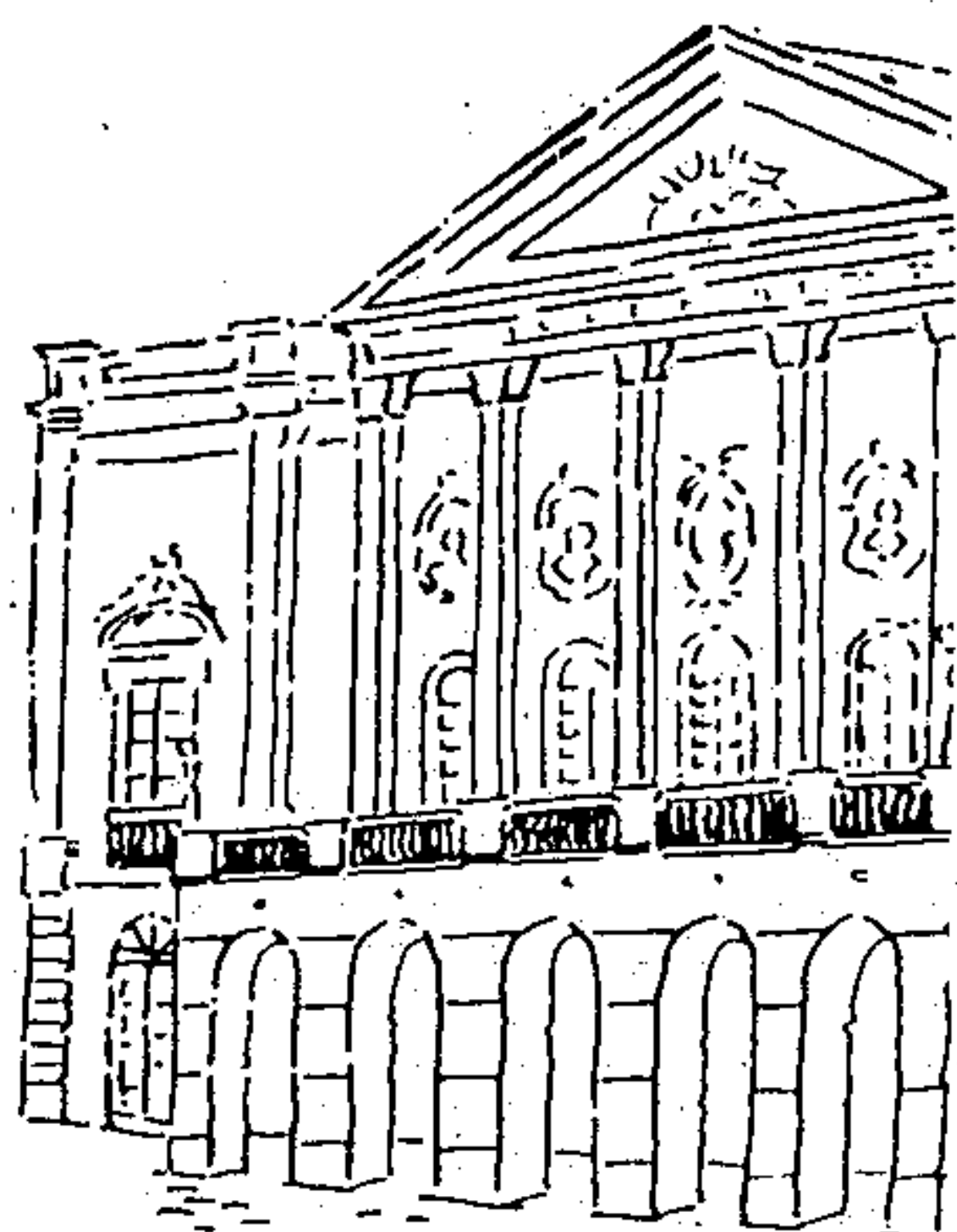


ANO 2 — NÚMERO 13 — BELÉM-PARÁ, 28 DE FEVEREIRO DE 1983



TEATRO DA PAZ: 105 ANOS

Para louvar o importante Teatro que é orgulho de nosso Estado, fomos buscar uma página da Profa. Maria Paula Ramos Chaves em seu livro "Belém, onde se afirmam as promessas da Amazônia", editado em Belém, no ano de 1970:



TEATRO DA PAZ

Num dos lados da praça, tendo a fachada principal voltada para o monumento à República, ergue-se a principal casa de espetáculo da cidade, o Teatro da Paz, de linhas clássicas de discreta beleza. Seu primitivo nome foi Teatro Nossa Senhora da Paz por sugestão do Bispo Dom Antônio de Macedo Costa.

A construção desse edifício obedeceu, inicialmente, ao plano traçado pelo engenheiro José Tibúrcio Pereira de Magalhães, passando depois o trabalho a outras mãos e, em consequência, sofrendo alterações.

Foi inaugurado a 15 de fevereiro de 1878, atuando a companhia dramática de Vicente Pontes de Oliveira, que apresentou a peça "As Duas Órfãs" de A. D'Ennery.

Nas solenidades que precederam a representação do drama, fez-se ouvir a orquestra do Teatro, sob a regência do maestro L. Collas, que, entre outras peças, executou a marcha de sua autoria composta para a ocasião e intitulada Grão Pará.

O Teatro da Paz obedece na sua construção, ao estilo neo-clássico, apresentando aspecto sóbrio e majestoso. Nas fachadas laterais ergue-se harmoniosa fileira de colunas que se repete na fachada principal. Nesta quatro bustos em mármore representam a Tragédia, a Música, a Poesia e a Comédia. No meio, um escudo do Pará esculpido também em mármore. Ampla escadaria adornada com os bustos de Gonçalves Dias e José de Alencar, primorosamente trabalhados em mármore de Carrara, liga o saguão de entrada ao pavimento superior, onde, imensa lâmina espelhada aumenta a beleza do ambiente. Aí, amplo corredor aberto lateralmente, em arcadas, comunica com as frisas e as localidades denominadas varandas. No segundo andar o "foyer" ocupa toda a largura da edificação, na

frente, abrindo altas portas para o terraço, cujo piso serve de abrigo aos veículos que conduzem pessoas ao teatro. As paredes do "foyer" são também adornadas de espelhos enquanto o teto é decorado com pinturas de Armando Balloni onde primitivamente, se viam painéis de De Angellis.

A sala de espetáculos é belíssima não só quanto ao seu aspecto, mas também pelas suas condições acústicas e visuais. No teto, soberba alegoria de De Angellis representa Apolo no seu carro, cercado por figuras mitológicas. As balaustradas que contornam a platéia, formando frisas e duas ordens de camarotes, são em ferro trabalhado com parapeito estofado de veludo, o que empresta distinção ao conjunto. Magnífico lustre dotado de sistema de roldanas para movimento vertical, ilumina profusamente a sala. O som difunde-se nitidamente a qualquer ponto, desde as cadeiras mais próximas do palco até ao "paraíso", localidades mais elevadas e com entrada independente da principal.

Todos os assoalhos são originalmente trabalhados em madeiras da região. Os camarins e dependências da administração localizam-se na parte posterior, tendo também saída própria.

Grandes figuras do mundo das artes se têm apresentado no Teatro da Paz. Vozes como de Bidú Salão deixaram seu eco nas paredes do grande salão de espetáculos em exhibições regorgitantes de apreciadores do belcanto; conjuntos coreográficos como o de Ana Pawlova encheram o palco com a leveza de seus movimentos, comunicando ao público a linguagem mundial dos gestos; companhias teatrais renomadas têm trazido à platéia paraense obras dramáticas clássicas e modernas.

Enfim, o principal teatro de Belém possui uma tradição artística que o enobrece e coloca entre os mais importantes do Brasil.

PARÁ NA FEIRA DE CULTURA BRASILEIRA

A Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, está promovendo nos dias 26 de fevereiro a 06 de março de 1983, em São Paulo capital, a Feira Cultural Brasileira.

Essa feira tem como objetivo colocar em confronto a produção regional nos diversos setores culturais e ainda divulgar a realidade cultural, regional e local, preservando a herança cultural de cada estado.

O Pará com o apoio da SECDet, está montando um esquema de apresentações dos diversos segmentos da cultura paraense. Este trabalho está sendo desenvolvido por uma equipe que tem à

frente o professor João Bosco da Silva Castro.

Nesse sentido, o Pará enviou à Feira Cultural Brasileira cerca de 50 livros de escritores paraenses; na área de artes plásticas vários artistas estarão presentes, através de suas pinturas e na área de fotografia seguirá a exposição "Preserve a Memória de sua Cidade".

Já a área de música, estarão presentes obras de compositores paraenses, como: o santareno José Agostinho da Fonseca, Altino Pimentá, Jayme Ovalle, Marcelli Guamá, Paulino Chaves e Waldemar Henrique que serão interpretados pela pianista paraense Maria Helena Chaves e soprano Marina Monarcha.

ARTISTAS PARAENSES NA FEIRA

Dezoito artistas plásticos paraenses representam nosso Estado na Feira da Cultura Brasileira, que se realiza em São Paulo no período de 26 de fevereiro a 06 de março vindouro, da qual estão participando todos os Estados do Brasil. Essa feira é uma promoção do Governo do Estado de São Paulo, e consta com trabalhos nas áreas de música, teatro, artes plásticas, artesanato e literatura, entre outras.

As 45 obras dos artistas paraenses, entre

pintura, escultura e desenho, seguiram pela VASP até São Paulo, onde ficarão expostos até o final do evento.

Entre os artistas paraenses estão: Waldir Sarubi, Ruy Meira, Osmar Pinheiro Jr., Dina Oliveira, Emmanuel Nassar, Lidia Peychaux, Benedicto Mello e outros.

A participação do Pará na Feira da Cultura Brasileira está sendo coordenada pela Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo.

GALERIA ÂNGELUS EXPÕE ACERVO

Dando prosseguimento ao programa de exposição que compõe o acervo do Governo do Estado, está aberta ao público, na Galeria Ângelus, mais uma mostra de

pintura de diversos artistas, entre os quais: Framarques, Sansão Pereira, Divanil, Geraldo Teixeira, Lauro Vieira, Eduardo Falesi e outros.

MEU CANTO DE PAZ

SYLVIA HELENA
(Do livro MATIZES ainda inédito)

Eu quero a paz dos anjos que morrem sem pecado,
a paz das vestes brancas das virgens sepultadas,
dos lírios que vicejam por Deus abençoados,
do corpo de Jesus nas Hóstias Consagradas.
Eu quero a paz serena que vem do coração,
a paz da consciência na missão cumprida,
aquela paz contrita em forma de perdão,
de quem só faz questão de ter honesta a vida.

Eu quero a paz maciça da neve imaculada,
caindo sobre o mundo sofrido e angustiado,
a paz da lua cheia redonda e prateada
tão linda lá no céu, de estrelas constelado.

Eu quero a paz branquinha dos mínimos jasmims,
que sobem em trepadeiras pelos caramanchões,
que tanto encanto dão a todos os jardins
e muito mais perfumam os nossos corações.

Eu quero a paz da Terra na hora em que amanhece
ainda na penumbra da rutilante aurora,
a paz do ressurgir do sol que tanto aquece
o mundo impiedoso na fúria que devora.

Eu quero a paz festiva do riso da criança,
do Cristo revivido subindo para os céus,
aquela paz ternura mensagem de esperança
que o homem só percebe, voltando-se pra Deus.

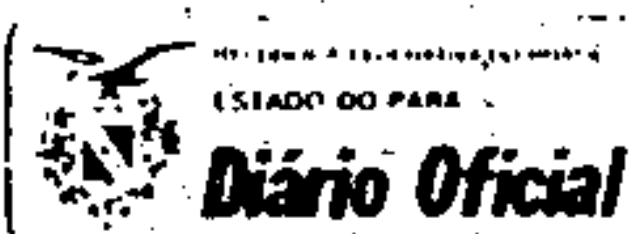
E quero, mais ainda, que o manto de Maria
me envolva em sua paz livrando-me da cruz
de dores deste mundo, sofridas dia a dia
para que eu possa enfim chegar até Jesus.

DE IRMÃO PARA IRMÃO

Isaac Dias M. Gomes.

Cultivando a verdade e a fé no coração,
Orando com fervor de ídimo cristão,
Nascendo novamente sob o céu do amor,
Fazendo bem a todos: justo ou pecador
Realizando ações felizes, meritórias,
Amando como fez Jesus para sua glória,
Tendo como divisa — "sã fraternidade", —
Espargindo, no mundo, as flores da bondade,
Reafirmando, assim, pois, desejar servir,
Notando, como é bom, fazer alguém sorrir,
Impedindo se agravarem males sociais
Zelando pelos fortes laços fraternais,
Estaremos coesos, firmes, irmanados,
Mostrando conscientes, bem edificadas,
Os nossos sentimentos puros de Cristãos
Servindo a Deus Eterno e confortando irmãos!

Suplemento
cultural



Este Suplemento foi elaborado pela

Imprensa Oficial do Estado,

sob a coordenação da equipe composta por

FERNANDO PINTO,

GENILDO MOTA,

EUNICE ARAÚJO,

MARIA DA CONCEIÇÃO MALATO

e: IVANILDO SOARES

colaboram neste Suplemento:

Clóvis Silva de Moraes Rêgo

e Maria de Belém Menezes

É parte integrante do D.O.E.

de 28 de fevereiro de 1983

Governo: ALACID NUNES

SURGE UMA POETISA: ROSÂNGELA DARWICH

Nosso Suplemento apresenta poemas do primeiro livro da jovem poetisa paraense Rosângela Darwich.

O livro tem o interessante título: "QUANDO FERNANDO SÉTIMO USAVA PALETÓ", lembrando inteligente brincadeira com as vogais do alfabeto, colocando o leitor em um clima de juventude espiritual, como bem referiu o jornalista Lúcio Flávio Pinto, em suas palavras de apresentação da obra:

Há um vasto e generoso sentimento poético neste livro, condição primeira em poesia. Com 20 anos, Rosângela Darwich não é — e dificilmente poderia ser — uma poeta integralmente constituída. Sua intuição poética não é capaz de dar vazão a todas as possibilidades de seu próprio verso, vicejante planta a requerer carinho e labor. Seu futuro como poeta depende de sua disposição e competência para trabalhar ainda mais sua boa inspiração, sua veia poética. Se não for além do bom e casual achado, ficará apenas na admiração paroquial.

O que consta deste livro, porém, reforça as esperanças de que Rosângela será capaz de realizar a poesia necessária à nossa época tão prosaica. Como em geral nas estréias, este livro é irregular exibindo toda a ânsia da autora de conversar com o mundo. Algum diálogo poderia ser considerado supérfluo, algum tom menos adequado, os recursos técnicos ainda não são amplos o suficiente para ordenar uma criação borbulhante. Mas a própria poeta (e estamos tratando verdadeiramente de poeta, o que é sempre bom lembrar em uma cidade onde se pratica o verso com desmedida irresponsabilidade), exigindo 99% de transpiração para poder considerar como produto definitivo o 1% de sua inspiração, saberá evoluir, evoluindo da maneira mais produtiva, que é trabalhando a poesia.

Quase todos praticamos poesia aos 20 anos, mas em Rosângela não é apenas um estado de espírito ou item de currículo. Todas as características da boa poesia existem nela, como projeto, em ensaio titubeante ou já como primeiro resultado. Ela tem capacidade narrativa, um senso de observação atilado, constrói boas imagens e uma grande virtude: os fechos dos seus poemas são poderosos, causando surpresa, susto e reflexão. É o que de melhor se pode esperar da poesia em uma era massificada e insensível como a nossa.

Lemos alguns poemas. Eles não têm títulos. São, apenas, numerados.

8

De novo.
nada
de novo.

E parei para pensar sobre o que
seja um nada.
E parei, pensei no nada
ou, sei lá, pensei em nada
ou não pensei.

E parei, estou parada.
De novo,
nada
de novo.

22

Por tanto que pensei em te
dizer
enquanto tu podias me ouvir
é que calei
e tu te foste.

Tu não te sentiste indo por
não perceberes o quanto fi-
caste.

Tu não percebeste o quanto
ficaste, quando ficaste,
porque eu, muda, te deixei
só.

E só tu não estavas, porque
eras,
como ainda és agora,
mesmo longe
— por tanto que pensei em
te ter perto.

41

Tudo aquilo era alguma coisa
assim de muito pouco
e eu preferiria usar outras
palavras,

também poucas
— ou, talvez, calar.

Mas tudo, tudo vibra com
continuidade
enquanto as ondas quebram
por cima das águas
sem sentimentos de acaso
— simplesmente por espuma

sempre branca
de pensar na areia.

E tudo, tudo vibra com con-
tinuidade
enquanto barcos passam
por cima de mim
levando minhas vozes lava-
das nos ecos
mais vagos que as ondas
que vazam no mar.

O livro de Rosângela foi
lançado no Teatro da Paz e se en-
contra à disposição do público,
nas livrarias da cidade.

3

ERNANE RIBEIRO

DO LIVRO POEXISTIR

POEMA DA MADRUGADA

É madrugada
é preciso que uma poesia nasça,
amada, é madrugada
é preciso que se faça uma poesia
Lá fora a lua está inibida
e o único recurso, amada, és tu.

Eu preciso ser um poeta
nesta noite tão vazia
neste antro tão sombrio.
Diz-me aquelas lendas de tua
infância.
Chora o impossível de teu
pranto.
Conta-me a história
do maxiquinho que foi criado
na riqueza, nunca estudou
e hoje abre covas no cemitério.
Lembra-me do seu Augustinho
da velha companhia de telefones
a contar causos.
Leia-me um poema de Vinícius,
daqueles que fale de perdão.
Mostra-me uma gravura
de DORÉ. Canta para mim,
amada. Canta aquela canção
que nunca decorei.

Tu conheces estórias de bôto?
Eu já quase esqueci
Ouve, o que é feita de tua crença?
perdeste-a?
O que é feito de teu destino?
iludiste-o?

tens um fluxo noturno nos olhos,
que eu não preciso da noite
para ser poeta.

Se estás com sono, dorme,
dorme que eu conseguirei ser um poeta.
te vendo dormir.

Apenas é preciso que uma poesia nasça
nesta noite tão amarga
nesta noite tão sombria.

Quando tu fores eu
então eu serei tu.
Quando eu não for eu, e sim tu
então eu serei tu.
e isto será poesia

Quando a noite se fizer dia
e quando o dia se fizer noite
amada, então virá a madrugada
e quando nem tu nem a lua
estiverem presentes, amada,
então não haverá poesia.

OPERAÇÃO

SENTIMENTAL

Aceitei o amor de Maria
sem cartão de crédito
com 3 notas promissórias
e um cheque

Aceitei o amor de Maria
manchado na praça
em protesto
estelionatário

E ela me sujou o coração.

HORA VAZIA

Hora rasa
Rasa hora vazia
Raso-silêncio
Rasa noite sombria.

Hora perpétua
Perpétua hora emudecida
Rasa noite sem hora
Raso momento frio
Rasa imagem havia
Raso tempo sem hora
Perpétua saudade sombria
Imensa noite vazia

Hora fria
Fria noite sem hora
Rasa saudade vazia
Perpétua imagem sombria.
Somente assim desviaria o misticismo
que eu tenho pela chuva, pelo mar
e pelos vales.

Somente assim eu realmente viveria
a natureza e agruparia em seu domínio
esse alguém

Pudesse ou não fazer em todo, essa presença
— eu lutaria-e a vida novamente cresceria
e só a morte é que seria o infortúnio.

E nesse alguém colocaria uma poesia
para sempre ser relida e admirada.

SOLIDÃO

Maria se foi junto com a sonata
que costumava soltar do piano

Deixou sua voz estendida sobre a mesa
os seus passos taciturnos na varanda,
e entrou para sempre em minha carteira
porta-cédulas.

VIDA LOTADA

Ônibus lotado
táxi lotado
rua lotada
gente lotada
mente lotada
dia lotado
Coração vazio.

NOSSO VERSO

Este é aquele verso que não te fiz,
é aquele suspiro que guardei eternamente para ti.
Toda suavidade de minhas palavras está contida
em tua imagem expressa em ondas gramaticais.

Este é aquele verso que não foi feito
por ninguém — ainda — e ofertado especialmente
para ti — força do hábito — e de tal grandeza
que para nós dois será sempre
o nosso primeiro verso.

Esta é aquela ilusão que entre nós ficou
e cedeu aos poucos, sem garantias
e artimanhas.

Do outro lado da rua está você
e aqui eu, enquanto o tráfego é intenso.

Este é o nosso verso — descompromissado —
como quem ama e faz dele a sua única
predileção.

— Apenas para ter dizer algo.

ADALCINDA

“ENTRE ESPELHOS E ESTRELAS”

No ano de 1953 a poetisa
paraense Adalcinda lançava mais
um livro de versos plenos de amor,
cheios de ternura.

Deste trabalho que está
completando trinta anos, extraímos
alguns poemas que dedicamos à
sensibilidade de nossos leitores:

CHOQUE

Não me perguntem donde vim,
apenas olhem para mim.
O silêncio deverá ser tão grande,
até que por mim mesma eu possa
falar.

Minha face, minha boca, meus ca-
belos,
de tão puros, ninguém os deve to-
car.

Não me perguntem donde eu vim

olhem apenas, para mim,
até que eu possa respirar.

REAÇÃO

A tarde recua soprada de vento...
Mas aqui dentro há um meio dia ar-
dendo,
chorando saudades na flor dos ca-
minhos....

Os passos vão fundos no espaço
calado,
guardando o segredo do grande si-
lêncio
que abriu as comportas de um rio
caudaloso!

DESENCANTO

Achei num poço de areia
a água de estranho olhar.
O vento soprou a areia
só para a água não me olhar.

Mudei meu rumo. E nadando
achei um verso no mar.
Veio uma onda e afogou-me
só pro verso não rimar.

Esperei, então, à tarde,
o pássaro regressar.
Mas não houve nem crepúsculo
onde o pássaro cantar

Enfeitei as mãos com búzios,
e surpreendi-me a chorar
o desespero das algas
que não puderam boiar.

E as mãos ficaram sem búzios,
porque os búzios foram dar
som de ausências à saudade
pra saudade não voltar!...

LINDANOR CELINA

Uma presença do Pará na França

Nosso Suplemento presta homenagem, neste número, à escritora Lindanor Celina, por motivo do vigésimo aniversário de lançamento de seu primeiro romance: "MENINA QUE VEM DE ITAIARA".

Desse romance assim falou Dalcídio Jurandir:

Lindanor Celina neste seu primeiro livro, nos fala de uma cidade do interior paraense onde a personagem principal, menina bem levada, viveu e guardou na memória e no coração as imagens da família, da vizinhança, da meninice, dos costumes, um instantâneo de pessoas, bichos e coisas de Itaiara. A cidade é servida por um trem e banhada por um rio aos fundos. Entre este e aquele, vive a menina os seus sonhos e seus espantos, vagarosamente apreende o mundo, e quer um dia ver Belém que lhe parece meio incomunicável, meio faz-de-conta.

Cenas e situações do livro mostram a boa observação da autora, o seu cuidado em fixar o que viu, o que amou e desamou. A cidade interessa-nos, de fato; sabemos de seus probleminhas que ali se tornam problemões, saborosos e amargos incidentes de uma comunidade quieta-quieta, muito de dentro de casa. A autora **conversa** mais que **escreve**, usando de sua franqueza, ou candura, ao puxar os assuntos, com vivacidade.

A este livro se seguiram vários outros: "Estradas do Tempo Foi", "Breve Sempre", estando prestes a ser lançado "Pranto por Dalcídio Jurandir", havendo outros em fase de conclusão. Lindanor está, atualmente, na França, lecionando Literatura Brasileira em duas Faculdades, sendo doutorado pela Sorbonne, em tese sobre Mário de Andrade.

Nestes vinte anos do "MENINA QUE VEM DE ITAIARA", apresentamos delicioso capítulo para encantamento de nossos leitores:

Aí! as ladainhas daquela terra! Bonito, os caboclos, quatro, cada qual numa voz, perante o oratório ajoelhados, entoando, em uníssono: "Pesa meu Senhor, de vós ter ofendi-i-i-dô..." Lá se iam, na cantoria, espécie de melopéia,

mal articuladas palavras que só muito depois soube ser o ato de contrição. Admira-me até hoje como criaturas que jamais estudaram solfejo, cantavam a quatro vozes com tal harmonia. Belas vozes rudes de homens de pé no chão, calcanhar rachado, roupa de mescla, muita vez destilando cachaça.

Aqueles pretos soltavam o seu canto com a ternura de um aboi. Chamavam pelo seu Deus, no "pesa meu Senhor", com perdão do arrojo, no mesmo tom maneiro e meio triste com que gritavam: "Eh, meu boi". E era bonito. Bonito de a gente levar horas no sereno, ouvindo-os.

Veze em quando a comadre Emília — que lavou roupa depois para nós, quando o prefeito secou os igarapés e a Satira Pretinha nos deixou — nos convidava para uma ladainha em sua casa, lá no Alto. "Alto", era um morro, a cavaleiro sobre a parte da cidade onde morávamos. Bem no topo da colina, a casa da Emília. Perto, as barracas dos outros irmãos casados. Com frequência, comparecíamos às ladainhas. Papai, nisso reclamava: em tudo devia haver um limite. Mamãe sala mais as empregadas, levando as três filhas, João, Adauto, Astésia para aqueles ermos, além da lagoa. Não compreendia como podia ela deixar seu sossego dentro de casa, se largar em noite muita vez escura, a ouvir pretos cantarem, arriscando-se a encontrar bêbados pelos caminhos, ser talvez desfeiteada. Porém mamãe quando encasquetava uma coisa, não havia argumentos que a demovessem. Desde que vivia meio desavorada, depois da decepção com o espiritismo, buscava tudo. Até a culto de crentes lá. Consultava pajés, rezadeiras, benzedores. Ia ao Tatwa, às ladainhas. Ao Tatwa nunca me levou, não tenho idéia do que seja um Tatwa. Mas às ladainhas, muitas. Eu adorava ir.

"Se não fosse a Ave Maria muitas almas se perdia".

Gemiam, a quatro vozes, os homens, prosternados ante o oratório ornado de espantadas flores de papel crepom, de fitas de cores vivas, e onde uma Nossa Senhora, ou São Jerônimo, Santo Afonso, ou São Benedito, quase sufocado de tanto enfeite, sob o manto salpicado de estrelas de papel de chocolate, tímido, espiava pra gente.

Primeiro, o "Pesa meu Senhor", depois, o terço. Seguia-se o

Kírie eleison, tão belo no latim estropiado. Quando em vez, uma exclamação, no terreiro, cortava a reza: "Arreda prá lá, seu corno, que o debaixo é meu". Alguém pisara o pé do caboclo, ele cortava a Ave Maria com um protesto daqueles. Em matéria de irreverências cometidas em ladainhas, contavam-se várias, a mais comum, a da mulher do beiju. Estava a mulher ajoelhada cantando as invocações à Virgem, e a filha, incumbida dos preparativos para o café de após a reza, veio perguntar-lhe baixinho: "Mamãe, onde está o beiju? Ela só fez foi responder, no próprio som do cantochão, ao invés de "Mater amabilis": "Tá lá no prego, ora pro nobis".

**"Se não fosse a Ave Maria ai de nós o que seria".
Ai de nós o que seria
se não fosse a Ave Maria"...**

Entoavam. Um fartum de suor, de aguardente, tornava irrespirável a sala da Emília Galdino, por isso, malgrado seus protestos gentis, permanecíamos sempre no sereno. A ladainha estava a acabar, as louvações à Mãe de Deus chegavam ao fim: "Regina Pacis, ora pro nobis" — "Agnus Dei qui tollis peccata mun-un-undê, miserere no-o-o-bês." Por entre o ruído-ruído, conversa, exclamações, e a voz fininha da velha Coló, mãe da Emília, chamando um dos netos, já rapazi-nho: "Ô Zito, depressa um cafezinho prós home, meu fil". Os "homens" que deviam ser servidos com tal presteza, eram os rezadores, os que haviam "tirado" a ladainha.

Mamãe, visita de consideração, senhora sem bondades que deixara sua casa e subira ao morro para assistir à reza em casa de comadre tão humilde, era cumulada de agradecimentos: "Ficou o tempo todo no sereno, dona Adélia, valha-me Deus! Agora entre pra dentro, cristão, venha tomar um chocolátezim, um café com bolo, vá desculpendo, não repare". Mamãe ia para a cozinha, lá nos abancávamos, tomávamos o chocolate cheiroso, ou o café novinho, comíamos beiju cica, bolo de macaxeira, um pires de arroz doce, uma cula de mingau, conforme fosse. Consersavam de pintos, galinhas, plantas, doenças. Raramente voltávamos sem um ramo de alecrim, um cravo branco, uma cachopa de bogaris, umas canas doces "que eu mandei cortar, inda agorinha, com dia, pras meninas chupar", dizia a Emília.

HÁ 50 ANOS UM BLOCO DE CARNAVAL: A BOIUNA

Pelo sentido cultural de que se revestiu, no Carnaval de 1933, o bloco "A BOIUNA", apresentamos, neste número de fevereiro de nosso Suplemento, um pouco da história desse alegre rancho, valendo-nos de algumas páginas do livro "MOSAICO FOLCLÓRICO", do escritor e acadêmico Pedro Tupinambá:

No Carnaval de 1933, um grupo de homens que cultuava as belas-letas em nossa capital, e ligados pelos laços do cérebro e do coração, teve a idéia de lançar a rua, nos dias consagrados a Rei Momo, um rancho carnavalesco, que surpreendesse o povo, pela originalidade, pela beleza extrínseca e por valorizar cousas do folclore da terra.

Desse grupo faziam parte os "pajés", ajudantes e assistentes" (como se denominavam): Bruno de Menezes, Jaques Flores, Paulo de Oliveira, De Campos Ribeiro, Manoel Castro, Antonio Coimbra, Rogaciano Franco, Mário Guimarães, Gregório Costa, Eudócio Lobato, Flávio França, Francisco Viana, Mário Gurjão, Andreilino Cotta, Tibério Araújo, Hanibal Viana, Orosvaldo Fonseca e José Gomes Filho.

Tiveram então uma idéia genial: "BOIUNA" seria o nome do rancho, que apresentaria, num caminhar, uma enorme serpente, lançando fumaça pela boca e fogo pelos olhos.

A "BOIUNA" foi confeccionada na Garagem do Clube do Remo, por Andreilino Cotta, com armação de painéis, talas, fasquios e lona (conseguida no comércio local) e lá foi ensaiado o cordão e os números de cada figurante.

Longos dias e longas noites trabalharam os componentes do bloco na feitura da "bicha", que afinal ficou u'a maravilha: parecia uma "cobra grande" de verdade, com os olhos acesos, como se fosse sem duas tochas de fogo piscando no alto do caminhar, todo enfeitado de aninga do mangal. Dava a impressão que emergia de um desses rios amazônicos!

Iria ser um sucesso, prognosticavam todos.

De fato, quando a "BOIUNA"

saiu à rua, foi acontecimento!

Toda gente a queria ver e era o assunto em todas as rodas da cidade.

Além de tomar parte no curso carnavalesco, como carro alegórico, ela saía ruas a fora em visita à residência de pessoas amigas, como o Comandante Alfredão, da Booth Line, de saudosa memória.

Eram os seguintes os personagens do rancho, com os respectivos intérpretes: Rei Salomão (Mário Gurjão), Menino Ceci (Antonio Coimbra), Mestre Corvina (Rogaciano Franco), Chico Cabôco (Manoel Castro), Bôto Tucuxi (Bruno de Menezes), Mestre Paulo (Mário Guimarães), Pena Amarela (De Campos Ribeiro), Mestre Desidério (Jaques Flores), Rainha Luzia (Tibério Araújo), Rei Nagô (Gregório Costa), Jacaré Tinga (Eudócio Lobato), Jacaré Izaura (Andreilino Cotta), Rainha Loanda (Flávio França), Cobra Norato (Francisco Viana), Guará Cegueta (Hanibal Franco), Cavalo Marinho (Ariosvaldo Fonseca), Raposa Branca (José Gomes Filho), e Jacundá (Paulo de Oliveira).

Atulhavam o caminhar de bebidas e refrigerantes, papéis de "cheiro", fogareiros de barro e outros apetrechos e quando o rancho chegava às casas em que iam visitar, apeavam-se os componentes e, antes de dançar e cantar suas loas, realizavam uma autêntica sessão de pajelança, defumando os quatro cantos da sala, rezando, invocando os "caruanas" e fazendo distribuição dos papelinhos com "cheiro". No final tinha lugar a cerimônia do casamento da "Rainha Luzia" com o "Rei Salomão".

Quando viajamos com o escritor Bruno de Menezes para Manaus, em 1957, mostrou-nos ele seu "Album de Recortes sobre assuntos Afro-brasileiros", despertando-nos a atenção um folheto impresso em 1933 (livraria Carioca, Pará — Brasil) intitulado: "A BOIUNA" e que trazia na capa de frente um mandingueiro pousando na polícia, ao lado de seus pertences e garrafadas e na capa de traz um anúncio do Guaraná Soberano e a seguinte quadrinha de autoria de Bruno:

São tantos os Guaranás
Mas nenhum, — trabalho insano
Tem o gosto, a cor e a espuma
Do Guaraná Soberano!

Esse folheto, organizado por Bruno, foi mandado imprimir pelo Sr. Hilário Ferreira, proprietário da fábrica "Guaraná Soberano" e distribuído profusamente pela cidade e vendido no Ver-o-Peso.

Na contra-capinha vinha a relação das personagens do conjunto carnavalesco e as pessoas que os interpretavam e que enumeramos linhas atrás.

Na primeira página lia-se:

"CARNAVAL DE 1933
LEMBRANÇAS DOS PAJÉS
QUE DESENCANTARAM
A BOIUNA"

A seguir via-se a estampa de um leão, encimando a trova:
"Seja o Rei dos Animais
seja bichinho ou bichão
com a boiuna não tem sopa,
vá pro papo até leão..."

O leão de que fala o último verso era alusão ao "Leão Azul", do Clube do Remo, ao qual pertencia quase toda a rapaziada do bloco.

Da 3ª página em diante, vinham as loas, da lavra de De Campos Ribeiro, que cada elemento do rancho sabia de cor e declamava durante o préstito carnavalesco ou nas visitas que faziam:

"A BOIUNA"

Rei Salomão

Eu sou da sabedoria
toco de apito e bordão
Faço gigante de giã
e trem de carro de mão. Comigo
não tem dureza,
tenho dez reinos na mão
sou mestre da natureza
eu sou o REI SALOMÃO

Menino Ceci

Já morei na Pororoca,
durmo em cama de taxi.
Querendo, faço passoca
de tudo que vejo aqui.
Cabra bonzão, que desfaça
o que eu fizer, nunca vi:
comigo fogueira é graça,
eu sou MENINO CECI

Mestre Corvina

No remanso do banzeiro
eu vim, só na brandulina
Eu sou frechador certo
respeitado até na China.
Se estou meio enfarruscado,
meu braço ninguém domina:
não vejo corpo fechado,
me chamo MESTRE CORVINA

Chico Cabôco

Me batizei no oceano,
conheço tronco no fundo,
dei sete passo no arcano
do ôco do fim do mundo.
Pra viajá no infinito
montei num tamanguaré.
Fiz água virá granito,
e pra minhoca dei pé.
Pra desmanchá casamento
se me zango não é pouco
eu sou pai de pé de vento
— me chamo CHICO CABÔCO

Bôto Tucuxi

Morei mais a lua cheia
na asa de mestre morcego.
Se fico ruim da têia
desmancho casa e xamego,
Mulher, só frecho na bôca,
com esporão de mandi:
Desgraça não gosto pouca,
Sou o BÔTO TUCUXI!

Mestre Paulo

Sou MESTRE PAULO. Comigo
por qualquer me dá uma palha
boto panema o inimigo,
na dobra de uma toalha.
Numa tijela de louça
faço de burro doutô,
tiro trsiteza de moça...
MESTRE PAULO é curadô

Pena Amarela

Eu sou Tuchaua das águas
lontra branca é minha irmã,
eu sou botador de mágoa
sou cuira por cunha.
De tatú moro na cova
pra velha que pede trela
minha frechada é uma sova
Sou mestre PENA AMARELA

Mestre Desidério

Sou desidério,
sou pretinho aborrecido

com jasmin de cemitério
eu sei mufiná marido...
Fecho corpo de donzela,
pra preta viúva dou consolo.
DESIDÉRIO no trabalho
é preto mas não é tolo...

Rainha Luzia

Eu sou RAINHA LUZIA
no serviço sou capaz
Sou mestre numa Ingrisia
mas só protejo rapaz.
Com três esporão de arrala
com três dentes de alho macho
três grilo, três sapos preto,
com três grampos de faceira
eu faço rabo de sala
virá caba caçadeira...

Rei Nagô

Eu já fui dono dos mares
eu já fui navegadô,
governo vento e procela
naufraço qualquer galera,
sou protetor de mulata
trago branco na chibata
eu me chamo REI NAGÔ

Jacaré Tinga

Eu vim da lagoa
Sou rei das aninga,
Sou pai do tajá.
Não gosto de chôro,
Só coisa que é boa
me dão pra frechá.
Comigo cabôca fela
Não arenga nem me xinga
Eu sou sarado na pêla
Sou mestre JACARÉ TINGA

Rainha Izaura

Eu sou a RAINHA IZAURA
meu palácio é um pé de vento
protejo velha e viúva
que anda atrás de casamento
Moça frangota comigo
pra se arranjá é besteira
que eu frecho só por castigo
empanemo, dou lezeira...

Rainha Loanda

RAINHA LOANDA
cheguei no terreiro.
Comigo quem anda
tem sempre dinheiro
só frecho menina
solteira e sapeca.
Só curo desgosto
de velho careca...

Cobra Norato

Eu viro campina e mato
ando a cavalo, ando a pé
sou mestre COBRA NORATO
sou frechadô de mulhé
Persigo menina e velha
não deixo homem virar pato
sou rei da corda vermelha
sou mestre COBRA NORATO

Guará Cegueta

Eu venho das ribanceiras
sou tuchaua do aningal,
se me dá na mioleira
faço bem, desmancho mal.
Em sete maré-vasante
com água de cuia preta
eu boto doido um amante,
eu sou o GUARÁ CEGUETA

Cavalo Marinho

CAVALO MARINHO
eu vim no remanso
eu sou ruinzinho
e tudo eu alcanço...
Sou mau pra moleque barba,
mulata pisa mansinho
quando a frechada descamba
eu sou CAVALO MARINHO

Raposa Branca

Rainha da Cana Verde
sou dona do canaviá
quem me procura não perde
peso igual ao meu não há...
Eu faço mulher danada
que dá baile, que desanca,
ficá macia amansada
eu sou a RAPOSA BRANCA

Jacundá

Eu sou da outra banda
da banda de lá
conheço o trábaho
sou mau no ganzá.
Não faço mandinga
sem cuia pitinga
nem água do ... má.
Só frecho crioula
com alho e cebola:
Eu sou Jacundá"

E assim o nosso folclore foi
revivido, há 50 anos, por esse gru-
po de intelectuais paraenses, que
encontraram no tema "A BOIUNA"
motivo para suas explosões carna-
valescas do ano de 1933, num am-
biente de simplicidade e plena
alegria.

7

DO LIVRO CALENDÁRIO HISTÓRICO DE BELÉM 1616-1946

Orlando de Moraes Rego

1 DE FEVEREIRO

1870 - Chega a Belém no vapor "TOCANTINS" de regresso da Guerra do Paraguai, Júlio César Ribeiro de Souza, que seguiu para aquela campanha integrando o 2º Corpo de Voluntários Paraenses.

1872 - Chega a Belém o Dr. João Barbosa Rodrigues, incumbido pelo Governo Imperial de fazer estudos e explorações no vale amazônico.

1885 - Inaugurado em Belém na Rua Nova do Imperador (atual Boulevard Castilhos França), o Hotel Grão-Pará de propriedade do Sr. Motta.

1896 - Inaugurada em Belém pela Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, a iluminação elétrica da cidade com 1.800 lâmpadas de 16 e 25 c/p para as casas e 86 de 2.000 c/p para as praças. A usina que ficava situada na margem do Rio Guamá, era acionada por oito máquinas a vapor do sistema Steinmuller da Casa Siemens & Haleke, gerando 3.200 HP de força que produziam correntes alternativas de 2.000 volts e contínuas de 120 volts.

1897 - Assume em Belém o Governo do Estado do Pará, o Dr. José Paes de Carvalho.

1901 - Assume em Belém o Governo do Estado do Pará, o Dr. Augusto Montenegro.

- Circula em Belém o primeiro número do jornal "O Trabalho".

1905 - Assume novamente em Belém o Governo do Estado do Pará, o Dr. Augusto Montenegro.

1909 - Assume em Belém o Governo do Estado do Pará, o Dr. João Antônio Luiz Coelho.

1913 - Assume em Belém o Governo do Estado do Pará, o Dr. Enéas Martins.

1917 - Assume novamente em

Belém o Governo do Estado do Pará, Lauro Nina Sodré e Silva.

1921 - Assume em Belém o Governo do Estado do Pará, o Dr. Antonino Emílio de Sousa Castro.

1925 - Assume em Belém o Governo do Estado do Pará, o Dr. Dionísio Ausyer Bentes.

1927 - Instituído em Belém, o Asilo da Velhice Desamparada São Francisco de Assis.

1929 - Assume em Belém o Governo do Estado do Pará, o Dr. Eurico de Freitas Valle.

2 DE FEVEREIRO

1850 - Chega a Belém a Char-rua "PERNAMBUCANA", com a tripulação contaminada pela febre amarela.

1867 - Chega a Belém como tripulante da Corveta "PARAENSE", Antônio José de Lemos.

1872 - Instalado em Belém num sobrado junto a Igreja de Santo Antônio, o Asilo das Órfãs e Desvalidas (é o atual Colégio Santo Antônio).

1873 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "O Careca", órgão humorístico de publicação semanal.

1890 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "Sae Cinza", órgão de publicação semanal.

1903 - Chega a Belém em viagem de cruzeiro, sob o comando do Capitão-Tenente Albert C. Dillingham, o Cruzador norte-americano DETROIT, deslocando 2.089 toneladas, 5.227 HP de força e 19 nós de marcha.

1914 - Fundada em Belém, a Sociedade União Sindicato dos Estudantes do Pará.

1929 - Toma posse da Intendência Municipal de Belém, o Senador Antônio de Almeida Faciolá.

3 DE FEVEREIRO

1637 - Acometido subitamente de uma dor interna, faleceu em Belém o capitão-Mór Francisco de Azevedo, sendo sepultado na matriz de Nossa Senhora da Graça, sobre cujas ruínas foi posteriormente edificada a nova catedral.

1793 - Aberta novamente a estrada ligando o Igarapé Aurá, nas proximidades de Belém, a vila de Ourém.

1827 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "A Voz da Amazônia", órgão de publicação bi-semanal fundado por Honório José dos Santos.

1835 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "Paquete do Governo".

1871 - Chega a Belém procedente de Liverpool, onde foi construído, para a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, o navio ARIMAN deslocando 324 toneladas e 90 HP de força.

1874 - Instalado em Belém num prédio da Rua dos Mercadores nº 30 (atual João Alfredo), o Egrégio Tribunal de Relação do Pará.

- Instalado em Belém no primeiro pavimento do Palacete Municipal, o Superior Tribunal de Justiça.

1929 - Instalado em Belém o Asilo do Bom Pastor.

1941 - Faleceu em Belém em sua residência na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 712, aos 68 anos de idade, o escritor Raymundo Moraes. Foi Diretor da Biblioteca e Arquivo Públicos, e jornalista, tendo publicado várias obras entre as quais "Na Planície Amazônica", "Paiz das Pedras Verdes", "Meu Dicionário de Causas da Amazônia", "O Homem do Pacoval", "Antifiteatro Amazônico", etc. Seu cor-

po foi sepultado no cemitério de Santa Izabel.

4 DE FEVEREIRO

1650 - Instalado em Belém entre as Ruas de Santo Antônio e dos Mártires (atual 28 de Setembro), o primeiro Hospital da Santa Casa de Misericórdia, com sua capelinha sob a invocação de Santa Luzia.

1866 - Chega a Belém de regresso de sua viagem pelo rio Amazonas, o naturalista Jean Louis Rodolphe Agassiz.

1909 - Chegam a Belém vindos de New York no vapor inglês MARANHENSE, os engenheiros Joseph Knight, Edward Morris, John Linn, e Philip O'Neil, para trabalharem na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

1918 - Inaugurada em Belém a sede do "American Mercantile Bank of Brazil Inc".

5 DE FEVEREIRO

1667 - Determinado para servir nas forças de Belém e de toda a Capitania do Grão-Pará, os criminosos sentenciados com as penas de degredo.

1758 - Ordenada a saída de Belém de todos os religiosos da Piedade, tendo em consequência sido abandonado o Hospício de São José (atual cadeia pública).

1852 - Executado em Belém o escravo Antônio, assassino do Tenente da armada José Bernardo Santarém.

1874 - Faleceu em Belém em sua residência na Estrada de Nazareth, depois de cruel enfermidade, o Dr. João Maria de Moraes, que ocupou em várias ocasiões a presidência da Província do Pará. Seu corpo foi sepultado no cemitério de Nossa Senhora da Soledade.

1885 - Assume em Belém pela segunda vez, o comando das armas da Província do Pará, o Brigadeiro José Ângelo de Moraes Rego.

1888 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "O Porvir", órgão do Atheneu Comercial do Pará.

1897 - Faleceu em Belém aos 56 anos de idade, o arcebispo José Gregório Coelho, vigário da Paróquia de Nazareth. Seu corpo foi sepultado no cemitério da Ordem Terceira de São Francisco.

1903 - Seguem de Belém no vapor BRAZIL para Manaus, com destino a região contestada do Acre, o 36º Batalhão de Infantaria comandado pelo Tenente-Coronel Manoel Feliciano Pereira dos Santos, e o 15º Batalhão de Infantaria sob o mando do Capitão Adriano Miranda.

1905 - Fundado em Belém o Club do Remo.

— Instalada em Belém a Repartição Criminal.

1933 - Faleceu repentinamente em Belém em sua residência na Avenida Padre Eutíquio, o Dr. Luiz Barreiros. Advogado e jornalista era membro da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

1941 - Chegam a Belém três aviões de bombardeio "Douglas B-18" do exército norte-americano, comandados pelo General Natherwood, trazendo 18 caixas com sementes de seringueiras oriundas da Costa Rica, a fim de serem plantadas no Instituto Agrônomo do Norte.

6 DE FEVEREIRO

1644 - Faleceu em Belém de uma enfermidade crônica, o Capitão-General Pedro de Albuquerque, Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, sendo sepultado na capela-mór da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, onde existe uma lápide mandada colocar pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

1777 - Faleceu em Belém Antônio Francisco Potfliz, que foi cônego presbítero e chantre da catedral.

1905 - Inaugurado em Belém na Travessa 22 de Junho (atual Alcindo Cacela), o Serviço de Limpeza Urbana.

7 DE FEVEREIRO

1889 - Faleceu em Belém em sua residência na Travessa Santo Antônio nº 61 (atual Frei Gil de Vila Nova), Felipe Augusto de Carvalho (Barão de Belém). Foi Vereador e Juiz da Paz, e seu corpo foi sepultado no cemitério de Santa Izabel.

1911 - Curioso achado em Belém quando faziam obra na fachada do prédio da Fábrica de Velas de Martins & Vieira, situada na Rua João Alfredo nº 21. Foi encontrada uma placa de mármore de 38 cm de comprimento por 29 cm de largura, e com a seguinte inscrição: "Estes Paços do Conselho foram feitos governando o Ilmo. e Exmo. Senhor General Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, que para esta obra pôs grande cuidado e a sua pessoal assistência, sendo superintendente dela o Dr. Ouvidor Geral Luiz José Duarte Freyre, concorrendo o povo com seus donativos - Anno de 1751". Esta lápide outrora, ficava entre as janelas situadas por baixo do campanário do sino de acolher.

8 DE FEVEREIRO

1873 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "A Constituição".

1894 - Inaugurada na Fazenda Marituba, nos arredores de Belém, a Fábrica de Papel Paraense.

1911 - Iniciada em Belém pela Municipality of Pará Improvements Limited, a construção da rede de esgotos da cidade.

9 DE FEVEREIRO

1749 - Chega a Belém vindo de Lisboa, D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, 3º Bispo do Pará, tomando posse do bispado dia 15 do mesmo mês e ano.

1865 - Grande passeata percorre as ruas de Belém, em regozijo pela vitória das forças brasileiras em Paisandú.

1890 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "A Voz do Caixeiro", órgão dos empregados do comércio.

1891 - Toma a posse do bispado, em Belém, D. Frei Jerônimo Thomé da Silva, 11º Bispo do Pará.

1895 - Inaugurado em Belém na Estrada do Conselheiro (atual Conselheiro Furtado), o quartel do 2º Corpo de Infantaria do Regimento Militar do Estado.

1913 - Aberta ao público em Belém no bairro da Pedreira, a Capela de Santa Luzia.

— Chega a Belém procedente de Liverpool, sob o comando do Capitão de Corveta Manoel C. Ilgarte, em trânsito para Iquitos, o navio de guerra peruano NORIAN.

1946 - Toma posse em Belém da Interventoria do Estado do Pará o Dr. Otávio de Bastos Meira.

10 DE FEVEREIRO

1691 - Regressa a Belém procedente de São Luiz do Maranhão, o Governador e Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

1712 - Expressamente proibido em Belém de fazer o empréstimo do Santo Lenho, dentro ou fora da cidade.

1862 - A colônia portuguesa em Belém, manda celebrar na catedral, solenes exéquias por D. Pedro V de Portugal e seus irmãos.

1885 - Curioso acontecimento em Belém no Largo da Pólvora (atual Praça da República), junto de um açougue ali existente, quando depois de uma chuva torrencial, a enxurrada descobriu naquele local um esqueleto humano.

1926 - Chegam a Belém vindos da América do Norte pelo vapor POLYCARP, os ornitólogos Rodolpho Meyer de Schauensee, e Jayme Bonde, da Academia de Ciências Naturais de Philadelphia, para colecionarem aves raras na região do rio Guama.

11 DE FEVEREIRO

1656 - Parte de Belém acompanhado do Capitão Pedro da Costa, em três canoas, com 25 soldados e 200 índios, o padre João de Souto Mayor, para realizar a célebre viagem do ouro ao rio Pacajá, na qual perdeu a vida.

1917 - Aberta ao público em Belém na Avenida São Jerônimo (atual José Malcher), a Capela de Nossa Senhora de Lourdes.

12 DE FEVEREIRO

1706 - Parte de Belém para São Luís do Maranhão, o Governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Capitão-General Manoel Rolim de Moura.

1886 - Instalada em Belém na Rua Nova do Imperador (atual Castilhos França), a Recebedoria de Rendas do Pará.

1898 - Chega a Belém em viagem de cruzeiro, sob o comando do Capitão M. Chester, o Cruzador norte-americano CINCINNATI, deslocando 3.213 toneladas.

10.000 HP de força e 19 nós de marcha.

1942 - Inaugurado em Val de Cans nos arredores de Belém, o preventório "Eunice Weaver", com uma capacidade para 300 internos e destinado a abrigar os filhos dos hansenianos.

13 DE FEVEREIRO

1811 - Recebida em Belém a notícia oficial do casamento da Princesa D. Maria Tehreza, filha do Príncipe Regente de Portugal, com o Infante D. Pedro Carlos.

1864 - Instalada em Belém numa dependência do prédio da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, a Associação Comercial do Pará.

1865 - Embarca em Belém no vapor PARANÁ com destino ao Paraguai, o 3º Batalhão de Artilharia a Pé, então sediado na capital do Pará, levando um efetivo de 600 homens comandados pelo Coronel Francisco José de Carvalho.

1885 - Faleceu em Belém em consequência de uma degenerescência do coração, José Veríssimo Dias de Mattos. Era médico e grande educador.

1891 - Inaugurado em Belém o edifício da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

1935 - Chegam a Belém as Filhas de Caridade, para instalarem o Dispensário dos Pobres de São Vicente de Paulo.

14 DE FEVEREIRO

1809 - Chega a Belém vindo de Cayenna, com a notícia da tomada daquela ilha pelas tropas luso-pa-raenses, o Furriel Joaquim Antônio de Macedo.

1900 - Inaugurado em Belém o Hospital São Sebastião, destinado exclusivamente aos doentes atacados de varíola.

1904 - Inaugurada em Belém a Praça Batista Campos.

1936 - Em Belém o navio MARAJÓ da firma F.J. Cardoso, fundeado em frente do antigo curro, explodiu a caldeira e afundou, havendo em consequência dois mortos e sete feridos.

15 DE FEVEREIRO

1648 - Faleceu em Belém o Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Capitão-General Francisco Coelho de Carvalho, o Sardo, sendo sepultado no adro da Igreja de Santo Antônio.

1648 - Assume pela terceira vez em Belém, o 'Governo' da Capitania do Grão-Pará, o Capitão-Mór Ayres de Souza Chichorro.

1749 - Toma posse do bispado em Belém, D. Frei Miguel de Bulhões e Souza, 3º Bispo do Pará.

1841 - Faleceu em Belém completamente paralítico aos 79 anos de idade, D. Frei Romualdo de Sousa Coelho, 8º Bispo do Pará, sendo sepultado no presbitério da capela-mór da Sé, na mesma sepultura de seu antecessor.

1878 - Inaugurado em Belém o Teatro da Paz, com a apresentação

pela companhia de Vicente Pontes de Oliveira, do drama "As duas orfãs". O teatro que, tinha uma lotação de 1.100 cadeiras, foi edificado de acordo com o plano do Engenheiro José Tibúrcio Pereira de Magalhães. Em sua fachada estão quatro bustos de mármore representando a tragédia, a música, a poesia e a comédia. No "foyer" e sala de espetáculos, existem belas pinturas de Domenico De Angelis sobre passagens mitológicas.

1883 - Chega a Belém no vapor norte-americano FINANCE, a comissão científica brasileira chefiada por Antonio Luiz von Hoo-nholtz (Barão de Teffé), que fora observar na ilha de San Thomaz, nas Antilhas, a passagem do planeta Venus pelo disco solar.

1940 - A Canhoneira brasileira AMAPÁ intima o vapor alemão KOENIGSBERG, ancorado em frente às ilhas Gaivotas, nas proximidades de Belém, para que saia ou regresse ao porto, tendo o comandante do cargueiro germânico optado pela asilação.

16 DE FEVEREIRO

1896 - Inaugurado pela "The Amazon Telegraph Company Limited", o telégrafo sub-fluvial ligando Belém a cidade de Manaus.

1896 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "A Luz", órgão de publicação quinzenal.

17 DE FEVEREIRO

1832 - Criado em Belém o Hospital Regimental.

1899 - Faleceu em Belém aos 70 anos de idade Tito Franco de Almeida. Bacharel formado pela Academia de Olinda, foi Deputado Provincial, Professor de Filosofia do Lyceu Paraense, jornalista e escritor, sendo sepultado no cemitério da Ordem Terceira de São Francisco.

1912 - Em Belém um monoplano Bleriot acionado por um motor Gnom de 50 HP, pilotado pelo aviador italiano Angelo Bigliani, depois de levantar vôo no campo do Instituto Lauro Sodré, e de fazer algumas evoluções a 200 metros de altura, caiu na Marquês de Herval entre as Travessas Lomas Valentinas e Angustura, perecendo em consequência o piloto que foi sepultado no cemitério de Santa Izabel.

18 DE FEVEREIRO

1871 - Segue de Belém para Manaus no navio BELÉM, da Amazon Company Limited, o explorador e geógrafo Inglês W. Chandless.

1913 - Chega a Belém procedente de Dordrecht na Inglaterra, sob o comando do Capitão H.W. Stint, o navio São Luiz da Amazon River Steam Navigation Company Limited.

1914 - Faleceu em Belém aos 46 anos de idade, em consequência de uma apendicite supurada, o Dr. Jacques Huber. Formado pela Universidade de Bale, era botânico

e Diretor do Museu Goeldi, tendo representado o Pará nas Exposições da Borracha de Londres, em Turim no ano de 1911, e em New York em 1912. Seu corpo foi sepultado no cemitério de Santa Izabel.

19 DE FEVEREIRO

1835 - Conflito armado em Belém, entre os cabanos vinagristas aquartelados no Arsenal de Guerra, e os malcheristas que acabaram recuando para o Forte do Castelo.

1848 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "O Téo-teo".

1870 - Mudada a Enfermaria Militar de Belém, do Largo da Sé (atual Praça D. Frei Caetano Brandão), para o quartel do 11º Batalhão de Infantaria.

1871 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "O Tiradentes", órgão semanal republicano.

1882 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "O Zé Pereira", órgão de publicação anual dedicado ao carnaval.

1936 - Instalada novamente em Belém a Câmara Municipal.

1938 - Chega a Belém no vapor ITAPAGÉ em viagem de estudo, o Prof. Joanathas Serrano, escritor historiador e lente do Colégio Pedro II.

20 DE FEVEREIRO

1840 - Assume em Belém o Governo da Província do Pará, João Antônio de Miranda.

1853 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "A Violeta", órgão semanal eclético.

1939 - Faleceu em Belém a religiosa italiana Clemens Rizzi, era também organista e pianista, e foi fundadora do Asilo de Mendicidade (atual Asilo D. Macedo Costa).

1943 - Toma posse em Belém da Interventoria do Estado do Pará, o Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

21 DE FEVEREIRO

1702 - Chegam a Belém remetidos por Manoel Cordeiro Jordão, os cadáveres dos missionários capuchos, Freis José de Santa Maria e Martinho da Conceição, assassinados pelos índios, Aruãs da ilha de Joannes (atual ilha do Marajó).

1832 - Criado em Belém o Arsenal de Guerra.

1835 - Assassinado em Belém quando era transferido preso para o Forte da Barra, o cabano Felix Antonio Clemente Malcher, sendo sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Toma posse em Belém do Governo da Província do Pará, o cabano Francisco Pedro Vinagre.

1920 - Em Belém durante o centenário do Nascimento do General Hilário Maximiano Antunes Gurjão, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, mandou colocar significativa placa de mármore na fachada da casa onde nascera o herói, na Rua General Gurjão nº 67.

22 DE FEVEREIRO

1896 - Colocada em Belém na fachada de um prédio sito à Praça Saldanha Marinho (atual Praça da Bandeira), u'a placa comemorativa do nascimento do estadista Inocêncio Serzedillo Corrêa.

1917 - Inaugurada em Belém na Rua 15 de Novembro, esquina da Travessa São Matheus (atual Padre Eutíquio), a Agência do Banco Nacional Ultramarino.

1928 - Faleceu em Belém o escritor e historiador Pedro de Almeida Genú. Estudou na Universidade della Sapienza de Roma.

1936 - Chega a Belém procedente de Paramaribo, sob o comando do Capitão D. Coppoolse, o navio holandês KOENINGIN WILHELMINA, trazendo um grupo de turistas e um team de football em visita ao Pará.

23 DE FEVEREIRO

1652 - Suprimido o Governo Geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que ficou dividido em duas capitanias e a cidade de Belém sede do Grão-Pará.

1823 - Realizada a eleição da Primeira Câmara Constitucional de Belém.

1832 - Chegam a Belém na Corveta DEFENSORA, os Coronéis José Joaquim Machado de Oliveira, nomeado Presidente da Província do Pará, e Antônio Corrêa Seára, Comandante das Armas.

1848 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "O Doutrinário".

1932 - Faleceu em Belém no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, aos 72 anos de idade, o cônego João Maria Alberto Crolet, francês de nascimento, era Bacharel em letras formado pela Universidade de Bensaçon, e Professor de Latim do Ginásio Paraense, sendo sepultado no cemitério da Ordem Terceira de São Francisco.

24 DE FEVEREIRO

1724 - Faleceu em Belém o Capitão-Mór José Velho de Azevedo, sendo sepultado na Igreja de Santo Antônio.

1841 - Faleceu em Belém o Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos, Presidente da Província do Pará, sendo sepultado na Igreja de Nossa Senhora das Mercês.

1851 - Segue de Belém de mudança para Lisboa, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente.

1880 - Circula em Belém o primeiro número do jornal "Diário de Notícias", órgão fundado por Costa & Campbell.

1895 - Fundada em Belém no salão de honra do Teatro da Paz, a Associação Paraense Propagadora de Belas Artes, que fundou posteriormente a Academia de Belas Artes, o Conservatório de Música, e a Escola de Pintura.

1912 - Em Belém um monoplane Bleriot acionado por um motor Gnom de 50 HP, pilotado pelo aviador italiano Gino Sanfelice, depois de levantar voo do campo do Insti-

tuto Lauro Sodré, e fazer um percurso de cerca de 25 quilômetros a 200 metros de altura, regressa vitorioso ao seu ponto de partida.

1920 - Inaugurada em Belém, na Praça Batista Campos nº 19, a Casa de Saúde Marítima.

1921 - Fundada em Belém a Sociedade Benficiente dos Trabalhadores de Peixe do Pará.

1933 - Chega a Belém procedente de Rouen, sob o comando do Capitão Metoyer, em trânsito para Letícia, a Canhoneira colombiana BOGOTÁ deslocando 155 toneladas.

25 DE FEVEREIRO

1888 - Em Belém durante o julgamento de Antonio da Costa Júnior, conhecido por "Mão de Seda", um grupo de amotinados valendo as autoridades, foram dispersados por um piquete de cavalaria na entrada do Palácio Provincial.

1895 - Fundado em Belém no salão de honra do Teatro da Paz, o Conservatório de Música do Pará.

1923 - Faleceu em Belém no Hospício de Alienados Mentais, aos 58 anos de idade, vitimado por um aneurisma da aorta, o Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura. Comandou a Brigada Paraense durante o combate de 25 de setembro de 1897 e o Regimento Militar do Estado no Governo do Dr. Augusto Montenegro, sendo atualmente o Patrono da Polícia Militar do Pará. Seu corpo foi sepultado no cemitério de Santa Izabel.

1929 - Faleceu em Belém em sua residência na Travessa Quintino Bocaiuva, aos 71 anos de idade, Ignácio Batista de Moura. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi Professor de Matemática do Ginásio Paes de Carvalho e da Escola de Marinha Mercante do Pará. Era também jornalista, escritor e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, tendo escrito vários trabalhos entre os quais "De Belém à São João do Araguaia", "Arithmetica Elementar", "A Amazônia do Futuro", "Ensaio de Educação Moral e Cívica".

26 DE FEVEREIRO

1901 - Concedido ao Município de Belém, através de um decreto estadual, as terras da ilha do Mosqueiro.

27 DE FEVEREIRO

1662 - Chegam a Belém procedentes de Lisboa, onde foram tratar das desinteligências surgidas entre colonos e jesuítas, o Bacharel e Ouvidor Geral Diogo de Sousa Menezes, e o Procurador Antônio Barradas de Mendonça.

1823 - Realizada nos Paços do Conselho, situado num prédio da Rua da Cadeia (atual João Alfredo), a posse dos Vereadores da Primeira Câmara Constitucional de Belém.

1832 - Assume em Belém o

Governo da Província do Pará, o Coronel José Joaquim Machado de Oliveira.

1870 - Instalada em Belém no 4º Distrito Urbano, a freguesia de Nossa Senhora de Nazareth do Desterro.

28 DE FEVEREIRO

1640 - Assume em Belém o Governo da Capitania do Grão-Pará, o Capitão-Mór Pedro Teixeira.

1800 - Criadas em Belém as aulas de Retórica, Filosofia e Latim.

1809 - Parte de Belém por terra para o Rio de Janeiro, levando a notícia da vitória alcançada em Cayenna, o Furriel Joaquim Antônio de Macedo.

1869 - Chega a Belém o barco a vapor PESCADOR, destinado ao serviço da Companhia de Pesca de Mrs. Jacques Gaensly.

1890 - Realizada em Belém a fusão da Companhia de Bonds Paraense, com a Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense.

1923 - Faleceu em Belém em sua residência na Praça Batista Campos nº 13, o Sr. Paolo Bisi, Cônsul da Itália no Pará.

"INVENTÁRIOS CULTURAL E TURÍSTICO DAS MICRO-REGIÕES PARAENSES"

A Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo está lançando mais dois volumes da série "Inventário Cultural e Turístico das Micro-Regiões Paraenses", correspondentes à região Bragantina e ao município de Santarém.

O trabalho foi realizado a partir de um convênio firmado entre a SECDet e o IDESP e coordenado pelos professores Violeta Refkalefsky Loureiro, João de Jesus Paes Loureiro, Aldenor Gonçalves do Nascimento e Camilo Martins Vianna, contando com apoio do MEC/SEC/FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore.

O projeto, voltado especificamente para as culturas populares e folclóricas, objetiva um mapeamento dessas ocorrências ao mesmo tempo que obtém um quadro infra-estrutural das localidades estudadas.

Já encontram-se inventariados ao MRH do Baixo Amazonas Paraense, do Baixo Tocantins e dos municípios de Cametá e Santarém.

(NORMA GUILHON)

**Confederados
em Santarém**

1ª Parte

Capítulo II

Imigração Americana - Colônias Sulistas no Brasil

Mal terminara a Guerra de Secessão, as Legações do Brasil viram-se a braços com volumosa correspondência de sulistas desejosos de imigrar e se- quiosos de informações sobre o nosso país: "Perguntam por tudo, desde o preço de um cavalo até os graus de temperatura dos diversos climas. Perguntam-me todos, "Quando, por onde iremos? (Informava Quintino Bocayva, em carta enviada ao Brasil.

Prosseguia ele:

Fazem meetings, sociedades, companhias, os jornais apaixonam-se. Mas, enfim, a gente do sul quer e deve ir. Demasiado o sei porque é enorme a correspondência que tenho tido de manter... Além do mais não podem ir senão por famílias e sociedades, levando consigo as suas máquinas, os seus instrumentos e utensílios; e essas bagagem pesada torna a dupla viagem (do sul até Nova York e deste porto até o Brasil) que têm de fazer, excessivamente penosa. O Governo ordena-me que fixe a minha residência no sul. Mas não tenho meios de transportá-los de lá directamente, único modo de se fazer bem a emigração do sul. Os navios que se oferecem a frete barato não os quero eu. São de vela... Sou contrário à emigração em navios de vela, ainda que bons, por muitas razões... Primeiramente, só muito poucos deverão ir. E, nesse caso, as despesas do frete não têm compensação. Depois a viagem é mais demorada e acidentada.

A aguada em abundância é difficilissima de fazer-se e muito dispendiosa. Não tem vapor para depurar a água; não levá-las em pipas. A agglome-

ração de muita gente n'um navio de vela, que pode ficar estacionário por falta de vento, será perigosa. O desgosto da viagem, o desaceio, a carne salgada e as enfermidades dahi organizadas podem causar um desastre fatal à emigração e ao crédito do paiz. Seria até deshumanidade. Vapores, no caso de levar 300 ou 400 homens, só a preço elevado podem ser obtidos. Nos portos do sul não os há. Só em Nova York podem ser encontrados. Mas como fretá-los se são caros, se nada lhes possa adiantar, se tudo tem os armadores que adiantar e fiar ao Governo?

Algumas viagens desastrosas, em navios desse tipo, fretados por agentes de emigração, mostrariam depois como estavam certas as previsões de Bocayva.

Formaram-se várias sociedades de emigração nos E.E.UU. que, reunidas, mandaram agentes para colher informações. Eles, em seu regresso, publicavam minuciosos relatórios nos jornais.

Começaram a aparecer na imprensa cartas de sulistas entusiastas da emigração, os quais, expressando seu modo de sentir, interpretavam também o pensamento de muitos dos seus compatriotas:

"Aqui nossos pais viveram em paz e prosperidade. Agora, jazem também aqui dez mil dos nossos bravos e honrados filhos, mártires da causa da verdade e da justiça; e nós, degradados e arruinados, temos de sofrer o erro, enquanto nuvens escuras, cada vez mais negras, descem sobre nosso céu político, prestes a despencar-se com despótica fúria sobre nossas cabeças. E agora pergunto com toda a pureza: deve-se chamar de tolos e covardes a esses homens, só porque preferiram, honestamente, expatriar-se de uma terra que nada promete além de pobreza, vergonha e opressão?

Dizia ainda esse missivista:

"Acabo de chegar do Brasil e tendo sido solicitado a publicar o resultado de minhas investigações nesse país, envio-lhe esta para publicação. Como sou um tanto entusiasta da emigração, será de bom aviso dar o devido desconto a tudo quanto eu disser sobre o assunto, e quanto mais eu vejo e ouço sobre a tirania do sul, mais entusiasta me torno".

O Império do Brasil fez contrato, em 2 de julho de 1866, com a "United States and Brazil Mail Steamship Co" (que já pos-

suía uma linha regular de paquetes entre os Estados Unidos e o Brasil), para o transporte de imigrantes. Tal Companhia era subvencionada pelo Governo Imperial com Rs. 200.000\$000 (duzentos contos de réis). Havia um paquete mensal entre o Rio de Janeiro e Nova York, com escala em S. Thomas, no Pará (Belém), em Pernambuco e na Bahia. Essa linha era especialmente útil à capital do Império e à Província do Pará, por causa dos dois gêneros principais do nosso comércio àquela época — o café, que era o gênero de maior valor que o Império exportava e a goma elástica, da qual os principais consumidores eram os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Além disso, o Governo Imperial, procurando facilitar mais as condições, resolvera adiantar aos imigrantes as passagens nos vapores dessa Companhia, a qual deveria pagar as despesas com o até o porto de Nova York, porto escolhido para o embarque dos imigrantes.

Noticiou-se, à época, que cerca de 25.000 americanos estavam dispostos a emigrar para o Brasil. Pelo porto de Belém passaram em trânsito vinte agentes, que se dirigiam às Províncias do Sul para colher informações úteis aos futuros imigrantes.

Fora fundada no Sul dos Estados Unidos, uma "Sociedade de Colonização Sulista", à custa da qual vieram os agentes Dr. Shaw e o Major Meriwether, os quais, ao regressarem, publicaram relatórios.

Alguns agentes vieram por conta de outras sociedades que se foram formando; outros vieram enviados por grupos de amigos que se cotizavam para pagar as despesas. Um deles é quase certo ter vindo por conta própria: foi o Major Lansford Warren Hastings, figura principal da imigração no Pará, o único que se decidiu a promover a emigração de sulistas para o Norte do Brasil.

Subvencionado por um grupo de pessoas, veio o agente Ballard S. Dunn, Reitor da Igreja Evangélica de S. Philips em Nova Orleans. Chegou ele ao Brasil em 1865, pouco depois do término da Guerra. Viajando pelo Sul de nosso país, escolheu para fixar-se terras do alto Juquiá, Província de São Paulo, às quais deu o nome de "Lizzieland", em homenagem a uma sua filha. O Ministério da Agricultura concedeu a esse agente um contrato bastante liberal. O Reverendo regressou aos Estados Unidos, colocou anúncios em

jornais americanos e, sem perder tempo, escreveu um livro destinado a incentivar imigrantes: "Brasil The Home for Southerners". Nesse livro estendia-se liricamente sobre as belezas da nova pátria que os sulistas iriam adotar como sua. Fretou um pequeno navio, de 75 toneladas, "O Talisman", e trouxe 30 imigrantes apenas, na sua primeira leva. O Reitor voltou aos Estados Unidos em busca de mais patricios. Nessa ocasião, estava no porto de Nova Orleans o navio "Marmion" fretado pelo Governo brasileiro para trazer 500 imigrantes. Dunn reservou, então, duzentas vagas para seus emigrantes. O agente incumbido das operações acedeu, pois sabia que o Governo brasileiro concedera terras ao Reitor para que ele fundasse uma colônia. Este, todavia, quase na hora da partida, decidira cobrar (indevidamente, alegou-se) uma sobretaxa de 30 (trinta) dólares por pessoa, tendo havido, em consequência, desistência maciça de emigrantes para essa viagem. E assim, ao aportar o "Marmion" ao Rio de Janeiro, conduzia a bordo apenas 265 passageiros. Do contingente de Dunn vieram somente ele e sua família.

Os jornais do Rio denunciaram o Reverendo acusando-o inclusive, de criminosamente estar a especular com as terras que lhe concedera o Governo do Brasil.

Os passageiros do "Marmion" e de outros navios que traziam imigrantes sulistas tiveram generosa acolhida no Rio de Janeiro. Alguns dentre esses, resolveram acompanhar o Rev. Dunn para as terras que ele já conseguira. Seguiram para Iguape, São Paulo, de onde foram, pelo rio Ribeira, até Juquiá. O único meio de transporte eram canoas. Ao desembarcar, encontraram-se em plena selva, onde só havia o barracão mandado construir pelo Governo para abrigá-los. O progresso foi lento e difícil. Após três meses, o Reverendo Dunn resolveu voltar aos Estados Unidos em busca de mais colonos. Demorando-se por lá, surgiram rumores de que ele tinha desertado. Nesse interim, houve uma inundação que destruiu as colheitas. Depois, enfermidades quase dizimaram a nascente comunidade. Quanto esta começou a passar fome seus membros resolveram abandoná-la. Alguns foram para o Rio de Janeiro, outros para S. Paulo, para Santa Bárbara e outros lugares onde já havia patricios estabelecidos. Houve também os que decidiram regressar à pátria.

Os jornais brasileiros noticiaram com destaque a vinda, em 1865, do General americano W. W. Wood, Diretor da Comissão de Emigração de Famílias Confederadas. Comprometia-se o General a trazer um número expressivo de famílias americanas, nunca menos de 100.000. Da Legação do Brasil em Nova York, escreveu Azambuja:

O General Wood, quando dirigiu-se ao Rio, havia deixado estes Estados nas circunstâncias as mais críticas com que lutava o Sul... Hoje, porém, duvido que possa ele realizar com facilidade o número de imigrantes que prometeu ao Governo Imperial.

Poucos meses depois Azambuja informava:

Quanto ao Gal. Wood, estas (informações) lhes são bem pouco favoráveis; deixou as pretensões que assumiu como representante dos habitantes do Sul... sem dar cumprimento às suas pomposas promesas".

Em 1866, chegaram ao Brasil Frank Mc Mullen e William Bowen, distintos cavaleiros do Texas. Escolheram terras vizinhas às do Reverendo Dunn, próximas ao rio Ribeira do Iguapé, ainda em São Paulo. No regresso aos Estados Unidos, escreve o Sr. Mc Mullen ao nosso Ministro naquele país:

"Os emigrantes que me acompanharão são cidadãos de primeira classe, a maioria dos quais possuía fortuna antes da guerra. É uma pena que o Governo brasileiro não tenha uma linha regular de vapores direto de Nova Orleans ao Rio de Janeiro, se o tivesse, uma corrente de emigração levaria consigo a energia, inteligência e cavalheirismo deste país.

Pouco depois o Sr. Mc Mullen informa ter conseguido fretar um navio. O brigue "Derby" parte de Galveston numa viagem que foi uma autêntica aventura. O navio, em condições precárias, naufragou nas costas de Cuba. Felizmente os passageiros em número de 150, são todos salvos, perdendo, porém, seus haveres. São socorridos pelos habitantes da ilha. O governo brasileiro enviou-lhes um navio e trouxe-os para o Brasil. Nessa provação, ajudados pela inextinguível dedicação de seu líder Mc Mullen, os sulistas demonstraram admirável fibra. Após seis meses chegam às terras que lhes estavam destinadas, pouco depois que os seguidores do Reverendo Dunn tinham se estabelecido. As duas colônias, embora vizinhas, ficavam distantes e ambas se ressentiam da falta de recursos e meios de comunicação. Algum tempo depois de

instalados, Mc Mullen, que já vinha sofrendo do pulmão já algum tempo, faleceu ainda jovem, deixando os colonos em grande consternação. Algum tempo depois, esses colonos, não resistindo a tantos fatores adversos, começaram a dispersar-se. Alguns voltaram à pátria, enquanto outros juntaram-se aos que se tinha estabelecido em localidades próximas. Acredita-se que cerca de 400 ou 500 colonos tenham ido para as duas colônias, de Mc Mullen e do Rev. Dunn.

Entre os exilados que chegavam para o Rio de Janeiro figuravam pessoas das mais variadas profissões e classes sociais. Assim é que vieram generais e coronéis que tinham servido ao exército confederado, além de médicos, engenheiros, advogados, fazendeiros, mecânicos e plantadores. Mas, soube-se depois, vieram também de mistura desertores, vagabundos e alguns foragidos da justiça, como aconteceu em Santarém. Mais tarde, soube-se que juntaram-se aos grupos alguns irlandeses e alemães que jamais se tinham naturalizados nos Estados Unidos.

Um médico, o dr. Barnsley, pertencia ao grupo de imigrantes liderados pelo Sr. Mc Mullen. Homem culto e sensível, em seu diário registrou comovedora impressão do triste dia da partida da pátria querida:

"Dentre nós pouquíssimos havia cujo coração não se entristeceu quando a terra ia desaparecendo na brumosa distância, quando os últimos raios de sol ainda brilhavam nas praias e se demoravam nos campos distantes. E aqueles de nós que sabíamos e sentíamos as razões para nosso exílio, pensamentos amargos fizeram brotar ardentes lágrimas de homem. Em meio ao tumulto e ao clamar da guerra os desejos de expatriação foram frequentes, mas a realidade era fria como a gelada mão da morte. Na terra onde o sol se havia posto para nós, talvez para sempre, estavam enterradas todas as glórias do passado..."

Após desembarcarem no Rio, os imigrantes ficaram hospedados em uma verdadeira mansão, que o Governo lhes destinara. Durante um mês lhes seria dada hospedagem gratuita até que fossem transportados ao local de trabalho. Logo após a chegada do "Marmion", o Imperador foi visitá-los. Uma das imigrantes relatou em carta para sua pátria a notável impressão que essa visita causou ao grupo, depois de dizer que a vista da belíssima baía da Guanabara apa-

gara de suas mentes muitas das lembranças dos dissabores e incômodos sofridos na viagem:

"Éramos quinhentas pessoas no hotel. Foi nessa ocasião que nosso Imperador D. Pedro II nos visitou acompanhado de uma pequena comitiva. Homem de aparência esplêndida, vestia um simples terno preto e mais nada que indicasse sua posição, a não ser uma estrela do lado esquerdo, mostrando-se assim solidário com nossa situação de pobreza. Ele visitou alguns cômodos da casa para ver se estávamos confortáveis. A história não registra vulto mais nobre e generoso que D. Pedro II".

Na província do Espírito Santo, estabeleceu-se uma colônia, próximo à embocadura do rio Doce, abrangendo a belíssima lagoa de Juparanã. Aí se localizaram mais de cinquenta famílias, entre elas pessoas de cultura e refinamento. Essa colônia, no início, cresceu e prosperou. As terras tinham sido escolhidas em 1866 pelo Coronel Charles S. Gunter, de Montgomery. Depois de estabelecidos, o Coronel escrevia para casa, dizendo:

"Quase perdoei aos meus inimigos todos os seus desatinos, por causa do país melhor para o qual eles me fizeram vir. Nosso Governo é irreprochável e temos a mais perfeita liberdade de culto".

É interessante transcrever trecho de outra carta, da Sra. Josephine Foster, que nos dá idéia de como viveram os ex-confederados, na Província do Espírito Santo:

"Orgulhamo-nos dos colonos da Lagoa Juparanã, muitos dos quais são pessoas finas, de educação, e bom gosto. Alabama, Mississippi, Louisiana, Texas, Flórida e Virgínia estão aqui representados. Advogados, médicos, etc., que deixaram suas antigas profissões e entraram em sua nova vida com o espírito pronto, enfrentando florestas, aparentemente com a firme determinação de vencer ou morrer na tentativa. As senhoras também fazem sua parte corajosamente, cozinhando, lavando, etc. Antigamente essas coisas pareciam fazer-se por si, mas, agora, nós bem sabemos como é que são feitas... Suportamos durezas e provações como coisas naturais, contudo, nada são comparadas com o que nossos antepassados tiveram de enfrentar quando se estabeleceram no Alabama, Mississippi e outros Estados ... Os brasileiros são, sem dúvida, o povo mais hospitaleiro do mundo ... Se vocês daí pudes-

sem dar uma olhada em nossas casas ... veriam quão pouco se precisa para ser feliz ... Alguns possuem-nas melhores do que as nossas, mas, horror dos horrores, eles têm de lavar e cozinhar além de cortar árvores. Meu pai, que tem 57 anos, e nunca foi acostumado a essa espécie de trabalho limpou quatro acres de terras; em dois já plantou milho, feijão, batata doce, mandioca. Nossa casa é muito confortável, chão de terra coberta de palha, prateleiras e banços feitos de tábuas atadas com cipó, grandes baús servindo de mesas e cadeiras... Nos fundos da casa fica a mata interminável, que diziam ter toda espécie de animal feroz ... Embora tão distantes, não cessamos de nos interessar por nossa outrora tão feliz terra natal. Muitas orações são oferecidas em intenção de nosso país sofredor..."

Existe outro precioso manuscrito em poder da família Keyes, descendente desses ex-confederados:

"Os imigrantes tinham parado a fim de pernolitar. Fizeram barracas improvisadas com colchas de camas para as senhoras e crianças. Enquanto aguardavam a chegada do fogão e outros objetos domésticos, a comida teria de ser feita a fogo aberto, sob o abrigo de palmeiras, nos fundos das casas, à guisa de cozinha. A chuva, gotejando através das folhas das palmeiras, assim como os porcos, patos e galinhas, perturbavam o trabalho das mães e jovens sulistas. Depois que chegaram os utensílios domésticos, as coisas melhoraram um pouco: caixotes foram colocados no chão de madeira sem polimento, em convenientes intervalos, a fim de servir de cadeiras, mesas e aparadores. O fogão de três pés, depois de abastecido, foi um melhoramento substituindo a fogueira no preparo das refeições. As mulheres nativas logo ensinaram às sulistas como lavar a roupa da família nas pedras do rio. Os recém-chegados cedo aprenderam a pendurar alguns gêneros no teto por meio de fios, para livrá-los dos bichinhos domésticos ... Este foi o período de provação ... As dificuldades poderiam ser suportadas enquanto uma vontade mais forte presidia seus destinos:

"Deus nos colocou aqui", observou uma das crianças que compreendera o estado de espírito dos mais velhos.

A noite, sentavam-se à porta das cabanas debaixo do céu estrelado ao redor de enorme fogueira. Às vezes, vinham

os vizinhos das redondezas trazendo novidades do outro lado do lago. Essas sessões não eram demoradas pelo fato de estarem extenuadas pelo rude labor".

Tempos depois, por falta de meios de comunicação e outros auxílios, a colônia da lagoa de Juparanã foi outra tentativa dos sulistas que também falhou.

Na Província do Paraná, localizou-se também outra colônia, a de Morretes. As terras tinham sido escolhidas pelo Coronel M. S. Swain, da Louisiana, e por seu companheiro Mr. Lane. Foi constituída quase toda de colonos provenientes do Estado de Missouri. No início foi muito bem. Calcula-se que cerca de duzentos imigrantes tenham se fixado lá. Vários possuíam algum capital e chegaram a montar uma próspera indústria de barris, empregando em máquinas cerca de Rs. 50:000\$000. Um deles inventou um processo de secar a erva-mate, o qual, até hoje, é usado na região. Fizeram planos de melhoramentos para a região. Sabe-se que alguns de seus membros menos prósperos regressaram, todavia, por volta de 1870, a seus antigos lares e pouco se conhece mais da história dessa colônia de missourianos.

Na Província de São Paulo, nas proximidades de Campinas e de Santa Bárbara, formou-se a maior e mais importante colônia americana no Brasil, a única da qual até hoje restam traços seguros. No fim do ano de 1867, dizia Charles Nathan, dos 2.700 colonos vindos para o Brasil naquele ano, 800 tinham-se dirigido para Santa Bárbara. Calcula-se que, mais tarde, cerca de quinhentas famílias americanas tenham-se estabelecido em Santa Bárbara. Os americanos deixaram marcas de sua passagem nesse local, que se chama até hoje Vila Americana. O trato de terras havia sido escolhido pelo Dr. Shaw e pelo Major Meriwether. Membros de outras colônias que se foram dispersando vieram para os arredores de Santa Bárbara, atraídos pelas terras baratas e férteis e pela facilidade dos meios de comunicação. As terras foram compradas a preço baixo visto estarem infestadas de sapê. Contudo, como os americanos dispunham de arados modernos, logo a terra trabalhada revelou-se bastante fértil. A princípio plantaram algodão, sem contudo conseguirem obter lucro. Passaram então para a cana-de-açúcar, de grande procura para fabricação de aguardente; dedicaram-se também à criação de gado. Todavia, só conheceram verdadeiro sucesso

quando um deles, indo em visita à pátria, de lá trouxe sementes de melancia da Georgia, que se deram magnificamente bem no solo paulista. Além disso, plantavam em larga escala feijão, ervilha, milho e mandioca, quase tudo para a própria subsistência.

Mais tarde, com o ramal da estrada de ferro passando próximo, puderam facilmente escoar esse produto. A falta de meios de transporte tinha sido fator preponderante no fracasso dos outros núcleos. Os americanos passaram a utilizar o trolley (backboard), introduzido por eles em nosso país.

Os métodos modernos e progressistas empregados na agricultura, como o arado e o trolley, trouxeram grande progresso à região. Nos planos espiritual e cultural também deixaram marca profunda. Para melhor se fixarem fundaram igreja e escolas, instituições imprescindíveis às suas vidas. Diz-se que a primeira expansão no Brasil do cristianismo evangélico se deve aos ex-confederados, pois foram eles que, através de insistentes apelos às igrejas dos Estados do Sul, atraíram o trabalho missionário das principais igrejas protestantes dos Estados Unidos. Grande número de pastores fixou-se então no Brasil, tendo vários deles contraído matrimônio com filhas de exilados. Das principais denominações protestantes, três delas fixaram-se aqui para sempre. O Colégio Internacional, fundado em Campinas em 1869, teve o privilégio de ser o primeiro Colégio missionário norte-americano na América do Sul.

Alguns ministros protestantes tinham vindo com as primeiras levadas de sulistas como exilados; contudo, ao levar a mesma dura vida de pioneiros na luta pelo pão de cada dia, não podiam dedicar-se somente à parte espiritual.

Uma filha de um pastor fundou em Piracicaba, São Paulo, um colégio, predecessor de uma grande instituição que até hoje perdura naquela região. Assim, "a contribuição dos imigrantes sulistas à vida religiosa e educacional do país foi maior do que se poderia esperar desse pequeno número de pessoas.

A arquitetura da região também sofreu influências dos novos moradores. Mark Jefferson, que visitou Vila Americana em 1918, por conta da American Geographical Society, observou: "um pedaço da Confederação transplantado para o Brasil ... Entre os americanos das colinas de Vila Americana todas as casas têm chaminés, janelas, gui-

lhotinas com portas de madeira, uma varanda de dois andares e cerca de pau e pique". Prossegue dizendo que o Governo do Brasil tinha desejado muito a ida dos sulistas, porém esse desejo fora ilusório, de vez que nenhum país poderia oferecer jamais o atrativo da lei americana do Homestead. Conclui afirmando que não tinha havido assimilação, porquanto os filhos dos imigrantes teimavam em permanecer americanos, embora tivessem nascido no Brasil. É que muitos pais, quando tinham recursos, mandavam-nos estudar nos Estados Unidos. Diz que havia poucas oportunidades para casamentos com brasileiros porque os que habitavam pelas redondezas pertenciam a uma classe cultural e social sensivelmente inferior. Assim, os remanescentes de colônias se dispersavam em busca de oportunidade mais promissora ou regressavam aos Estados Unidos. Apesar disso, ainda agora vivem em Vila Americana numerosos descendentes daqueles pioneiros que hoje dormem o sono eterno em bem cuidado e conservado cemitério particular na Vila Americana. A história dessa colônia foi magistralmente escrita por uma descendente de ilustre família de ex-confederados residente em Vila Americana, Sra. Judith Mc Knight Jones, em seu livro "Descansa Soldado". (Uma Epopéia Americana sob os céus do Brasil).

Os núcleos principais antes citados não excluíram a existência de outros, espalhados em várias Províncias brasileiras. Vamos encontrá-los em Minas Gerais, nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. Vários sulistas adotaram profissões urbanas ou fundaram fazendas no estilo brasileiro, plantando café e tendo escravos para ajudá-los. Alguns passaram a viver na própria cidade do Rio de Janeiro. O Capitão Richard F. Burton, viajando pelo interior do Brasil por volta de 1966, encontrou uma leva de sulistas procurando lugar para se fixar na região do Rio das Velhas, em Minas Gerais.

Informações do Sr. Charles Nathan, que por contrato com o Governo tinha-se obrigado a trazer até 5.000 lavradores, diz que só no ano de 1867 entraram no Brasil 2.070 sulistas, assim distribuídos:

Província do Paraná	200
Rio de Janeiro e arredores	200
São Paulo	800
Minas Gerais (Rio das Velhas)	100
Espírito Santo	400

Bahia	100
Pernambuco	70
Pará	200
Total	2.070

Lentamente, à medida que o ambiente se aclarava, muitos foram voltando ao antigo lar; outros fixaram-se no Brasil. Na verdade, o êxodo inicial cessara quase com o mesmo ímpeto com que começara. Os que vieram na frente tinham se animado com a perspectiva de que seriam seguidos por muitos e jamais se sentiriam isolados. Contudo, só depois compreenderam que tais esperanças nunca se realizariam; somente talvez em Santa Bárbara, que crescia à custa de elementos providos de outros núcleos em dispersão. Na verdade, na imensa vastidão do Brasil, o isolamento dos núcleos coloniais, do Pará ao Paraná, em muito contribuiu para o fracasso do empreendimento. A dureza da vida de pioneiros, a falta de comunicações, a imensa distância entre os núcleos, a insuficiência de igrejas e de escolas e, ainda, a melhoria de condições em sua pátria têm sido apontados como as causas principais para que muitos decidissem voltar. Em carta para o Brasil, de Nova York, Azambuja informava que não mais recebia tantos pedidos de informações como antes; "depois que melhorou a sorte dos habitantes do sul ... pela política sábia e previdente firmemente seguida pelo Presidente Johnson".

Para uma grande parte de colonos que ansiavam por voltar ao lar, este regresso constitui verdadeiro drama, de vez que não dispunham de dinheiro para comprar passagens. Apelavam aos seus representantes diplomáticos, os quais insistentemente faziam representações aos Governos dos dois países. A maioria dos imigrantes tinha vindo por intermédio de agentes profissionais e assim o Governo brasileiro não poderia responsabilizar-se pelas promessas por eles feitas aos colonos. Assim mesmo, centenas de pessoas foram mandadas de volta, às expensas do Governo brasileiro. Alguns imigrantes que possuíam recursos; trazidos ou ganhos aqui, ajudaram seus conterrâneos mais desfavorecidos. Alguns poucos navios de guerra, de passagem pelo Brasil, transportava pequenos grupos. Isso, porém, não foi suficiente.

(Continua no próximo número)

O TOURO PASSA?

UM LIVRO DE MEMÓRIAS

Alfredo Oliveira, médico e vocação inata para as letras, ofereceu à vida literária de Belém um livro editado pela Grafisa, de deliciosa leitura, sob interessante título que remete o leitor aos dias da infância: "O TOURO PASSA?". A brincadeira do "Com que se prende o touro?" não fixa, porém, no passado, que tem a felicidade de ler a obra. Alfredo Oliveira nós põe em contacto com a realidade mais atuante, dando à História a sua real dimensão.

Desse livro assim se expressa Benedito Nunes:

"Este livro é um texto memorístico, sobriamente escrito, que associa o comentário noticioso, de estilo jornalístico, ao diálogo corrente de expressão coloquial, às descrições pitorescas e ao relato de miúdos acontecimentos do cotidiano de uma família paraense, em Belém e no interior do Pará, entre a Revolução de 30 e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Gênero de difícil rendimento literário, posto que extrai a sua matéria do particular e do individual situados e datados; as memórias só adquirem valor quando alcançam, pelo menos, a importância de registro documental, como subsídio para o conhecimento histórico da sensibilidade de uma época ou dos modos de vida de uma sociedade. O Touro Passa?, de Alfredo Oliveira, não falha nesses dois pontos".

O Suplemento oferece aos seus leitores um interessante capítulo de "O TOURO PASSA?", que pode ser encontrado nas livrarias.

A noite custava a dormir excitado com o borborinho da capital, tão diferente do mundo de silêncio à beira-rio. Rolava na rede atada no sótão, recapitulou as coisas fantásticas que existiam em Belém. Os hidro-aviões descendo na Condor. Os cavalos de corrida porfiando no hipódromo da Tuna. As regatas nas águas encrespadas na Guajará. Os passeios dominicais ao Bosque Rodrigues Alves, no bonde do Marco. O Museu Goeldi — com o lambe-lambe para bater a pose debaixo do pau mulato, e a "casa dos índios" no setor de antropologia e arqueologia. As ala-

medas do museu levavam à jaula da onça sussuarana, às gaiolas dos macacos e dos guarás, à gruta das corujas, ao cercado das emas, aos tanques das lontras, do peixe-boi e do puraquê. O Teatro da Paz, no Largo da Pólvora, com seus lampadários imensos e colunas de mármore, anunciando nessa época: Tito Schippa — célebre tenor italiano. As rodas de grã-finos no terraço do Grande Hotel — os barões da terra. Os cinemas — no Olimpia, Shirley Temple, a menina-pródigio, atraía multidões para ver o Anjo da Felicidade. Na tela do Moderno, no Largo de Nazaré, brilhava outro talento precoce — Deanna Durbin em Cem homens e uma menina. O campo da Antônio Baena — pela primeira vez ingressei num estádio de futebol para ver jogar o "esquadrão de aço" do Paissandu, que possuía o diabólico Quarenta no comando do ataque, o maior dos nossos craques. A Sorveteria Japonesa, na Independência, onde garçons de paletó e gravatinha borboleta serviam em taças de prata os sorvetes de frutas — açaí, bacuri, cupuaçu, muruci, taperebá, maracujá, mangaba, graviola, sapotilha, coco, etc. A cadeia de São José, que me causou um medo irracional, provocado pela sensação de um monstro capaz de engolir quem dele se aproximasse. O monstro uma vez engoliu Dalcídio Jurandir — em verdade não porque dele tivesse chegado perto, e sim por sua participação na Aliança Nacional Libertadora. E em suas entranhas, o grande romancista paraense se aproveitou e leu o "D. Quixote" de Cervantes. Certa manhã entrei com Dadá no Palácio do Governo em dia de pagamento dos funcionários. Embora aregalasse os olhos para todos os lados, não consegui descobrir o local repleto de burras de ouro que eu imaginei ser o tal Tesouro. O comércio era uma festa, principalmente em companhia de Tia Maria, abonada e mão aberta, comprando brinquedos na 4\$400, livros de estórias nas Agência Martins e chocolates na Palmeira.

Dadá levou-me à feira do Ver-o-Peso, que ela fazia com a

ajuda do preto Higino, cria da vovó. Andamos pela doca — eu pegado em Dadá para não me perder — rente às geleiras encalhadas na lama barrenta da maré seca, driblando os caranguejos soltos pela calçada fugidos dos cofos. Adiante espalhava-se no chão o artesanato de barro — alguidares, vasos, cofres, fogareiros, bilhas, potes, filtros, penicos e painéis. Depois entramos na confusão de gente, passando entre tabuleiros de hortaliças, lotes de uxi e mari, mangas, camapu, paneirinhos de mangaba e taperebá, alqueires de farinha, cachos de babana e pupunha, latas de açaí, pilhas de jambu e folhas de maniva, montes de jerimum caboclo, e quanta coisa mais. Lembro que tomei uma cuia de mingau de arroz com canela e leite de coco, junto às barracas "do cheiro" onde Dadá não resistiu à tentação da catinga-de-mulata para o cheiro de garrafa. Por fim terminamos no Mercado de Ferro, a fim de meter num saco de papel grosso a cota indispensável de gordos tamuatás.

POEMA DA PARTIDA

Na face
ainda a imagem que resto
de uma lágrima petrificada
que refletia as tuas fábulas/tempo

O teu vão que vai e vem
transmuda o tempo

afunda a alma e
num semprecomeçoefim
rasga os instantes
para outra vez vivê-los.

No corpo
ainda o teu perfume
do último abraço
azulapertoaovento
Embaixo:
Os nossos pés serenos, molhados
e os teus seios túmidos em castidade
alvorecida em confrontos substanciais
e transcendentais.

DO LIVRO POEXISTIR DE
ERNANE RIBEIRO.